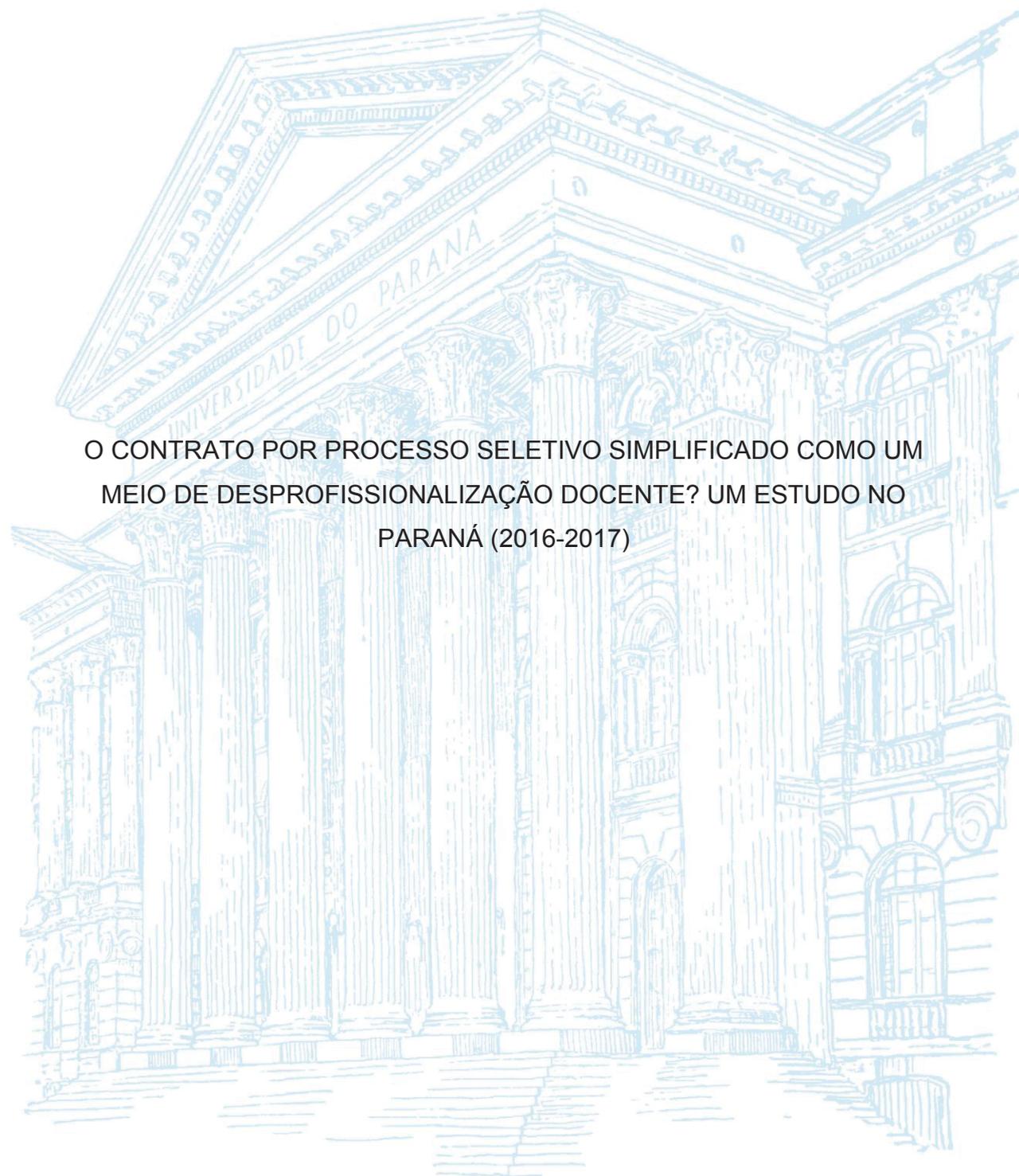


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAMIRO GABRIEL GARCIA



O CONTRATO POR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO COMO UM
MEIO DE DESPROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE? UM ESTUDO NO
PARANÁ (2016-2017)

CURITIBA
2018

RAMIRO GABRIEL GARCIA

O CONTRATO POR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO COMO UM
MEIO DE DESPROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE? UM ESTUDO NO
PARANÁ (2016-2017)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone Meucci

CURITIBA
2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/UFPR Biblioteca de Ciências Humanas Maria Teresa A. Gonzati / CRB 9-1584

Garcia, Ramiro Gabriel.

O contrato por Processo Seletivo Simplificado como um meio de desprofissionalização docente? : um estudo no Paraná (2016-2017) / Ramiro Gabriel Garcia. – Curitiba, 2018.

117 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Simone Meucci.

1. Professores – Paraná. 2. Professores – Práticas profissionais – Direitos.
I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 371.12



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO

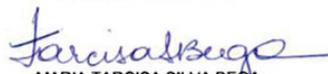
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **RAMIRO GABRIEL GARCIA** intitulada: **O PSS como meio de desprofissionalização do trabalho docente**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 05 de Março de 2018.


SIMONE MEUCCI
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


CLAUDIA REGINA BAUKAT SILVEIRA MOREIRA
Avaliador Externo (UP)


MARIA TARCISA SILVA BEGA
Avaliador Interno (UFPR)

Nota: onde se lê “O PSS como meio de desprofissionalização do trabalho docente” leia-se “**O contrato por Processo Seletivo Simplificado como um meio de desprofissionalização docente? Um estudo no Paraná (2016-2017)**” - título alterado por sugestão da banca de defesa.

À minha família, pelo apoio e incentivo.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a toda minha família, pelo apoio e amor dedicados, pela paciência e compreensão nos dias ausentes. Aos afilhados, sobrinhos e primos por todo o amor dedicados. Em especial ao meu Pai, que partiu cedo demais, deixou muitos ensinamentos e muitas saudades;

Agradeço a CAPES, pelo apoio que possibilitou que eu me dedicasse a esta dissertação;

Agradeço muito e estas mulheres fantásticas que muito me ensinam todos os dias:

Virgínia por ser uma amiga tão especial, companheira e compreensiva, agradeço pelo incentivo, por sempre ter acreditado em mim, por estar sempre por perto, sobretudo nos momentos difíceis, pelas caminhadas, cafés e projetos;

Marisa pela parceria de sempre, embora morando longe sempre está por perto, agradeço pelas lições de vida e por me inspirar, como pessoa e profissional;

Tabata pela disposição em me ajudar, pelos conselhos, pelos trabalhos realizados em parceria desde os tempos de PIBID e pelo incentivo de sempre;

Kami por nos abrigar em seu gigantesco coração, pela doçura e amor incondicionais, pela amizade sincera e incentivo;

Aos especialíssimos amigos e companheiros: Alexandre, Manoel, Arilda, Hilton, agradeço pelas intermináveis discussões sobre meu projeto, certamente esta dissertação existe graças à ajuda de vocês;

Em especial ao Henrique, que foi fundamental para esta pesquisa, o meu agradecimento e felicitações pelas conquistas;

Ao Kauê e o Felipe pela ajuda, nos processos seletivos, seminários, e disciplinas;

Aos mestres, Professores e amigos também:

Agradeço muito à Simone que novamente me ajudou muito, orientou o trabalho de forma impecável, me apoiou em todos os momentos e foi brilhante como sempre nos apontamentos e condução do projeto;

Alexandro, que sempre esteve presente, sempre me apoiou;

À Professora Bridi e Professora Valéria, que fizeram parte da banca de qualificação e me ajudaram muito na direção do trabalho, com apontamentos importantíssimos;

Ao Katiano pela disposição e competência de sempre;

A todos os professores que fizeram parte dessa caminhada durante o mestrado;

A todos os membros do grupo de Pensamento Social, por me ajudarem, acolherem e pela contribuição significativa nesta pesquisa;

E por fim, e não menos importante à professora Tatiana, que me permitiu fazer parte de sua vida por um tempo, propiciou a este pesquisador a alegria de poder descrever em parte a condição de trabalho, por ter sido uma pessoa tão generosa e por me inspirar como professor. Obrigada Tatiana.

A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la.

Eduardo Galeano

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado analisa a carreira docente no estado do Paraná, em uma modalidade de contratação temporária denominada PSS (Processo Seletivo Simplificado). Objetivamos compreender, como se dá esta contratação em relação aos professores concursados? Quais são os efeitos desta modalidade na organização do trabalho e na vida destes docentes? E quais são as limitações para profissionalização que esta modalidade impõe ao professor? Para responder a estas inquietações, acompanhamos a professora Tatiana que trabalha neste regime em Curitiba- PR. Fizemos uma observação participante do seu cotidiano por quatro meses, uma entrevista autobiográfica, uma análise desta biografia, uma pesquisa bibliográfica sobre profissionalização e identidade docente, assim como, uma pesquisa sobre as contratações PSS no Paraná. Descobrimos nesta pesquisa, que esta condição de trabalho precária, vem sendo usada indiscriminadamente a vários anos. Mostramos, que as condições dos professores PSS vem piorando com passar dos anos, especialmente em 2017, com a mudança na contagem das horas-atividade, que alterou significativamente a rotina dos professores e os sobrecarregou de trabalho. Ademais, em recente decisão, o governo do estado, decretou a manutenção da contagem das horas, que prejudica não só os PSS e determinou a redução do salário dos PSS. Concluímos neste trabalho, que existe um déficit de profissionais concursados no estado, e que estas vagas estão sendo ocupadas por mão de obra temporária. Observamos, que o número de concursos para contratação de profissionais, são insuficientes e seus efeitos práticos são questionáveis. Por fim, concluímos que esta forma de contratação causa uma séria limitação na profissionalização docente e que no caso observado, existe um entrave entre o saber e o fazer.

Palavras-Chave: Carreira docente. Contratação temporária. Desprofissionalização. Identidade. Saber e Fazer.

ABSTRACT

This text analyzes the teaching career in the state of Paraná, in a temporary contracting modality called PSS (Simplified Selective Process). We aim to understand, how does this hiring occur in relation to the professors? What are the effects of this modality on the organization of work and life of these teachers? And what are the limitations for professionalization that this modality imposes on the teacher? To answer these questions, we accompany the teacher Tatiana who works in this regime in Curitiba-PR. We made a participant observation of his daily life for four months, an autobiographical interview, an analysis of this biography, a bibliographical research on professionalization and teaching identity, as well as a research on PSS signings in Paraná. We found in this research that this condition of precarious work has been used indiscriminately for several years. We show that the conditions of PSS teachers have been worsening over the years, especially in 2017, with the change in hours-activity, which has significantly altered the routine of teachers and overloaded them with work. In addition, in a recent decision, the state government decreed the maintenance of the hour count, which damages not only the PSS and determined the reduction of the salaries of the PSS. We conclude in this work, that there is a deficit of professionals in the state, and that these vacancies are being filled by temporary labor. We observe that the number of competitions for hiring professionals are insufficient and their practical effects are questionable. Finally, we conclude that this form of hiring causes a serious limitation in teacher professionalization and that in the observed case, there is a barrier between knowledge and doing.

Key-words: Teaching career. Temporary hiring. Disprofessionalization. Identity. Know and Do.

Lista de gráficos

Gráfico 1: Comparativo entre a idade média do bairro de Tatiana e Curitiba... 26	26
Gráfico 2: Faixas de rendimento per capita domiciliar do bairro de Tatiana 28	28
Gráfico 3: Comparativo do número de contratos PSS na educação básica entre 2008- 2017 41	41
Gráfico 4: Média percentual anual de contratos PSS na educação básica entre 2008- 2017 41	41
Gráfico 5: Número de concursados da educação básica no Paraná entre 2008- 2017 42	42
Gráfico 6: Número percentual de contratos PSS da educação básica por mês em 2017 43	43
Gráfico 7: Comparativo do número de contratos PSS na educação básica entre 2016 e 2017 44	44
Gráfico 8: Comparativo da média anual de professores concursados e professores PSS da educação básica, entre 2005- 2017 48	48

Lista de Tabelas

Tabela 1: Atividades Semanais de Tatiana	23
Tabela 2: Comparativo da população por cor entre o bairro de Tatiana e Curitiba	26
Tabela 3: Comparativo do número de domicílios e densidade, entre o bairro de Tatiana e Curitiba	27
Tabela 4: Comparativo por tipo de domicílio entre o bairro de Tatiana e Curitiba	27
Tabela 5: Comparativo por setores de atividade econômica, entre o bairro de Tatiana e Curitiba	27
Tabela 6: Comparativo entre o número de professores de Sociologia: concursados e PSS no Paraná, entre 2005- 2017	45
Tabela 7: Principais alterações da disputa Judicial sobre a mudança na contagem da hora- atividade	67
Tabela 8: Títulos avaliados no concurso de 2013 e suas respectivas pontuações	99

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 Biografia e sociologia: a vida de Tatiana	6
1.1 Marcos teóricos e ferramentas de pesquisa	6
1.2 O relato de Tatiana.....	11
1.3 A rotina de trabalho de Tatiana	22
1.4 O contexto de Tatiana, seu bairro e as escolas onde trabalha.....	25
Capítulo 2: Trabalho e condição de uma carreira flexível	34
2.1 Alguns aspectos legais da contratação dos PSS	35
2.2 As contratações temporárias no Paraná	39
2.3 Algumas considerações sobre o capitalismo flexível e seus efeitos ...	49
2.4 A contratação de Professores PSS no Paraná, a mudança na Hora atividade em 2017 e a redução de salário para 2018.	62
2.5 A Distribuição das aulas de Tatiana	74
2.6 A Reforma do Ensino Médio.....	78
Capítulo 3: Profissionalização e Identidade	82
3.1 Profissão, profissionalização e identidade docente	83
3.1.1 Sobre a profissionalização docente.....	86
3.2 Entre o saber e o Fazer	90
3.3 Concurso, para um saber desprezado	96
3.4 O afeto.....	107
Considerações Finais	112
Referências	115

Introdução

Esta pesquisa de Mestrado tem como objeto principal o trabalho e a profissionalização docente. Principalmente em uma modalidade de contratação específica no Magistério Público Estadual, denominada “contrato PSS” (Processo de Seleção Simplificado). Esta modalidade de trabalho é diferente da carreira tradicional dos professores concursados, denominados QPM (professor do Quadro Permanente do Magistério) que, ao contrário dos PSS, são contratados através de concurso público e contam com estabilidade e plano de carreira. Apresentamos esta pesquisa num momento bastante específico de alteração no trabalho docente no estado do Paraná. Se nos últimos anos houve aumento da contratação de professores temporários, recentemente revela-se uma tendência de limitar sua contratação impondo novas regras ao trabalhador docente, criando, para o temporário, situações de enorme insegurança.

Segundo Oliveira (2004), a literatura sobre as mudanças educacionais e seus impactos sobre os trabalhadores, não tem contribuído o suficiente para entender as mudanças mais recentes, justificando a necessidade de (2004, p. 2) “investigações que procurem contemplar a difícil equação entre a macro realidade dos sistemas educacionais e o cotidiano escolar”. A autora, chama a atenção para uma lacuna na produção bibliográfica em relação às atuais condições do trabalho docente no contexto brasileiro.

Pretendemos, com esta pesquisa, discutir a condição do trabalho docente e suas características, não apenas no tocante a sua contratação, mas pretendemos descrever como é o cotidiano e de que modo o trabalho, nessa modalidade específica, impõe condições muito limitadas de carreira e profissionalização. Entenderemos o cotidiano como uma experiência social. Desejamos, neste sentido, apresentar como esse cotidiano se configura, desde a contratação, distribuição das aulas, a chegada do professor na escola, seu planejamento, seu desempenho e suas relações dentro e fora do ambiente escolar.

Assim, nossas perguntas de partida para a pesquisa são: **o que é a experiência de ser professor/a de Sociologia, no regime de contratação PSS, no Paraná em 2017? Quais os efeitos dessa modalidade de contratação para a organização do trabalho e da vida? Ademais, quais são os efeitos e limitações sobre o saber/ fazer nesta modalidade?**

Para tentar responder estas questões, observamos diretamente o dia a dia de uma professora de Sociologia, daqui em diante chamada de Tatiana: participamos de sua rotina e descrevemos processos de forma detalhada. Nosso objetivo é entender melhor do ponto de vista do docente, as suas dificuldades, dilemas, decepções e também alegrias.

Fizemos uma observação participante no ano letivo de 2017 que compreendeu quatro meses de apontamentos diários sobre seu trabalho, dentro e fora da sala de aula. Acompanhamos o processo de contratação, sua chegada à escola, as reuniões, os conflitos, paralisações, o trajeto da sua casa até a escola e suas aulas durante o 1º trimestre. Realizamos também duas entrevistas semiestruturadas.

Contamos com a inestimável ajuda de Tatiana, que foi muito amável ao aceitar a proposta da pesquisa, muito solidária a mim como pesquisador, fornecendo toda a ajuda possível para que a pesquisa fosse concretizada.

O percurso da pesquisa, como sempre, não foi linear. A princípio, eu desejava pesquisar os livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio, os processos de escolha do PNLD e o seu uso em sala de aula. No entanto, no segundo semestre do curso, tive contato com a obra de Lahire e fiquei entusiasmado com a sua metodologia e a sua forma de entrevistar (observar) os participantes. Nesse período manifestei também algumas inquietações em relação à carreira docente. Discuti essas questões no grupo de pesquisa e reformulei totalmente o projeto.

Definimos já no final do ano letivo de 2016, questões relacionadas ao campo de pesquisa. Estabelecemos que eu iria acompanhar ao menos uma professora de Sociologia do Ensino Médio no seu dia a dia, para tentar entender melhor esta modalidade de contratação, como se dão suas relações

dentro da escola. Tivemos a preocupação de estender essa análise para fora da escola também, queríamos saber das outras questões que estão implicadas no trabalho docente, as formas de contratação, como as aulas são distribuídas, que critérios são usados e que relações são estabelecidas neste processo, os primeiros contatos com a escola, as questões burocráticas que envolvem a chegada do professor, as primeiras reuniões pedagógicas e os planejamentos em relação à disciplina, a relação entre os professores.

Estipulamos no início do ano letivo de 2017, a professora que seria convidada a integrar a pesquisa. Fiz o primeiro contato com Tatiana pelo celular, me apresentei e expliquei que estava interessado em realizar uma análise sobre o trabalho docente e gostaria que ela participasse. Ela me atendeu prontamente e pediu para ler o projeto. Em uma semana, combinamos de nos encontrar em um café próximo à Universidade para acertar os detalhes da pesquisa e todos os processos que pretendíamos realizar.

Expliquei a ela que pretendia fazer uma aproximação do seu cotidiano e que por vezes a pesquisa seria invasiva, sobretudo em uma entrevista que pretendia fazer na sua casa, assim como fez Lahire em sua pesquisa sobre o sucesso e fracasso escolar. Tatiana aceitou participar desse trabalho acolhendo em sua rotina e em sua casa as minhas indagações.

Entenderemos a vida de Tatiana, como um indivíduo que forma e é formada pela sociedade. Ela é agente e é expressão de uma determinada sociedade. Olhar a vida cotidiana de Tatiana é olhar a sociedade sendo produzida. Estamos de acordo com Puggian e Martins (2011) em que a formação docente não se dá apenas nos cursos de formação, mas no processo que acompanha o sujeito em sua trajetória pessoal, seja, na primeira socialização, na família onde adquirimos as competências que fundamentam a vida social e a personalidade individual, importantes para o trabalho docente.

Tatiana tem 29 anos e uma experiência de sete anos em sala de aula. Graduou-se em Ciências Sociais numa Universidade privada de Curitiba e concluiu mestrado em Educação pela mesma instituição. Tatiana foi escolhida, por ser professora PSS há sete anos, desde quando houve expansão da contratação nesse regime, sobretudo na disciplina de Sociologia. Além disso,

Tatiana, como demonstraremos nas páginas a seguir, mostra um percurso muito emblemático das possibilidades de recrutamento de professores nos últimos anos no Brasil, sendo de uma geração que se beneficiou de políticas de expansão do crédito e de bolsas para o ensino superior, bem como de ampliação de cursos de licenciatura.

Notamos, não obstante, que Tatiana se estabilizou nessa condição temporária de trabalho ao longo de sete anos, e em 2017 se deparou com uma condição diferente, mais instável do que geralmente é a condição de professor PSS, aquilo que já era ruim, ficou pior. Tatiana encontrou ao longo do período alternativas para exercer a sua profissão, ainda que não exclusivamente no ensino público.

Com efeito, especialmente no ano de 2017, as condições de trabalho do docente temporário foram alteradas: houve, através de uma resolução (n.º 113/2017 – GS/SEED¹) o Governo Estadual, mudou a contagem das horas-atividade dos professores do Paraná. Esta alteração afetou diretamente a distribuição das aulas acarretando diminuição na quantidade de aulas disponíveis para os professores PSS, além de resultar na diminuição das horas destinadas à correção de provas e atividades e preparação de aulas. O Governo justifica a mudança como uma forma de diminuir o custo com contratações de professores temporários.

Segundo Tatiana, em 2017 foi a primeira vez que ela quase ficou sem aulas. Passou por momentos difíceis e pensou em abandonar a carreira. Atualmente Tatiana trabalha em cinco escolas (quatro escolas públicas estaduais e uma escola particular), além de lecionar também numa Faculdade e supervisionar um projeto de iniciação à docência. Só assim tem condição para totalizar um salário que garanta a sua subsistência. Nesse sentido, a rigor, Tatiana tem sete empregos.

A pesquisa está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo faremos uma discussão teórica a respeito de questões que consideramos

1

Disponível em:
<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/resolucoes/2017/resolucao1132017gsseed.pdf>
(última consulta 09/01/2018).

importantes para pensar carreira docente e sua configuração, uma apresentação detalhada da trajetória de Tatiana, assim como a sua rotina de trabalho. Apresentaremos o seu contexto, com alguns aspectos das escolas onde trabalha, assim como do bairro onde mora. O objetivo é colocar Tatiana no centro da observação e apresentá-la ao leitor: desde sua trajetória, o ambiente de trabalho e os “espaços sociais” aos quais ela está inserida.

No segundo capítulo uma discussão a respeito desta modalidade de contratação em regime PSS, com a apresentação de seus aspectos legais e alguns números sobre os PSS no Paraná. Abordamos a questão do capitalismo flexível e seus efeitos no mundo do trabalho. Temos neste capítulo, a forma de contratação desta modalidade de trabalho temporária, assim como as mudanças para 2017 e 2018. Por fim, uma breve descrição da contratação de Tatiana e uma apresentamos geral da reforma do Ensino Médio aprovada recentemente pelo Governo Federal.

No terceiro capítulo, abordamos alguns aspectos sobre: profissão, profissionalização e a construção da identidade profissional. Apresentamos a hipótese de que existe uma “dissonância” entre o saber e o fazer, nesta modalidade de trabalho temporária. Abordamos algumas questões sobre o concurso de 2013, que foi muito contestado e finalmente, falamos um pouco sobre um aspecto importante da docência, a dimensão afetiva.

Pretendemos colocar nosso objeto no centro destas perspectivas, usando as informações coletadas em campo, as teorias acerca das agendas citadas e retirar disso algumas conclusões sobre o trabalho docente em regime PSS.

Capítulo 1 Biografia e sociologia: a vida de Tatiana

Não são só os livros que se leem

Falamos em ler e pensamos apenas nos livros, nos textos escritos. O senso comum diz que lemos apenas palavras. Mas a ideia de leitura aplica-se a um vasto universo. Nós lemos emoções nos rostos, lemos os sinais climáticos nas nuvens, lemos o chão, lemos o Mundo, lemos a Vida. Tudo pode ser página. Depende apenas da intenção de descoberta do nosso olhar. Queixamo-nos de que as pessoas não leem livros. Mas o déficit de leitura é muito mais geral. Não sabemos ler o mundo, não lemos os outros.

Mia Couto “E se Obama fosse Africano”. (P 54).

Para este capítulo, objetivamos “ler” o cotidiano de Tatiana, tomamos como base o seu relato e a observação participante realizada, no intuito de entender melhor a sua condição de professora PSS, suas dificuldades, dilemas e realizações também. Iniciaremos o capítulo com os fundamentos da nossa base metodológica, que tem por horizonte focar numa agente social em particular. Faremos em seguida uma apresentação da professora Tatiana na qual destacamos sua trajetória e suas perspectivas para o futuro.

1.1 Marcos teóricos e ferramentas de pesquisa

Norbert Elias em *Introdução à sociologia* (1980) entende que as pessoas se constituem em relações que são como teias de interdependência, que assumem várias configurações de acordo com as condições de sociabilidade e de distribuição do poder. Em outra obra importante *Sociedade dos indivíduos* (1994) o autor afirma o seguinte:

Que tipo de formação é esse, esta “sociedade” que compomos em conjunto, que não foi pretendida ou planejada por nenhum de nós, nem tampouco por nós juntos? Ela só existe porque existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente querem e fazem certas coisas, e, no entanto sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem,

claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular. (ELIAS, 1994, p. 13).

Para o autor, os processos sociais são realizados e vivenciados por indivíduos que, ao mesmo tempo em que as elaboram, estão sujeitos a forças que os coagem e cujo resultado nem sempre é previsível. O autor entende que as pessoas criam e recriam essas forças externas a partir das suas experiências. Nesse sentido é necessário perceber de que forma são articuladas essas interconexões e configurações elaboradas pelos indivíduos. Segundo o autor:

Decerto nos apercebemos, ao mesmo tempo, de que na realidade não existe esse abismo entre indivíduo e sociedade. Ninguém duvida de que os indivíduos formam a sociedade ou de que toda sociedade é uma sociedade de indivíduos. Mas quando tentamos reconstruir no pensamento aquilo que vivenciamos cotidianamente na realidade, verificamos, como naquele quebra-cabeça cujas peças não compõem uma imagem íntegra, que há lacunas e falhas em constante formação em nosso fluxo de pensamento. (ELIAS, 1994, p. 16).

A partir de Elias, compreendemos que reconstituir tendências sociais nessa ou naquela direção, exige acompanhar os agentes concretos, suas experiências e ações, modos de criar a vida.

Lahire (1997), na mesma perspectiva, valoriza a compreensão dos agentes concretos, afirmando que as abstrações estatísticas não dão conta do fluxo da vida social. O francês destaca a importância de levar em consideração situações singulares, relações efetivas entre seres sociais interdependentes que formam estruturas particulares de coexistência. Afirma ainda, que a coerência das disposições sociais do indivíduo está relacionada aos princípios de socialização ao qual foi submetido e alerta para o fato de que a descrição dos contextos da ação, é parte importante da estruturação dos objetos de pesquisa.

(...) o microscópio sociológico possibilita descobrir a relativa heterogeneidade daquilo que imaginamos ser homogêneo ("um meio social", "uma família"), a instabilidade relativa desta rede de interdependência e a existência de elementos contraditórios principalmente na forma de princípios de socialização concorrentes. (LAHIRE, 1997, p. 39).

Ao entender o sujeito como parte importante da integridade do tecido social, consideramos importante lembrar de Weber², que toma a ação social como objeto de análise. Para Weber (2009, p. 3) a sociologia é “uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos.”. Para Weber (2009), a qualidade de social à ação é dada quando se orienta pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro.

Para Weber (2009), ações devem ser entendidas em seus sentidos e causalidades, não cabendo o julgamento das mesmas:

Nisso reside a diferença entre as ciências empíricas da ação, a Sociologia e a História, e todas as ciências dogmáticas, a Jurisprudência, a Lógica, a Ética e a Estética, que pretendem investigar em seus objetos o sentido “correto” e “válido”. (WEBER, 2009, p. 4).

Destacamos as considerações de Aron (1999, p. 451) em relação à ideia de compreensão proposta por Weber “Em outras palavras, é preciso explicar os fenômenos por meio de proposições confirmadas pela experiência, para ter o sentimento de compreendê-las.”.

Além disso, estamos de acordo com Gabriel Cohn (1979) em colocar o sujeito como “entidade nuclear” na análise. Para o autor:

Trata-se do recurso à noção de *portador* pela qual o indivíduo (autor ou agente) aparece como ponto de convergência e sobretudo de realização efetiva de linhas possíveis de elaboração significativa e de ação, sem que, no entanto os processos que conduzem a esses resultados possam ser reduzidos àquilo que ocorre no interior do seu sistema psíquico. Interessa sempre que esses resultados se exprimem de alguma maneira, são relevantes para outros e, por essa via, ganham caráter “objetivo”. (COHN, 1979, p. 29).

Ainda nesta chave da compreensão das ações dos indivíduos dotada de um sentido intersubjetivo, Cohn (1979) destaca a ideia de experiência vivida que também nos interessa:

A experiência vivida, não tem significado nem existência isolados, nem indiferenciada. Ela pode ser examinada ao longo de dois eixos, claro que isoláveis só analiticamente. Um horizonte tal, que permite

² WEBER, Max. Economia e Sociedade.

ver como se unifica nela o conjunto de relações que o sujeito mantém com outros, numa situação dada, de caráter intersubjetivo. Outro, vertical permite ver como através da memória, as vivências se articulam ao longo do tempo para constituírem uma biografia, uma história de vida. Esse segundo ponto é fundamental. Ele levanta a ideia de que o conhecimento do sujeito passa pela *compreensão* do processo significativo da sua formação. (COHN, 1979, p. 17).

Em resumo, procuramos suporte teórico, seja pela proposição de Elias em relação aos indivíduos e suas teias imprevisíveis de interdependência; seja nas estruturas particulares de interdependência, que impõe alternativas de socialização aos indivíduos nos contextos de ação, de Lahire; seja pela via de Weber, sobre as ações sociais. **Consideramos, acompanhados desses autores, a possibilidade de estudar os dilemas e possibilidades da carreira docente no Brasil a partir de uma agente social e seu contexto.**

Procuramos apoio em Lessard e Tardif (2014), que nos alertam para os aspectos específicos do trabalho docente, uma profissão que lida particularmente com interações humanas. Por isso, os autores destacam os perigos da abstração nas pesquisas dedicadas à docência, pois em alguns casos servem apenas como referência empírica ou parcial de discussões específicas como o currículo, disciplinas, didática, estratégias pedagógicas, tempo de trabalho docente, número de alunos, dificuldades e diferenças. Ainda que também, não se possa perder do horizonte, segundo Lessard e Tardif (2014, p. 24), “o contexto mais amplo do trabalho dos professores e, mais amplamente, do trabalho escolar”.

Com base nessas referências, procuramos observar Tatiana nos detalhes, estivemos com ela no seu cotidiano, do momento em que chega ao trabalho ao momento que vai para sua casa, observamos como ela chega, com quem conversa. Observamos suas relações na escola (formais e informais), com quais professores tem mais afinidade e quais não tem, o que faz durante as horas-atividade também.

Acompanhamos Tatiana fora da escola, no processo de contratação, as dificuldades, suas angústias e alegrias, a expectativa em relação às escolas e as mudanças de expectativas. Procuramos através da nossa observação,

delinear de forma detalhada todo o processo implicado no trabalho docente, dentro e fora da escola.

Entendemos que a prática docente está relacionada a uma configuração que se constitui por vezes com sinais diversos nesse processo de tessitura da sociedade, realizada pelos indivíduos em seu conjunto. Assim como propõe Lahire (1997, p. 71) “Esforçamo-nos, portanto, para organizar sociologicamente, a partir de uma construção particular do objeto, o material oriundo da observação de realidades sociais relativamente singulares”.

A ferramenta de pesquisa observação participante, foi reveladora em vários sentidos, foi nela que percebemos como a professora usa de sua experiência e conhecimento para obter aulas, como ela se relaciona com outros professores, direção da escola e alunos. Observamos também, como esse cotidiano é sensível à sua condição de PSS, pudemos notar as suas tristezas, alegrias, vontades e decepções no trabalho como professora.

A observação, nos deu uma perspectiva sobre a vida ordinária de Tatiana, e pudemos perceber as mudanças no seu cotidiano ocasionadas pelas dificuldades enfrentadas durante o ano letivo. Para Minayo:

A Técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. (MINAYO, 2002, p. 59).

Outra técnica de pesquisa utilizada, foi a entrevista semiestruturada. Usamos esta técnica por dois motivos: coletar o relato biográfico da professora e procurar preencher lacunas da observação participante, coisas que não ficaram claras durante o período de observação. Ainda para Minayo:

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. (MINAYO, 2002, p. 57).

Fizemos duas entrevistas semiestruturadas com Tatiana, uma no início do campo e outra no final. Numa delas pedimos que ela fizesse um relato autobiográfico considerando, de acordo com Bueno (2002 p. 7), “o método biográfico como opção e alternativa para fazer a mediação entre as ações e a estrutura, ou seja, entre a história individual e a história social”. Pudemos assim, analisar o dia a dia da professora através da observação e pesquisar a sua trajetória através do seu relato.

Tomamos também de empréstimo a técnica de Lahire (1997) em “*Sucesso Escolar nos Meios Populares*”, quando o autor faz as suas entrevistas nas casas dos pais dos alunos pesquisados, a fim de, encontrar minúcias das condições de racionalização do cotidiano. Segundo Lahire (1997, p. 77) “o método de trabalho do sociólogo comporta certa analogia com o detetive que busca indícios, detalhes reveladores”. Podemos afirmar que ao fazer a entrevista na casa de Tatiana, tivemos a dimensão real do trabalho docente e como ele estrutura a vida de modo totalizante.

Quando Tatiana foi indagada sobre o trabalho em sua casa, ela relatou que trabalha até três horas do seu dia em casa. A rigor, ela usa seu tempo “livre” e seus recursos (casa, internet e etc..) para trabalhar. Neste sentido Lahire nos ajuda a compreender esse método de entrevista:

Portanto, é enfrentando a questão da entrevista como discurso não-transparente que podemos ter uma oportunidade de reconstruir as práticas efetivas. Ou melhor, as disposições sociais efetivas que estão no princípio dos discursos proferidos. (LAHIRE, 1997, p. 77)

Findadas estas aproximações teóricas e metodológicas, passemos a apresentação de Tatiana, em seu relato.

1.2 O relato de Tatiana

Apresentaremos Tatiana tomando seu relato como principal fonte de análise. Pretendemos observar como Tatiana se constitui professora durante o

curso de sua vida jovem e sobretudo, como chega à condição de professora de Sociologia PSS.

Tatiana nasceu e sempre morou em Curitiba. Fez curso primário no antigo IPE (Instituto Politécnico Estadual), hoje CEEP (Centro Estadual de Educação Profissional de Curitiba), onde teve contato com disciplinas profissionalizantes como desenho industrial e técnicas agrícolas. Tatiana conta que, embora o contato com a área de Humanas fosse pequeno, as aulas de História e Geografia despertavam seu interesse e essas disciplinas, teve o incentivo dos seus professores. Embora o conteúdo fosse voltado mais para uma “decoreba”, diz ela, os professores eram muito atenciosos e a estimularam a seguir estudando. Desse modo, segundo seu relato, nesse período, ela começou a cogitar a possibilidade de ser professora de História, influenciada por seus professores, de História e Geografia.

Seu Ensino Médio foi realizado no colégio Estadual do Paraná em 2003, 2004 e 2005. O colégio Estadual do Paraná é uma escola de prestígio³ em Curitiba. No entanto, durante o 1º ano do Ensino Médio teve uma experiência ruim na disciplina de História, pois a professora mantinha distanciamento em relação aos alunos e reforçava uma ideia de superioridade em relação aos mesmos. Porém, sua forma de ensinar História, era diferente do que ela tinha aprendido até então, pois, exigia que os alunos pesquisassem a respeito dos temas propostos. Tatiana teve um desempenho ruim nas primeiras avaliações e foi conversar com a professora. A conversa resultou numa sensação de fracasso e inferioridade que, no entanto, não a fez desistir da ideia de ser professora.

³ O colégio Estadual do Paraná, além de ser um dos maiores do Estado, é um dos mais antigos (fundado como liceu de Curitiba em 1846) e fica localizado bem próximo ao centro da cidade, conhecido também pela sua estrutura, que conta com Laboratórios de Informática, Laboratório de Química, Laboratório de Física, Laboratório de Biologia, salas especiais para a Escolinha de Arte e para o Centro de Línguas do Colégio Estadual do Paraná (CELICEP ou Centro de Línguas Estrangeiras Modernas - CELEM) com oferta de nove idiomas (alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, japonês, mandarim, polonês e ucraniano), ampla área de Educação Física e desportos, inclusive piscinas, ginásio, campo de futebol e pista de atletismo. Além destes ambientes, há o Auditório Bento Mossurunga, o Salão Nobre, o Restaurante, Museu e o Planetário Prof. Francisco José Gomes Ribeiro. Ou seja, é um colégio com uma excelente estrutura, com ex alunos ilustres e considerado referência em educação no Estado do Paraná. Mais informações: <http://www.cep.pr.gov.br/> (último acesso em 10/10/17).

No 2º ano do Ensino Médio teve uma experiência totalmente diferente, pois, teve aulas com um professor muito bom, que a incentivou a seguir estudando História. Finalmente, no 3º ano, decisivo para as escolhas profissionais, conheceu outra professora que ela considera “maravilhosa”, para quem ela contou que queria ser professora de História. Essa professora então comentou sobre a possibilidade do curso de Sociologia (Ciências Sociais o que fez com que Tatiana buscasse informações e se sentisse atraída por essa alternativa. Tatiana relata que não teve contato com a sociologia no ensino médio e tudo lhe pareceu uma novidade⁴.

Com efeito, incentivada pela sua professora de História do 3º ano do Ensino Médio e pelas suas pesquisas em relação à área de conhecimento, resolveu prestar o vestibular em 2005 para Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná.

Ela foi aprovada mas frequentou poucas aulas e trancou o curso. Entrou em crise pela incerteza da carreira e teve problemas com o ambiente acadêmico, como veremos adiante. Nessa época, afirma, reconstituindo sua memória, que teve medo de não ter uma profissão e estar perdendo tempo. Revelou ainda que o fato de vir de uma família humilde onde ninguém até então tinha feito uma universidade, favoreceu o abandono do plano. Segundo seu relato, ela não tinha em mente ser uma professora universitária, o fato de cursar uma universidade já era um obstáculo a ser trasposto.

Tatiana contou que seus pais, ambos nascidos no interior do Paraná, eram humildes. Seu pai terminou o Ensino Médio ainda no interior do Paraná, em São Paulo fez curso de torneiro mecânico, voltando em seguida para o Paraná. Com 28 anos, se casou com a sua mãe e ambos foram morar em Curitiba. Aos 30 anos, já casado, fez um curso (uma espécie de Tecnólogo) em desenho industrial, profissão que exerce até os dias de hoje numa indústria.

⁴ Após quase 40 anos, as disciplinas de filosofia e sociologia foram novamente incorporadas ao currículo do ensino médio, em junho de 2008, com a entrada em vigor da Lei nº 11.684. A medida tornou obrigatório o ensino das duas disciplinas nas três séries do ensino médio. Elas haviam sido banidas do currículo em 1971 e substituídas por educação moral e cívica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32546> - última consulta 29/09/17.

Sua mãe, também do interior do estado do Paraná, fez um curso de datilografia com 15 anos e abandonou o Ensino Médio. Trabalhou como cabelereira por 30 anos e fez cursos profissionais. Eventualmente foi também professora de corte de cabelo e maquiagem. Concluiu o ensino médio apenas quando Tatiana já tinha 12 anos.

Outro membro da família, uma irmã adotiva, um ano mais velha e muito próxima de Tatiana, não terminou o Ensino Médio e fez um curso de cozinheira. Atualmente trabalha como cozinheira na cidade de Ponta Grossa (a cerca de 100 km de Curitiba, no Paraná), onde mora com seu marido e sua filha de 12 anos. Tatiana diz a que sempre que pode a visita.

Apesar de apontar essa falta de referência para prosseguir em seus primeiros passos rumo ao ensino superior, Tatiana conta que sempre recebeu muito apoio dos seus pais, inclusive uma certa pressão para voltar a estudar como veremos adiante. Tatiana diz que seus pais sempre a deixaram livre para tomar suas decisões e escolher sua profissão, porém, sofria uma certa pressão para que se formasse em algo. Comenta que sua mãe tinha uma ideia de estabilidade em relação à carreira docente, mas seu pai desejava que ela estudasse algo vinculado à administração ou ciências exatas, imaginando melhor retorno financeiro.

Ao desistir do curso, Tatiana foi trabalhar como recepcionista em algumas academias de natação e ginástica. Ficou sem estudar até 2007, morando com seus pais em Curitiba. Foi então que sua família começou a pressioná-la para que ele voltasse a estudar. Então ela fez o ENEM⁵ na edi o (2007/2008), cujo bom desempenho permitiu acesso a uma bolsa do PROUNI⁶

⁵ Desde 2009, o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) ganhou uma grande importância na vida dos brasileiros. Instituído em 1998 pelo Ministério da Educa o (MEC) e realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais An sio Teixeira (Inep), o Enem se tratava apenas de um teste para avaliar as competências desenvolvidas ao longo da educa o básica. Ao longo dos seus mais de 10 anos de existência, diversas novas fun es foram acrescentadas ao exame. Uma delas, e quem sabe a mais importante, foi acrescentar aos seus objetivos a sele o para o ingresso no ensino superior. <http://academia.qedu.org.br/> ( ltimo acesso em 10/12/2017).

⁶ O Prouni - Programa Universidade para Todos   um programa de inclusão educacional criado no ano de 2004, pelo Ministério da Educa o - MEC com a finalidade de ajudar aos estudantes brasileiros que não têm condi es de pagar o valor das faculdades particulares a ingressar no ensino superior por meio da concessão de bolsas de estudo que vão de 50% a 100% das

para cursar Administração de Empresas em uma Faculdade privada de Curitiba. Tatiana relata, que colocou entre as opções de curso da sua inscrição no PROUNI: Psicologia, Pedagogia, História, sua última opção foi Administração, e foi justamente a última opção que concedeu a ela uma bolsa de 100%. Ela resolveu se matricular, mas em menos de um ano, reprovou em todas as matérias. Segundo seu relato, ela “odiava” o curso e a falta de desempenho acabou custando a sua bolsa.

Já no final de 2008, resolveu tentar História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Não passou na UFPR e passou na primeira fase em História na UFSC, acabou reprovando na segunda fase, e como não tinha condições de se manter em Florianópolis, e não conseguiu um trabalho por lá, acabou voltando para Curitiba já em 2009, e continuou morando na casa dos seus pais.

Neste período (janeiro a março de 2009), Tatiana ficou desestimulada com a perspectiva de estudar. Segundo ela, se sentia burra e tinha a sensação de que não conseguiria terminar uma Faculdade.

A impressão que tivemos a respeito destas idas e voltas de Tatiana, é que a existia nela uma ideia de que a Universidade pública não era seu lugar. Ao ser questionada sobre essa hipótese, ela confirmou que sim, ela considerava a Universidade Federal do Paraná, algo muito distante, tanto que em sua breve experiência em 2006, ela conta que se sentiu muito inferior ao nível de seus colegas (no nível de classe e intelectual também), sua sensação era de que não iria dar conta de fazer o curso, a sua expressão é “eu não me encaixei, e foi um tanto assustador”. Mas ela disse que depois desencanou disso e seguiu adiante.

mensalidades. Os candidatos contemplados com o Prouni estudam em faculdades da rede particular de ensino que aderem ao programa e, ao conseguir uma bolsa parcial, o estudante terá que custear a outra metade das mensalidades do curso, já quem conseguir uma bolsa integral não precisará arcar com nenhum valor referente às mensalidades. A bolsa Prouni é válida durante todo o curso, mas, para isso, o estudante deve cumprir com todos os critérios estabelecidos pelo Prouni ao longo do período de estudos. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/> (último acesso em 20/12/17).

Porém, ainda em março de 2009, foi até a Universidade (onde cursou Ciências Sociais) para saber melhor sobre o processo de seleção, levou sua nota do Enem e fez uma prova de seleção.

Foi aprovada, mas ela queria fazer História, e como a turma já tinha iniciado o curso, não foi possível. Então, foi aconselhada na secretaria da Universidade, a fazer um semestre na turma de Ciências Sociais para validar algumas disciplinas comuns com o curso de História.

Segundo seu relato, essa instituição que é particular, é obrigada a reservar um número de vagas para alunos que não tem condições de arcar com as mensalidades, e como o curso de Ciências Sociais estava iniciando na instituição, ela, através da sua boa nota no ENEM, foi contemplada com uma bolsa de 80%. Então ela iniciou o curso de licenciatura em Ciências Sociais e gostou, desistiu da ideia de mudar para o curso de História, e se formou em Ciências Sociais.

É interessante observar que Tatiana, não se via na Universidade pública e acaba encontrando seu lugar em uma instituição privada, num curso noturno e em uma licenciatura. Após duas tentativas de ingressar em uma Universidade pública e um ano em uma Universidade privada, num curso que ela odiou. Veremos mais adiante, que parte dessa realização se dá em sala de aula.

Além da bolsa concedida, outro fator determinante para que ela pudesse frequentar as aulas, foi o fato do curso ser noturno, o que possibilitava conciliar trabalho (durante o dia) e estudo (à noite). Embora morasse com seus pais, ela relata que necessitava trabalhar, pois, seus pais sempre tiveram em mente que o estudo deve ser conciliado com o trabalho, a noção de dedicação exclusiva aos estudos nunca esteve presente em casa. Ela conta também, que num primeiro momento, a renda do seu trabalho era para ela mesma, não para sustento da casa, mas em dado momento a condição financeira dos pais piorou e ela foi obrigada pelas circunstâncias a ajudar em casa, pagando alguma conta e contribuindo para orçamento familiar.

Por isso, Tatiana trabalhou durante o primeiro ano do curso em uma academia como secretária enquanto, à noite, estudava sociologia. Ainda no primeiro ano de curso, se sentia perdida, e se distanciou da ideia de ser professora. Segundo ela, as primeiras aulas de legislação e didática não a incentivaram muito, ficou mais interessada nas aulas teóricas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Pensou até em largar a licenciatura e mudar para o bacharelado, ao menos nesse início de curso. Mas como a sua Universidade não tinha esse curso, ela teria que migrar para a Universidade Federal do Paraná, ponderou sobre o tempo que estava no curso e quando se formaria e resolveu permanecer na Licenciatura.

Perguntamos a Tatiana sobre ser professora “e essa ideia de ser professora você já foi focada com isso... você queria ser professora? Ela respondeu:

eu confesso que no primeiro ano não muito... no primeiro ano eu tava bem perdida... você entra na faculdade eu já tinha passado por todo esse processo de entrar sair e não ficar... e aí no primeiro ano confesso que nas primeiras aulas de didática legislação brasileira que eu são aulas mais cansativas... não vou falar chatas mas são de certa forma também ... a Universidade tem um foco muito grande na educação né... e eu comecei a me interessar com essa foco que os professores começaram a dar ... as primeiras aulas foram difíceis e me confundiu... e as primeiras aulas de sociologia mesmo em tese teoria ciência política sociologia começaram a me fascinar e pensar em fazer um bacharel... largar e fazer o bacharel... e nessa época eu já entrei pro PIBIC... já no primeiro ano... aí no final do primeiro ano pro segundo eu tive uma matéria específica que era se eu não em engano Processos conhecimentos de Ação na Escola que aí eu comecei a entender um pouco melhor a escola aí no que eu fui pra sala de aula... já... é isso mesmo que eu quero porque desde de o ensino médio eu já queria ser professora... aliás na oitava série eu já pensava em ser professora... e realmente foi um foco assim aí eu estudei pra isso... tanto que a minha monografia foi sobre o ensino de sociologia. (TATIANA, em entrevista concedida em 2017).

Já no final do primeiro ano de curso, entrou para o PIBIC⁷, neste programa desenvolveu uma pesquisa relacionada à educação e começou a

⁷ O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica. A cota de bolsas de (IC) é concedida diretamente às instituições, estas são responsáveis pela seleção dos projetos dos pesquisadores orientadores interessados em participar do Programa. Os estudantes tornam-se bolsistas a partir da indicação dos orientadores. Disponível em: <http://cnpq.br/pibic> (último acesso em 20/12/17).

fazer, no mesmo período, uma disciplina voltada para a escola e aulas de Sociologia para o Ensino Médio. A partir destas experiências, passou a entender melhor as atividades do professor e todo o processo pelo qual a sociologia passa na escola, seus conteúdos, adequações e planejamento. As atividades na escola foram positivas, pois, a fizeram lembrar que ela queria ser professora desde a 8^o série⁸.

Apenas no final do primeiro ano da graduação e depois de três tentativas no ensino superior é que Tatiana se reconcilia com sua vontade de ser professora. A docência aparece como um interesse já na infância, como uma “vocação” meio incerta, mas que encontra seu lugar em uma instituição privada que acaba de abrir o curso. Tatiana demonstra uma certa insegurança, muitas dúvidas e nos apresenta uma perspectiva dos seus pais sobre a docência, que são desencontradas. A impressão que temos é de que ela só se realiza com a prática docente, como se nesse início, a prática da retórica estivesse acima de um saber.

No segundo ano de curso, se inscreveu no processo de seleção para professores temporários (PSS) e assumiu algumas aulas. Veremos mais adiante, sobre a discussão dos aspectos que regulamentam a contratação PSS, que com pouco conhecimento sobre a disciplina, um aluno de graduação pode assumir aulas nesta modalidade. Por um lado é bom, pois, garante um trabalho já na docência, mas por outro, pode gerar uma série de anseios em relação à carreira, como relata Tatiana mais adiante. É interessante observar que a mesma condição (contrato PSS) que garantiu um trabalho e a continuidade dos estudos de Tatiana, é a mesma condição que a limita hoje, e a faz pensar em abandonar a carreira docente.

Já nessas primeiras experiências teve a “certeza absoluta” de que queria ser professora. A certeza veio com a prática docente⁹. Em suas palavras:

Foi naquele momento que eu tive certeza que era isso que eu queria fazer... Ser professora de Sociologia, o ensino médio me fascinou... Foi realmente uma grande abertura, sabe a luz quando surge... Era

⁸ Entrevista concedida pela Professora Tatiana em sua casa em 2017.

⁹ Idem.

isso que eu queria fazer e não larguei mais... Esse ano acho que fazem sete anos que eu estou em sala de aula. (TATIANA, em entrevista concedida em 2017).

A professora reforça que o ambiente todo da Universidade era voltado para a licenciatura e focado na docência. Havia muitas disciplinas para a licenciatura e os estágios eram ofertados desde o primeiro ano do curso. Isso colocava o aluno em sala de aula durante quase todo o curso. Mas, segundo seu relato, há também pontos negativos, como o currículo muito engessado, não possibilitando o aluno diversificar a sua formação.

Nesse processo de formação, Tatiana destaca que teve várias professoras que foram fundamentais para sua escolha pela docência, professoras que não ficavam “floreando” a carreira, que sempre diziam e comentavam sobre a realidade que iriam encontrar. Outro ponto fundamental destacado no seu relato foi o apoio dos seus pais. No início da carreira, mais precisamente no segundo ano da graduação, ela ministrou muitas aulas de Filosofia e algumas de Sociologia e isso lhe custou muitas horas de estudo e pesquisa e os pais sempre entenderam as horas de ausência e de solidão. Tatiana conta, que até hoje seus pais não entendem muito bem o que é Sociologia, mas sempre contam que tem uma filha professora, com orgulho aparente.

Sobre as primeiras experiências em sala, Tatiana conta que foi uma relação de amor e ódio. Embora diga que tinha certeza de que queria ser professora, foi um início complicado, sobretudo pela rapidez do processo. Tatiana diz que em março de 2010, apenas em 3 dias após ser chamada pelo Núcleo, assumiu suas aulas. Tatiana, então no segundo ano do curso, se sentia muito insegura em relação aos conteúdos, sistema de avaliação e até em relação a sua postura como professora. Não sabia como devia se comportar em sala de aula, em relação à direção e equipe pedagógica.

Sua inexperiência acabou afetando diretamente seu trabalho, pois, o núcleo de educação tinha à disposição aulas de sociologia e filosofia, e ela ficou com medo de recusar as aulas de filosofia, mesmo sabendo que seria bastante difícil dar essas aulas. Seu medo era de que fosse “cortada” do

processo por recusar as aulas, então acabou pegando vinte e duas aulas de filosofia e dez de Sociologia, ou seja, iniciou sua carreira docente com mais de trinta aulas, sendo a maioria em uma disciplina a qual não era formada. Essa primeira escola é a mesma onde ela dá aulas há sete anos, denominada na pesquisa como escola A.

Veremos mais adiante nos dados sobre os contratos PSS, que em 2010, houve um aumento no número de contratações temporárias no Paraná. Em 2009, tivemos uma média percentual de 27% de temporários, enquanto em 2010, essa média sobe para 33,4%, então Tatiana acaba se beneficiando desse aumento nas contratações.

Tatiana conta que as aulas de sociologia fluíam numa certa normalidade, pois, eram para o 1º ano do Ensino Médio e os conteúdos dados para esse ano coincidiram com os conteúdos iniciais da Universidade. Seu problema era as aulas de filosofia. O conteúdo era “muito abstrato” segundo ela. Como, por exemplo, o que é o amor? O que é a liberdade? O que é amizade? Nesse processo de tentar dar conta das aulas de filosofia, Tatiana estudava muito, relatou que perdeu o foco e chegou a entrar em desespero. Nesse momento, começou a se questionar em relação à docência. Não em relação à continuidade da profissão, mas, em relação ao que estava se tornando, que tipo de professora queria ser? Que tipo de aluno queria formar? Segundo ela, foi uma crise de identidade. Neste período o apoio da escola (diretor, equipe pedagógica, demais professores) foi fundamental, pois, teve toda a liberdade para trabalhar em sala de aula, não sofreu pressão alguma da escola e se sentia muito livre para exercer a docência.

Tatiana conta que cometeu muitos erros no início da carreira, atualmente olha as atividades e provas que passou para os alunos e reflete a respeito¹⁰, segundo ela:

como é que eu fazia uma atividade daquela com os alunos assim que... que eu não entendia muito bem o que era o processo avaliativo eu tava aprendendo o que era aquilo... então às vezes eu fazia avaliação por avaliação... não conseguia entender muito bem o que eu esperava do retorno do aluno... foi difícil nesse sentido... mas por outro lado foi o teste né... se era realmente isso que eu queria... então

¹⁰ Entrevista concedida pela Professora Tatiana em sua casa em 2017.

assim os primeiros dois anos que é o que a maioria das pessoas diz é a parte mais difícil porque você tem que montar aula pensar em prova pensar em atividade entender o aluno... aí é aquela contradição da escola né... que escola é um lugar de liberdade e prisão ao mesmo tempo. (TATIANA, em entrevista concedida em 2017).

Tatiana morou com seus pais até meados de 2015, quando resolveu morar com dois amigos em Curitiba, morou em um apartamento com eles em Curitiba e se deslocava até o bairro onde trabalha hoje para dar aulas, ficou um ano morando com seus amigos e resolveu morar sozinha em 2016, alugou uma casa no bairro onde mora e trabalha. Tatiana teve sérias dificuldades financeiras em 2017, por conta da falta de aulas, pois, ela paga seu aluguel, seu carro e mais suas despesas pessoais.

Tatiana mora em uma casa confortável e seu carro é relativamente novo, um carro popular com alguns anos de uso, seu padrão de vida, aparentemente é de classe média, mas ela sentiu no ano de 2017 muitas dificuldades em se manter.

Consideramos esta descrição de suma importância para entender parte do que é a carreira docente, ao menos do ponto de vista da nossa interlocutora. Observamos em sua narrativa, as idas e vindas até a sua escolha definitiva pela docência em Sociologia, algumas dificuldades financeiras que a levaram a ter que trabalhar concomitantemente à sua formação e uma entrada no campo de trabalho mesmo sem uma formação completa.

Temos um modelo de contratação bastante precário, ao qual ela está presa até hoje, uma série de preocupações que ajudaram na sua formação prática (forma de lecionar, postura, conteúdos e preocupação com os alunos), temos mesmo que preliminarmente, uma série de elementos sobre a carreira docente a discutir.

Sobre as suas perspectivas para o futuro, recentemente ela revelou que pretende fazer um curso que não tem nada a ver com a docência, que permanecerá mais um ano trabalhando nesse regime de trabalho, mas que pretende aos poucos ir deixando a carreira docente, para se dedicar a outra coisa.

Esses planos interrompem outros que ela tinha para a carreira docente. No início do ano de 2017, ela desejou fazer o seu doutorado em Sociologia, mas não teve tempo de se dedicar ao processo seletivo e abandonou a ideia. Agora, no fim do ano, ela pensa em seguir outro caminho profissional, inclusive fora de Curitiba.

1.3 A rotina de trabalho de Tatiana

Em novembro de 2017 Tatiana estava com 35 aulas entre a rede estadual e a rede privada de ensino. A situação no início do ano era bem diferente, pois ela iniciou com apenas 16 aulas, insuficientes para mantê-la, obrigando-a a recorrer, no mês de março, à empréstimos para se manter, os quais paga até hoje parcelas. Para conseguir mais aulas, durante o mês de março, Tatiana teve que fazer contato com alguns diretores e professores da sua rede de contatos.

Entre março e abril de 2017, ela conseguiu mais duas escolas do bairro para dar aulas e, em junho de 2017, aceitou a proposta de uma escola particular próxima à sua casa. No mês de outubro ela perdeu 5 aulas em uma das escolas públicas, o que a obrigou a fazer novos contatos, que resultaram ainda no mês de outubro, em mais algumas aulas em outra escola pública, na disciplina de Ensino Religioso.

Tatiana encerrou o ano de 2017, dando aulas para o Ensino Básico na disciplina de Ensino Religioso, no Ensino Médio na disciplina de Sociologia da rede pública estadual, no Ensino Médio de Sociologia em uma escola particular, no Ensino Superior na disciplina de Sociologia e supervisiona bolsistas da Licenciatura, ao todo são quatro escolas públicas, uma escola particular, uma Faculdade e mais o programa da Licenciatura.

Em relação ao volume de trabalho, Tatiana conta que tem 18 turmas, sendo 9 da rede estadual, 7 no ensino particular e 2 turmas no ensino superior. Ao todo, leciona para mais de 700 alunos e supervisiona 15 bolsistas de licenciatura. As escolas serão denominadas como: escola A, escola B, escola

C, escola D (particular) e por fim a escola E (onde ela leciona Ensino Religioso). A semana fica organizada da seguinte maneira:

Tabela 1: Atividades Semanais de Tatiana

Cronograma de Atividades Semanais da Professora Tatiana					
Período	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	Escola B- 4 aulas em sala	Escola A- 3 aulas em sala e mais 2 horas-atividade	Escola D- 6 aulas em sala (aulas de 45 minutos)	Escola B- 1 hora-atividade e 4 aulas em sala	Escola A- 3 aulas em sala
	Escola D- 1 aula em sala				
Tarde	Em casa: Faz as atividades da escola D (escola particular não tem hora-atividade)	Escola E- 1 hora-atividade e 4 aulas de Ensino Religioso em sala	Em casa: Prepara as aulas para a Faculdade (na Faculdade não tem hora-atividade)	Na Univesridade: Reunião semanal projeto de licenciatura	Em casa: Faz as atividades das escolas estaduais que não consegue terminar nas horas-atividade
Noite	Faculdade das 19:00 às 21:00	Faculdade das 21:00 às 23:00		Escola C- 2 aulas em sala	

Fonte: Relato de Tatiana

Segundo Tatiana: “Cada dia é uma rotina”, ela acorda todos os dias às 06:30 da manhã e sai de casa às 07:10. Em geral, não toma café da manhã em sua casa. Acaba tomando o café na escola, almoça geralmente em sua casa, ela mesma cozinha. Tatiana se beneficia da proximidade da sua casa entre as escolas. Quase todos os trajetos da escola até sua casa e vice-versa, são realizados com seu carro. Ultimamente em algumas escolas ela está indo de bicicleta, mas comentou que tem medo de andar de bicicleta em alguns horários e lugares do bairro.

Na segunda-feira a professora sai da sua casa de carro e vai para a escola B que fica a 2,5 Km da sua casa, chega em dez ou quinze minutos dependendo do trânsito. Nesta escola ela dá quatro aulas de Sociologia em sala, ficando até 11:10 mais ou menos. Então vai para a escola D que fica a 1Km, lá ela dá uma aula de Sociologia e vai para sua casa almoçar, por volta do meio dia. Percorre nesse trajeto 1,8 Km de carro.

À tarde, ela prepara as aulas e atividades da escola D que é particular. Ela dispõe nesse período de seu “tempo livre” para preparar as aulas, corrigir

atividades e lançar notas. Às 18:00 horas ela sai de casa para ir à Faculdade dar aulas de Sociologia para os cursos de História e Nutrição. A faculdade fica a 12 Km da sua casa e ela demora uma hora para chegar por conta do trânsito. Lá ela fica até às 21:00 e chega em casa às 21:30 mais ou menos. Esse trajeto também é feito com seu carro.

Na terça-feira ela inicia o dia às 06:30 como todos os dias, não toma café e sai de casa às 07:10. Vai para a escola A, desta vez de bicicleta para economizar na gasolina do carro. A escola fica à 3,5 Km da sua casa e ela chega em 15 minutos. Na escola A ela tem três aulas seguidas de Sociologia em sala, em turmas diferentes, porém todas de primeiro ano e mais duas horas-atividade, que ela faz na sala dos professores. Volta para sua casa de bicicleta por volta do meio dia, almoça em casa e logo após o almoço, por volta das 13:00, vai de bicicleta para a escola E, que fica à 2,5 Km da sua casa. Lá ela dá aulas de Ensino Religioso, são quatro aulas em sala para quatro turmas diferentes (duas turmas de 6º ano e duas turmas de 7º ano) e uma hora-atividade. Por volta das 18:00 horas vai para sua casa novamente. Às 20:00 ela sai de casa de carro para ir à faculdade dar aulas de Sociologia para o curso de Nutrição, percorre os 12 Km em uma hora e fica na faculdade até às 23:00 chegando em casa às 23:30.

Na Quarta-feira, inicia sua rotina da mesma forma, acordando às 06:30, saindo às 07:10. Vai para a escola D com seu carro, percorre 1,8 Km, lá ela tem seis aulas de Sociologia em sala. Nesta escola que é particular, as aulas são de 45 minutos, por isso são seis aulas ao invés de cinco como nas escolas públicas. Então, por volta do meio dia ela volta para sua casa para preparar as aulas e atividades das aulas da Faculdade.

Na Quinta-feira, às 07:10 ela vai de carro para a escola B que fica a 2,5 Km da sua casa, lá ela tem quatro aulas de Sociologia em sala e uma hora-atividade. Retorna por volta do meio dia à sua casa para almoçar. A tarde ela participa da reunião semanal do projeto de iniciação à docência na Universidade onde ela se formou, fica lá até as 17:00 vai para a escola C direto. Na escola C ela tem duas aulas de Sociologia em sala, fica lá até as 21:00, então retorna à sua casa. Da sua casa até a universidade são 6 Km, da

Universidade até a escola C, são 8 Km e da escola C até sua casa são mais 3 Km.

Na Sexta-feira, ela sai no horário habitual de bicicleta e vai até a escola A que fica a 3,5 Km da sua casa. Lá ela tem 3 aulas de Sociologia em sala de aula e na hora do intervalo, retorna para sua casa por volta das 10:20. Em casa, à tarde, faz as atividades que não conseguiu concluir durante a semana, como correção de provas, lança notas, e prepara aulas também.

Quanto ao seu lazer, Tatiana comenta que gosta muito de passear nos parques de Curitiba, gosta de lugares abertos e de ir à bares e restaurantes com o namorado e amigos. Comentou que gosta de ir ao centro de Curitiba “dar um rolê no centro” ou ficar em casa assistindo filmes e seriados ou em casa dos amigos.

1.4 O contexto de Tatiana, seu bairro e as escolas onde trabalha

A administração da Secretaria Estadual de Educação (SEED), está dividida em NRE's (Núcleo Regional de Educação). O município de Curitiba compõe o NRE Curitiba, por sua vez, o NRE Curitiba está dividido em nove setores (Setor Boa Vista, Santa Felicidade, Matriz, Cajuru, Portão, CIC, Boqueirão, Bairro Novo e Pinheirinho). O setor onde Tatiana dá aulas fica próximo ao centro de Curitiba, atende a quatro bairros e tem dezoito escolas públicas. A escola A tem cerca de 1300 alunos, a escola B cerca de 500 alunos, a escola C tem cerca de 700 alunos a escola D cerca de 1200 alunos e a escola E tem 1000 alunos.

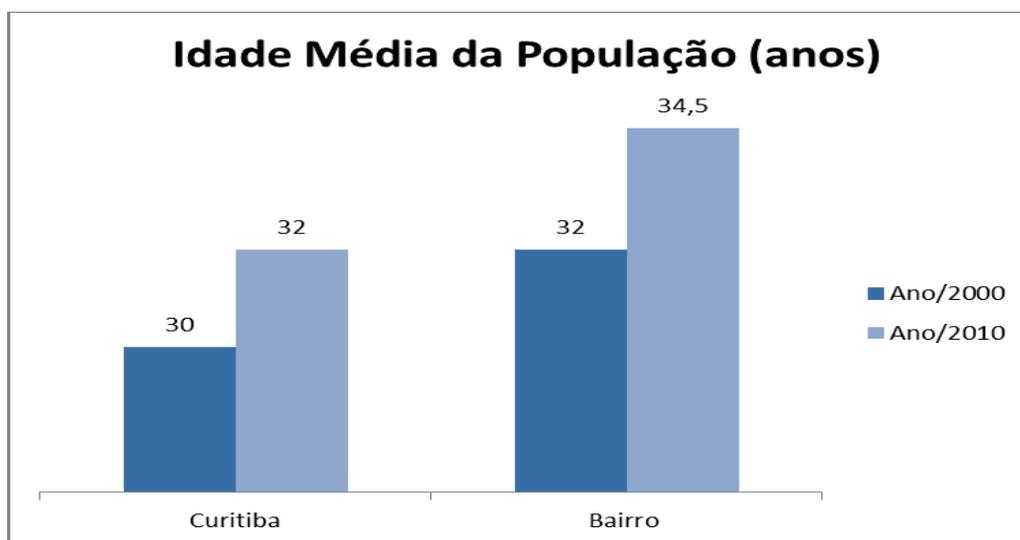
Exceto pela escola E, todas as demais escolas (A, B, C e D) estão localizadas no mesmo bairro que fica a menos de dez quilômetros do centro de Curitiba. Segundo o IPUC¹¹ o bairro tem cerca de 400 (ha), uma densidade demográfica de 33 Hab/ha e ocupa 0,90 % do território de Curitiba. Um estudo¹² realizado em 2010 pelo IPPUC, aponta que o Bairro tinha cerca de

¹¹ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

¹² Disponível em : <http://www.ippuc.org.br>.

13.000 habitantes, sendo 47% de Homens e 53% de Mulheres. O bairro apresentou entre o ano 2000 a 2010 um decréscimo populacional de 0,39%. A idade média da população do bairro é pouco maior do que a idade média da população de Curitiba:

Gráfico 1: Comparativo entre a idade média do bairro de Tatiana e Curitiba



Fonte: IPPUC

O bairro foi fundado por imigrantes alemães no século XIX e mantém uma população de maioria branca, num índice maior que o médio de Curitiba. A população declarada negra e parda, é menor que a média de Curitiba:

Tabela 2: Comparativo da população por cor entre o bairro de Tatiana e Curitiba

População por Cor (2010)			
	Curitiba	Bairro	Dif. Percentual
Branca	78,8%	84,1%	5,3%
Preta	2,9%	2,2%	-0,7%
Amarela	1,3%	1,7%	0,4%
Parda	16,8%	11,8%	-5,0%
Indígena	0,15%	0,17%	0,02%

Fonte: IPPUC

Em relação à organização física do bairro e seus domicílios, observamos, durante o período em campo, que o bairro tem poucos edifícios verticais, predominando uma organização horizontal. Pudemos observar inclusive muitas casas antigas de madeira. Embora exista comércio e algumas indústrias com barracões, o bairro é essencialmente residencial, o que foi confirmado pelo estudo do IPPUC. O estudo ainda nos traz a densidade

domiciliar, que está bem próxima à média apresentada em Curitiba e os estabelecimentos econômicos por tipo de atividade:

Tabela 3: Comparativo do número de domicílios e densidade, entre o bairro de Tatiana e Curitiba

Número de domicílios e densidade Domiciliar (2010)		
	Curitiba	Bairro
Domicílios	635.63	4.877
Densidade Domiciliar (Hab/Dom)	2,76	2,73

Fonte: IPPUC

Tabela 4: Comparativo por tipo de domicílio entre o bairro de Tatiana e Curitiba

Domicílios Segundo Tipo (2010)			
	Curitiba	Bairro	Dif. Percentual
Casa	69,48%	75,01%	5,53%
Apartamento	26,61%	20,91%	-5,70%
Casa de Vila ou Condomínio	3,91%	4,09%	0,18%

Fonte: IPPUC

Tabela 5: Comparativo por setores de atividade econômica, entre o bairro de Tatiana e Curitiba

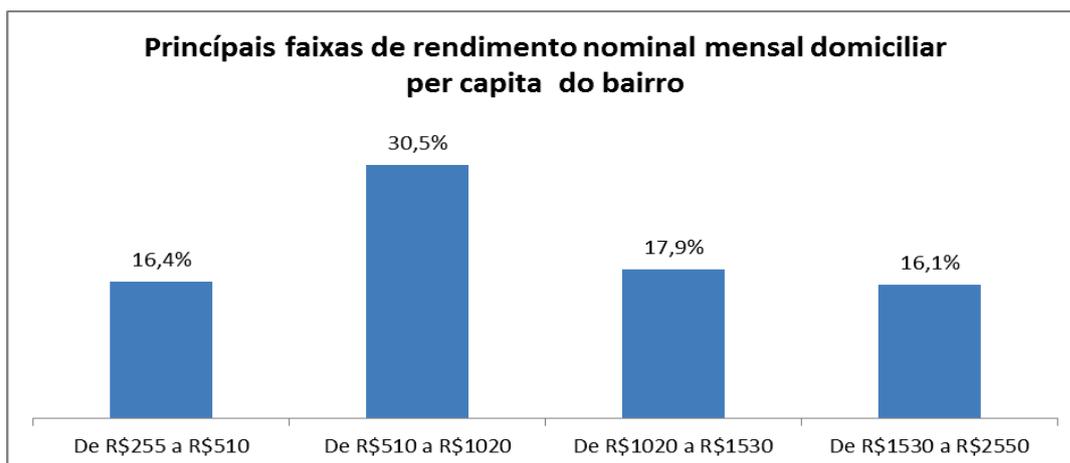
Estabelecimentos Ativos Segundo o Setor de Atividade Econômica (2010)			
	Curitiba	Bairro	Dif. Percentual
Indústria	12,63%	12,07%	-0,56%
Comércio	43,61%	53,31%	9,70%
Serviços	43,02%	33,53%	-9,49%
Outros	0,74%	1,08%	0,34%

Fonte: IPPUC

Cabe ainda destacar que o bairro é atravessado por duas grandes avenidas que ligam o centro de Curitiba à região Metropolitana, temos uma rodovia federal que passa em seu entorno e um terminal de ônibus metropolitano.

Em relação aos rendimentos da população do bairro, temos a maioria entre um e dois salários mínimos, lembrando que em 2010 quando foi realizado o estudo o salário mínimo era de R\$ 510. Vejamos no gráfico:

Gráfico 2: Faixas de rendimento por capita domiciliar do bairro de Tatiana em 2010



Fonte: IPPUC

Durante o período de observação estivemos em contato com todas as escolas em que Tatiana trabalha. Porém dedicamos mais tempo de observação às escolas A e B; nas demais escolas apenas fizemos apontamentos gerais.

Embora as escolas acompanhadas estejam no mesmo bairro (exceto pela escola E) e relativamente perto uma da outra, são diferentes em vários aspectos, desde o perfil dos alunos, características da arquitetura, até a conduta da direção da escola. No início da observação, Tatiana me contou parte da história das escolas A e B, pois, ela se criou no bairro e conhece as escolas há bastante tempo. Contou que a escola A, é considerada muito boa pelos moradores, tanto que tem lista de espera para novas matrículas. Segundo Tatiana, os alunos tentam se matricular na escola A e se não conseguem, vão para a escola B, que é estigmatizada como uma escola ruim, desorganizada e mais perigosa.

Destacamos outra diferença, que se apresentou logo na minha chegada ao campo. Na escola A tive que apresentar uma cópia do projeto de pesquisa e uma carta de apresentação. Enquanto na escola B isso não foi necessário, nem sequer me apresentei à Diretora. Tatiana apenas avisou a Diretora que eu iria acompanhar umas aulas dela.

Quando cheguei à escola A, não me deixaram entrar, tive que esperar em uma sala até localizarem Tatiana, e apenas com ela, entrei na escola e logo fomos até equipe pedagógica para que eu pudesse me apresentar. Na escola

B, entrei pelo portão dos alunos, circulei pela escola por quase meia hora, até que uma professora perguntou se precisava de ajuda, apenas respondi que estava esperando a professora Tatiana e permaneci ali até ela chegar.

As diferenças passam pela arquitetura também, segundo Tatiana, o edifício da escola A foi planejado para ser uma unidade de saúde, e por isso conta com uma distribuição arquitetônica que foge aos padrões das escolas do Paraná. Tem corredores bem estreitos, salas que não seguem um padrão, quadra de esportes improvisada. Já a escola B é bem mais arejada e espaçosa, com vários pátios para os alunos, várias quadras esportivas por exemplo.

Em relação à direção, a escola A conta com uma Diretora muito rígida e centralizadora. Isso se nota na escola inteira, tanto na organização, na burocracia e pelo fato dela resolver praticamente tudo na escola. A última palavra em geral é dela.

Já na escola B, a Diretora está mudando várias coisas em diálogo com sua equipe, principalmente para acabar com a má fama, tentando deixá-la mais organizada e mais padronizada, tanto na burocracia, comportamento dos alunos, horários de entrada e saída.

Essas diferenças na escola, desde a disposição física às condutas da direção e equipe, interferem diretamente no trabalho de Tatiana. Pudemos observar algumas diferenças de comportamento entre as escolas, inclusive aspectos que a agradam e dos aspectos que ela não gosta. Por exemplo, na escola A, Tatiana tem uma familiaridade muito grande com toda a equipe, pois está lecionando lá há sete anos. Acabou naturalizando uma série de condutas e, a partir do momento em que teve contato com outras escolas e outras formas de gestão escolar, se deu conta do quanto sua organização é repressora e autoritária. Um dos fatores que agradam Tatiana na escola A, é a sua organização, pois segundo ela a escola funciona muito bem, e ela considera isso importante numa escola.

Em contrapartida a escola B é mais tranquila, em certa medida mais livre. Mas o fato de Tatiana não conhecer bem o ambiente, pois era uma escola

nova, a deixou inibida quando foram discutidos os aspectos da greve proposta pelo sindicato em 2017. Embora ela tenha sido representante do sindicato por muitos anos¹³, se manteve em silêncio durante uma das discussões, comentou que não iria falar nada, pois não conhecia as pessoas que estavam ali. Considerou que era melhor ficar quieta e observar o andamento da discussão. Estes aspectos se apresentaram fora da sala de aula, até porque dentro de sala não observamos grandes diferenças.

A escola C, Tatiana dá aulas à noite, ela revelou que tem grande dificuldades em trabalhar nesta escola, pois na quinta feira que é o dia das suas aulas lá, coincide com a folga da equipe pedagógica e Direção, ou seja, ela não tem contato com ninguém, apenas alguns poucos professores que dão aula à noite e da secretaria da escola, que acabam resolvendo os problemas durante a noite.

Além de não ter contato com a direção e com a equipe pedagógica, ela não recebeu nenhuma orientação sobre o funcionamento da mesma, apenas coletou informações com seus colegas professores. Tatiana tem duas turmas nessa escola, ela fica até hora do intervalo na escola e retorna à sua casa.

Não tivemos a oportunidade de acompanhar a rotina de Tatiana na escola, fizemos apenas um acompanhamento durante uma noite, onde ela me mostrou a escola e informou que o Diretor do período noturno, estava afastado por suspeita de desvio de verbas.

Tatiana aproveitou esse dia, para me mostrar a escola, pude dar uma volta e verificar que se trata de uma escola bastante grande, com uma boa estrutura, mas é uma escola mal conservada, a pintura está velha, as quadras de esporte não estão boas e a iluminação é bastante precária, parte da escola está fechada com grades, onde os alunos não podem transitar.

Durante a noite a escola tem poucas turmas em funcionamento, e Tatiana comentou, que a evasão dos alunos do noturno é bastante grande, com exceção do terceiro ano, pois, esses alunos precisam terminar os estudos, seja para prestar o vestibular, ou irem para o mercado de trabalho.

¹³ Essa questão será retomada no capítulo 3 da dissertação.

Sobre a escola D, não temos muitas informações, pois, foi a única escola que não tivemos autorização para entrar. Tatiana tentou mediar a minha entrada na escola, mas na primeira tentativa foi informada que a escola não recebe estagiários e tão pouco pesquisadores, mas que ela poderia falar com o Diretor para tentar.

Lembrando que a escola D, é a única escola particular que Tatiana trabalha. Quando Tatiana falou com o Diretor, ele disse que iria ver e falaria com ela, mas ele não tocou mais no assunto, e como Tatiana está no seu primeiro ano na escola, não insistiu mais no assunto.

Temos apenas as impressões de Tatiana a respeito da escola, que segundo ela, é a escola que mais gosta de trabalhar, pois, os alunos são muito dedicados e bem educados também. Ela conta que a estrutura da escola é fantástica, todas as salas de aula são equipadas com projetor e internet, os quadros são todos novos e as carteiras dos alunos também. Tatiana conta que recebeu todo o apoio da equipe pedagógica, que lhe explicaram todo o funcionamento da escola e prestaram toda a ajuda que ela necessita para trabalhar. Nessa escola as aulas são mais curtas, tem 45 minutos cada, por tanto, são seis aulas por período, no caso ela dá aulas lá a manhã toda e são seis aulas em seis turmas na sequência, segundo Tatiana, isso a cansa bastante.

Tive a oportunidade de acompanhar algumas aulas de Ensino Religioso na escola E, que fica em um bairro vizinho ao apresentado na pesquisa, mas atendido pelo mesmo setor ao qual Tatiana se inscreveu como PSS.

Tatiana aceitou essas aulas, pois, perdeu 5 aulas na escola A. Isso aconteceu no mês de outubro, quando um professor QPM perdeu as suas aulas do EJA (Educação de Jovens e Adultos), pois, a modalidade de ensino foi fechada na sua escola, então a Secretaria de Educação removeu este professor para a escola A e retirou cinco aulas da professora Tatiana.

Tatiana rapidamente entrou em contato com a secretaria, avisando que precisava de mais aulas, então a Secretaria a encaminhou para a escola E que

tinha duas aulas de Ensino Religioso disponíveis. Para a sua surpresa, quando Tatiana chegou à escola, a Diretora disse “então você é a famosa Tatiana”, ou seja, a Diretora da escola já tinha ouvido falar dela, e como a referência era positiva, a Diretora acabou disponibilizando cinco aulas para Tatiana ao invés de duas.

Entrei em contato com Tatiana para acompanhar algumas aulas na escola E, como sempre ela foi muito atenciosa e pediu para encontrá-la na escola. Não precisei apresentar nenhuma documentação para fazer a observação. Diferentemente das outras escolas que acompanhei, o portão da entrada estava aberto, apenas pedi para entrar na sala dos professores dizendo que iria acompanhar a professora Tatiana e ela me apresentou como estagiário, então acompanhei suas aulas sem nenhum problema.

A escola E, é uma escola bastante grande e tem um ambiente muito agradável. As aulas de Tatiana nessa escola são à tarde, para o 6° e 7° anos, e como à tarde as aulas são do 5° ano até o 8° ano, os alunos são bem pequenos - uma novidade para Tatiana, que deu aulas sempre para o Ensino Médio. Segundo ela, está gostando de dar aulas para alunos menores, pois, eles são muito “fofos”, mas são mais agitados. Tatiana ainda comentou que está gostando muito da escola, disse que foi muito bem acolhida e tem muita liberdade para dar suas aulas, comentou que a escola é muito organizada e quando chegou, ganhou uma espécie de agenda (como um caderno) feito pela escola, contando toda a história da mesma, apresentando a equipe, o calendário do ano letivo, formas de avaliação, ou seja, todas as informações que o professor precisa para iniciar suas atividades na escola, parte dessas informações deve estar no PPP da escola, mas está na agenda de forma reduzida e fácil acesso.

A escola tem um pavilhão da administração, onde está a sala dos professores, secretaria, banheiros e sala do Diretor, tem mais três pavilhões de salas de aula, com um corredor no meio e salas dos dois lados, um pátio grande onde está a cantina da escola, com um espaço bem amplo para os alunos, logo ao lado tem um jardim muito bonito com mesas e bancos de concreto pintados (coloridos) que ficam debaixo de muitas árvores. Na parte de

trás da escola, uma quadra coberta, uma quadra sem cobertura, uma quadra de vôlei descoberta e mais uma de futebol (pequena), algumas árvores e gramado. A professora Tatiana acaba usando esses espaços para fazer atividades e dinâmicas com os alunos. Inclusive nas aulas que acompanhei, ela fez uma dinâmica nesse jardim, e comentou que tem total liberdade para tirar os alunos da sala e fazer esse tipo de atividade. Os alunos gostam bastante pois, acabam saindo um pouco da rotina de sala de aula.

Em relação às aulas e seus conteúdos, Tatiana me disse que está preparando as aulas com base em um livro didático que recebeu na escola e retirando parte do conteúdo do livro de Sociologia que trabalha a questão da religiosidade.

Aparentemente ela está gostando das aulas e a Diretora pediu para ela se inscrever no ano que vem na disciplina de Ensino Religioso, pois, ela será muito bem vinda à escola novamente.

Por fim, a Faculdade privada onde Tatiana ministra duas disciplinas. Nessa Faculdade tivemos a oportunidade de acompanhar Tatiana por uma noite apenas e já no final do ano letivo, onde Tatiana foi apenas para entregar as notas e os trabalhos finais.

Tatiana contou, que dá duas disciplinas lá, ambas para os cursos de licenciatura, uma das disciplinas é “Práticas de Ensino II” para o curso de História e outra disciplina ministrada por Tatiana é “Filosofia e Sociologia” para os cursos de História e Nutrição.

O ambiente da faculdade é bastante agradável, e conta com vários cursos noturnos. Tatiana conta que gosta de dar aulas na faculdade e que pretende ficar mais tempo por ali, ela conta que os cursos estão passando por uma reestruturação e que ainda não sabe quais disciplinas serão ofertadas para o ano de 2018, mas ela participou de algumas reuniões com a coordenação dos cursos, e disse que está confiante que será mantida na faculdade.

Em relação aos alunos de licenciatura que Tatiana coordena, eles fazem parte de um programa de Iniciação à docência da mesma Universidade

em que Tatiana se formou, ela participa do programa como coordenadora e orienta os alunos na escola A, onde os recebe e determina as atividades a serem desenvolvidas por eles. A parte deste atendimento na escola, Tatiana tem que participar de uma reunião semanal que é realizada na própria Universidade.

Capítulo 2: Trabalho e condição de uma carreira flexível

Flexível

A palavra "flexibilidade" entrou na língua inglesa no século quinze. Seu sentido derivou originalmente da simples observação de que, embora a árvore se dobrasse ao vento, seus galhos sempre voltavam à posição normal. "Flexibilidade" designa essa capacidade de ceder e recuperar-se da árvore, o teste e restauração de sua forma. Em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas. A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas.

Richard Sennett, 2009, p. 53.

Para este capítulo, faremos um breve histórico da Lei que permite a contratação de professores em regime temporário e algumas mudanças que a Lei sofreu. Em seguida, apresentamos alguns dados levantados sobre o número de professores PSS no Paraná e sobre os PSS na disciplina de Sociologia. Discutimos alguns autores que trabalham a ideia de Capitalismo Flexível e fazemos uma aproximação dessa ideia com a carreira docente, sobretudo no Paraná e suas políticas mais recentes. À título de ilustração do que está sendo discutido em relação ao capitalismo flexível, fizemos alguns apontamentos mais detalhados em relação à contratação de Tatiana. Por fim, colocamos algumas considerações sobre a recente reforma do Ensino Médio.

O objetivo desse capítulo é demonstrar que as políticas educacionais implantadas nas últimas décadas (que denominamos como neoliberais) estão criando situações de precariedade e insegurança para profissionais docentes. Seja pelo âmbito nacional (reforma do Ensino Médio) ou pelo âmbito mais local (Políticas Estaduais para a educação), entendemos que existe um fio condutor, uma afinidade ideológica que se justifica na falta de orçamento para investir mais em educação, fato este corroborado pelas últimas reformas ocorridas no teto orçamentário, reforma no Ensino Médio, redução de salários para os PSS do Paraná e ameaças constantes.

2.1 Alguns aspectos legais da contratação dos PSS

Na perspectiva de Souza (2011), as reformas educacionais promovidas na década de 90, desencadeiam uma reestruturação no trabalho do professor, sobretudo o professor da escola pública. Para o autor, essas reformas possibilitam baixar os custos, redefinir gastos na educação e descentralizar a implantação das políticas educacionais.

Para Souza (2011), a nossa constituição de 1988 inova em relação à condição docente, pois, estabelece um plano de carreira e determina que a contratação de professores seja realizada através de concursos públicos, além de instituir um piso salarial para a rede pública. No entanto:

A regulamentação desses dispositivos foi remetida para legislações complementares, transferindo-se, assim, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a responsabilidade de implantar planos de carreira e remuneração capazes de assegurar: i.) – a remuneração condigna dos profissionais na educação básica da rede pública; ii.) – a integração entre o trabalho individual e a proposta pedagógica da escola; e iii.) – a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. (SOUZA, 2011, p. 86).

Segundo o autor, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB) de Dezembro de 1996, determina algumas garantias mínimas, sobretudo em seu artigo 67¹⁴, vejamos o que diz o artigo:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

(BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Art. 67- Lei 9394/96).

Ainda para Souza (2011), a própria Constituição Federal quebra a regra da contratação por concurso público, quando institui a contratação por tempo determinado. A constituição Federal de 1988 determina no seu Art. 37- Inciso IX- “A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”¹⁵, permitindo aos estados a contratação de temporários conforme suas necessidades. Segundo Souza:

Assim, o argumento de que os entes públicos vêm usando da contratação temporária como meio de suprir deficiências de pessoal, sem a utilização da via constitucional do concurso público – ganha respaldo se levarmos em conta que um dos insumos de maior peso no cálculo do custo por aluno é o que se refere às condições de trabalho, qualificação e remuneração dos profissionais da educação. (SOUZA, 2011, p. 86).

Os professores efetivos do Estado do Paraná são regidos pelas Leis:

1º- Ordinária n. 6.174/70, que estabelece o regime jurídico dos funcionários

¹⁴ Disponível em: www.jusbrasil.com.br (último acesso em 26/12/17).

¹⁵ Idem.

civis do poder executivo do Estado do Paraná, conhecido também como o Estatuto do Funcionário Público; 2º- Lei Complementar n. 007/77, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do ensino 1º e 2º graus, de que trata a Lei Federal 5.962, de 11 de agosto de 1971; 3º- Lei Complementar 103 de 15 de março/ 2004, que institui e dispõe sobre o plano de carreira do professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná; 4º- Lei Complementar n. 106 de dezembro/ 2004, que altera os dispositivos que especifica, da lei complementar n.º. 103, ou seja, altera o plano de carreira dos professores.

Os professores temporários do Paraná, são regulamentados pela Lei complementar 108 de 18 de maio de 2005, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.

Esta Lei complementar (108/05), tem 21 Artigos e regulamenta todo o processo de contratação por tempo determinado no Paraná, desde as categorias profissionais, as necessidades temporárias atendidas pela modalidade de contratação, as condições do processo seletivo e suas regras. A Lei também define, o limite de gastos para contratação de temporários, assim como, as infrações disciplinares e punições. Ademais, a Lei define, as formas de rescisão dos contratos, que depende entre outros, da demanda de professores na Rede Estadual de Educação.

A Lei 108/05, sofreu algumas alterações desde a sua promulgação em 2005 pelo então Governador do estado Roberto Requião. Neste sentido, damos destaque a duas Leis complementares que alteram vários artigos da Lei original: a Lei complementar 177/14 e a Lei complementar 179/14. Das principais mudanças que a Lei complementar 108/05 sofreu, destacamos as alterações nas formas de contratação de professores temporários da área de tecnologia e os períodos de renovação de contratos. Outro aspecto importante da Lei complementar 179/14, é a limitação da contratação temporária em 10% nos casos de afastamento e licenças. Segundo o Art. 3º da Lei complementar 108/05:

As contratações para substituição de professores afastados para capacitação ficam limitadas a 10% (dez por cento) do total de cargos de docentes da carreira constante do quadro de lotação da instituição. (Redação dada pela Lei Complementar 179 de 21/10/2014). (PARANÁ, Lei Complementar 108, Art. 2º, 2005).

É importante ressaltar que no Art. 2º da Lei complementar 108/05, fica determinado que os casos de contratação temporária, se referem à:

§ 1º. A contratação de professores e de pessoal, nas áreas a que se referem os incisos VI e VII deste artigo, será efetivada exclusivamente para suprir a falta de docente, bem como de servidores de carreira decorrente de aposentadoria, demissão, exoneração, falecimento, afastamento para capacitação e nos casos de licenças legalmente concedidas. (Redação dada pela Lei Complementar 179 de 21/10/2014). (PARANÁ, Lei Complementar 108, Art. 2º, 2005).

Outro aspecto da lei que nos interessa, está na forma de contratação, que está definida no art. 4º da Lei complementar 108/14, que também sofreu alteração pela Lei complementar 179/14, vejamos o que diz o artigo:

Art. 4º. O recrutamento do pessoal a ser contratado nos termos desta Lei será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial do Estado, prescindindo de concurso público.

§ 1º. Os aprovados deverão apresentar atestado de saúde, expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná, considerando-o apto para o exercício da função, objeto da contratação.

§ 2º. A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública prescindirá de processo seletivo.

~~**§ 3º.** Somente ocorrerá a contratação baseada na alta qualificação (notória capacidade técnica ou científica do profissional), na situação prevista no inciso V, do artigo 2º., mediante a apresentação de título/diploma expedido por Universidade de Ensino Superior devidamente credenciada e apta a tal, conforme legislação para a matéria.~~

§ 3º. Somente ocorrerá a contratação baseada na alta qualificação (notória capacidade técnica ou científica do profissional) na situação prevista no inciso V do art. 2º desta Lei Complementar, mediante análise do Curriculum Vitae. (Redação dada pela Lei Complementar 179 de 21/10/2014)

§ 4º. A definição de processo seletivo simplificado deverá ser regulamentada, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação da presente lei, atendidos os seguintes pressupostos mínimos de validade:

I - ampla publicidade, inclusive da motivação da necessidade das contratações;

II - estabelecimento de critérios objetivos de julgamento e avaliação, a serem estabelecidos no edital de convocação;

III - inexistência de critérios que dificultem a recorribilidade das decisões da comissão de avaliação e julgamento, por parte dos candidatos, bem como pelo controle externo e social.

IV - vinculação às regras do edital e à classificação final do certame.

(PARANÁ, Lei Complementar 179, Art. 4º, 2014).

Veremos a seguir, alguns números sobre a quantidade de professores contratados nessa modalidade e mais especificamente na disciplina de Sociologia. Logo em seguida, retomaremos a questão da contratação que é realizada através de um edital específico e deve atender à Lei complementar 108/05.

2.2 As contratações temporárias no Paraná

Resolvemos apresentar os números referentes aos contratos PSS no Paraná, assim como uma projeção do número de contratos durante o período de 2008 a 2017. Observamos também o número de contratos temporários na disciplina de Sociologia no período de 2005 a 2017.

Nosso objetivo é demonstrar: 1º- A instabilidade ao qual o professor PSS está submetido, pois, o número de profissionais se altera constantemente; 2º- Observar pelo número percentual médio de contratos, e pelo número máximo de contratos anual, qual é a quantidade de professores temporários durante o período selecionado. E por fim, observar como o número de professores QPM aumenta durante o período, mas a julgar pelo número de contratos temporários, o número de concursados (QPM) não é o suficiente.

Percebemos neste levantamento, que o número de professores temporários varia bastante durante o ano. Em geral, no início do ano, temos o menor número de contratos e no final do ano essa quantidade aumenta. Na maioria dos anos selecionados, o pico de contratos ocorre no mês de novembro. Encontramos uma grande dificuldade em determinar o número exato de contratos no ano, pois, esse valor varia bastante de mês a mês e entre o início e o final, o número de contratos é bem distinto.

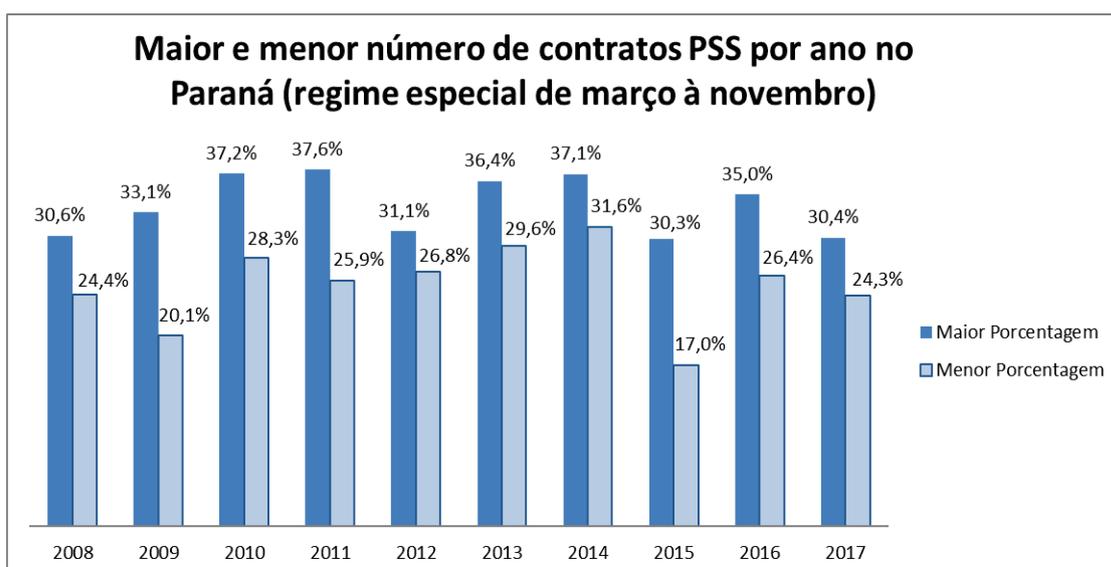
Para esta análise, montamos dois gráficos principais: um comparativo entre o maior e o menor número de contratos PSS do ano, no período de 2008 a 2017. Outro com o percentual médio de contratos por ano, no mesmo período. Em seguida, temos o maior número de contratos PSS anual (de 2008 a 2017), a evolução dos contratos em 2017 e um comparativo entre 2016 e 2017. Por fim, uma tabela com o número de contratos na disciplina de Sociologia, desde 2005.

Percebemos durante o levantamento, que os dados dos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, são menores em relação aos outros meses do ano. Por isso, decidimos retirá-los da análise, para não afetar a amostra, por tanto, as análises se referem aos meses de março a novembro.

Outro fator que merece esclarecimento, é a forma como agrupamos os objetos de análise, consideramos na categoria “QPM”, aqueles que na página da secretaria, aparecem como QPM-P (Quadro Próprio Magistério Professor) e QPM-E (Quadro Próprio Magistério Especialista), assim como consideramos “PSS” as categorias denominadas pela secretaria, como Regime Especial Professor e Regime Especial Pedagogo, tendo em vista que estas categorias aparecem em alguns anos separadas e em outros não. Os dados selecionados para esta análise, estão disponíveis na página da Secretaria de Educação do Paraná¹⁶. Vejamos os gráficos:

¹⁶ Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros/> (Último acesso em 19/12/17).

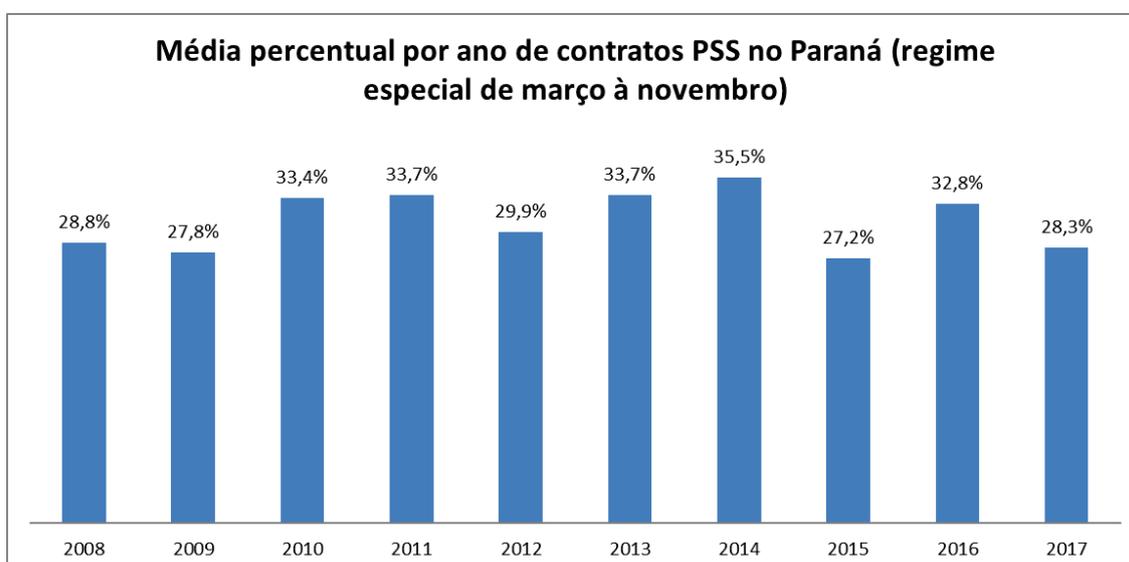
Gráfico 3: Comparativo do número de contratos PSS na educação básica entre 2008- 2017



Fonte: Secretária de Educação do Estado do Paraná

Ao considerarmos apenas a média percentual temos os seguintes números:

Gráfico 4: Média percentual anual de contratos PSS na educação básica entre 2008- 2017



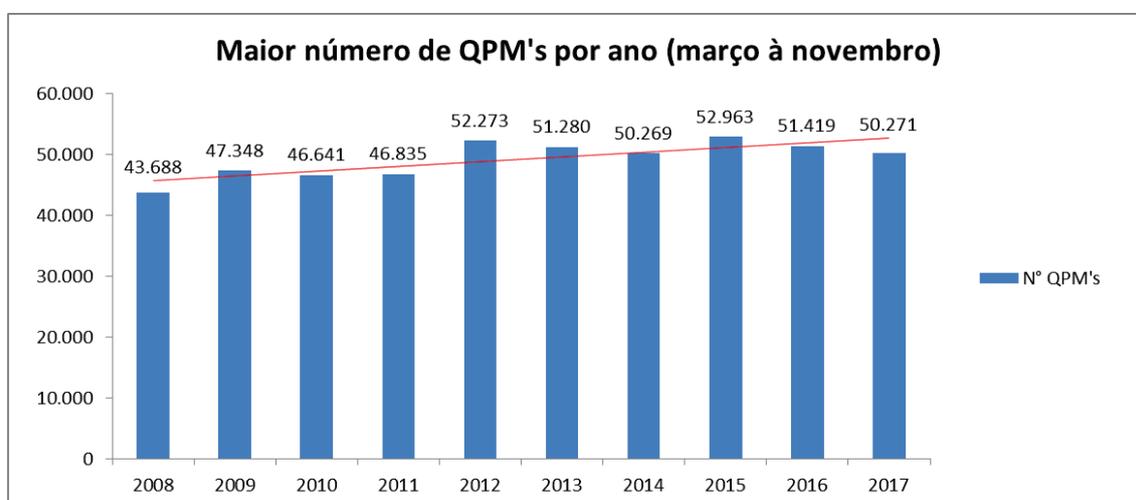
Fonte: Secretária de Educação do Estado do Paraná

Ao observar os gráficos, notamos a variação de contratos durante o ano, tornando a tarefa de determinar um valor exato de professores PSS, quase impossível. A exemplo, temos o ano de 2011, com um número máximo de contratos de 37,6% e um número mínimo de 25,9% do total de docentes no Paraná, esses dados marcam uma diferença de 11,7% em um ano. Do mesmo

modo em 2015, uma diferença de 13,3%. Os dados levantados indicam que o número de contratos aumenta em alguns períodos, mas decresce em outros, evidenciando a grande rotatividade desses profissionais, que denominaremos de condição instável, mais adiante.

Observamos ao coletar estes dados, que o número de professores QPM também aumenta com o passar dos anos, mas a julgar pelo número de professores PSS, que também aumentam, entendemos que o número de professores concursados não é suficiente no Paraná, vejamos os dados dos professores QPM encontrados:

Gráfico 5: Número de concursados da educação básica no Paraná entre 2008- 2017



Fonte: Secretária de Educação do Estado do Paraná

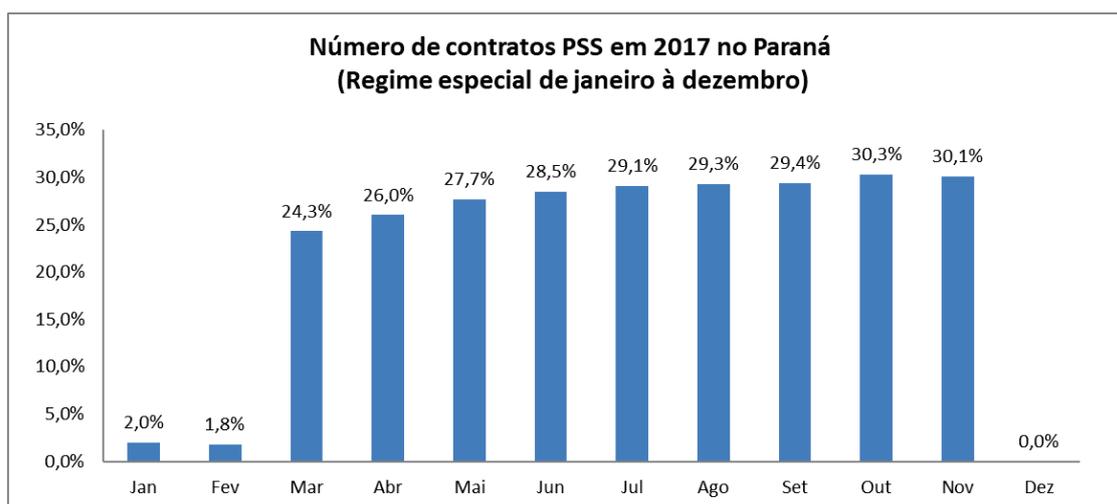
Na linha de tendência do gráfico, temos uma ideia geral de como a quantidade de professores QPM aumenta gradativamente entre 2008 e 2017, mas entendemos que esse número deveria ser bem maior, pois, o número de professores temporários é muito alto, como visto nos gráficos anteriores. Seria interessante, levantar mais detalhadamente, a motivação para esse número de professores QPM não atingir o número estabelecido por lei, e detalhar essa oscilação dos professores QPM, se está relacionado à afastamentos, exonerações ou licenças.

No intuito de saber mais sobre os dados levantados, estivemos reunidos com uma das funcionárias do sindicato da categoria (APP- Sindicato) no mês de dezembro de 2017, queríamos saber sobre as categorias que

aparecem nos dados da Secretaria de Educação e sobre a confiabilidade dos dados. A funcionária relatou que esses dados são usados pelo próprio sindicato para divulgar indicadores e fundamentar as reivindicações da categoria.

Aproveitei para perguntar a essa funcionária do sindicato, sobre os sete mil professores temporários que ficaram desempregados em 2017, segundo o Sindicato, por conta da mudança na contagem da hora-atividade. Ela me contou que com o passar do ano as contratações foram aumentando e esse número não se confirmou na prática, inclusive ela contou que, o número de contratações ficou bem próximo aos do ano de 2016. Para tentar evidenciar essa informação, coletamos os dados de 2017, por mês, e verificamos a evolução das contratações, vejamos:

Gráfico 6: Número percentual de contratos PSS da educação básica por mês em 2017

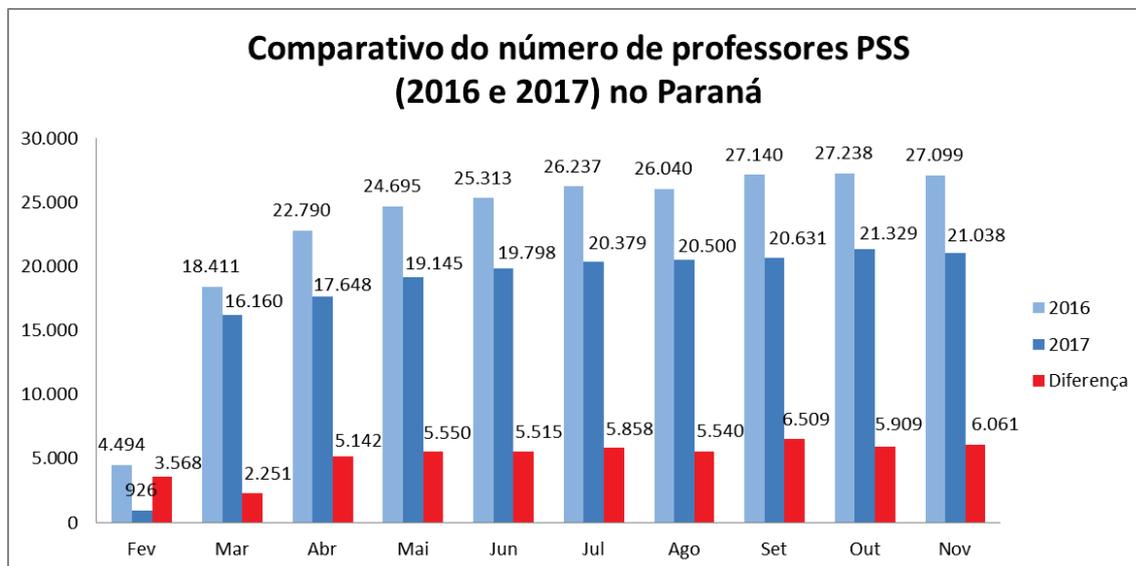


Fonte: Secretária de Educação do Estado do Paraná

O gráfico nos ajuda em vários sentidos, podemos observar como os contratos vão aumentando durante o ano letivo (esse fenômeno se repete em todos os anos pesquisados), confirmando a informação passada pela funcionária do Sindicato e permite observar porque retiramos da análise os meses de janeiro, fevereiro e dezembro. Porém, esse gráfico, não permite comparar o número de contratos com os de 2016, para observar se de fato esses números foram se aproximando, então coletamos os dados de 2016 e

fizemos um comparativo e marcamos em uma coluna a diferença de professores PSS:

Gráfico 7: Comparativo do número de contratos PSS na educação básica entre 2016 e 2017



Fonte: Secretária de Educação do Estado do Paraná

O gráfico acima, confirma em parte o que a funcionária do sindicato relatou, pois, o número de professores PSS aumenta, ao longo do ano, embora com uma redução de contratos de um ano para outro, mas aumenta de forma similar entre 2016 e 2017. Ademais, a falta de aulas que afetou Tatiana, fica evidente no mês de fevereiro, onde temos 3.568 professores a menos que em 2016. Essa diferença vai aumentando durante o ano, chegando a 6.509 no mês de setembro. Embora as colunas de 2016 e 2017 se comportem de maneira parecida, a diferença de contratações entre os dois anos é grande.

Fizemos um levantamento da disciplina de Sociologia, para verificar essa relação entre PSS e QPM de forma mais detalhada, colocamos os dados de forma resumida em uma tabela onde podemos observar: 1º O número total de profissionais na área de Sociologia no Estado do Paraná; 2º O número de QPM e PSS por mês, assim como o percentual de cada categoria por mês; 3º O percentual médio de cada categoria no ano. Vejamos a Tabela:

Tabela 6: Comparativo entre o número de professores de Sociologia: concursados e PSS no Paraná, entre 2005- 2017

Ano	Mês	Total de professores na área de Sociologia	QPM em Sociologia (QPMP+QPME)	PSS em Sociologia (Professores e Pedagogos)	(%) QPM	(%) PSS
2005	Mar	722	521	187	72,2%	25,9%
	Abr	778	536	225	68,9%	28,9%
	Mai	809	551	241	68,1%	29,8%
	Jun	823	557	248	67,7%	30,1%
	Jul	834	556	260	66,7%	31,2%
	Ago	838	555	265	66,2%	31,6%
	Set	840	560	262	66,7%	31,2%
	Out	858	574	267	66,9%	31,1%
	Nov	855	572	266	66,9%	31,1%
Média em percentual do ano (QPM e PSS)					67,8%	30,1%
2006	Mar	821	643	175	78,3%	21,3%
	Abr	996	710	283	71,3%	28,4%
	Mai	1012	712	297	70,4%	29,3%
	Jun	1032	709	320	68,7%	31,0%
	Jul	1039	707	329	68,0%	31,7%
	Ago	1059	713	343	67,3%	32,4%
	Set	1059	721	335	68,1%	31,6%
	Out	1086	725	358	66,8%	33,0%
	Nov	1093	731	359	66,9%	32,8%
Média em percentual do ano (QPM e PSS)					69,5%	30,2%
2007	Mar	1682	1165	513	69,3%	30,5%
	Abr	1766	1203	559	68,1%	31,7%
	Mai	1843	1214	625	65,9%	33,9%
	Jun	1845	1198	643	64,9%	34,9%
	Jul	1856	1199	653	64,6%	35,2%
	Ago	1860	1189	667	63,9%	35,9%
	Set	1893	1195	694	63,1%	36,7%
	Out	1912	1197	711	62,6%	37,2%
	Nov	1944	1200	740	61,7%	38,1%
Média em percentual do ano (QPM e PSS)					64,9%	34,9%
2008	Mar	1638	1069	565	65,3%	34,5%
	Abr	1777	1086	686	61,1%	38,6%
	Mai	1810	1090	715	60,2%	39,5%
	Jun	1834	1094	735	59,7%	40,1%
	Jul	1858	1096	757	59,0%	40,7%
	Ago	1886	1094	787	58,0%	41,7%
	Set	1908	1090	813	57,1%	42,6%
	Out	1896	1088	803	57,4%	42,4%
	Nov	1899	1087	807	57,2%	42,5%
Média em percentual do ano (QPM e PSS)					59,4%	40,3%

2009	Mar	1584	1072	508	67,7%	32,1%
	Abr	1729	1078	647	62,3%	37,4%
	Mai	1738	1060	674	61,0%	38,8%
	Jun	1809	1069	736	59,1%	40,7%
	Jul	1815	1066	745	58,7%	41,0%
	Ago	1839	1064	771	57,9%	41,9%
	Set	1862	1063	795	57,1%	42,7%
	Out	1910	1065	842	55,8%	44,1%
	Nov	1945	1063	879	54,7%	45,2%
Média em percentual do ano (QPM e PSS)					59,4%	40,4%

2010	Mar	2207	1175	1030	53,2%	46,7%
	Abr	2522	1187	1333	47,1%	52,9%
	Mai	2583	1176	1405	45,5%	54,4%
	Jun	2643	1173	1468	44,4%	55,5%
	Jul	2658	1168	1488	43,9%	56,0%
	Ago	2586	1150	1434	44,5%	55,5%
	Set	2679	1143	1534	42,7%	57,3%
	Out	2970	1236	1731	41,6%	58,3%
	Nov	2998	1238	1757	41,3%	58,6%
Média em percentual do ano (QPM e PSS)					44,9%	55,0%

2011	Mar	2677	1562	1114	58,3%	41,6%
	Abr	3039	1572	1466	51,7%	48,2%
	Mai	3120	1581	1538	50,7%	49,3%
	Jun	3143	1577	1566	50,2%	49,8%
	Jul	3147	1582	1565	50,3%	49,7%
	Ago	3090	1555	1535	50,3%	49,7%
	Set	3145	1530	1614	48,6%	51,3%
	Out	3229	1543	1685	47,8%	52,2%
	Nov	3213	1538	1675	47,9%	52,1%
Média em percentual do ano (QPM e PSS)					50,6%	49,3%

2012	Mar	2845	1609	1235	56,6%	43,4%
	Abr	2965	1648	1316	55,6%	44,4%
	Mai	3094	1704	1389	55,1%	44,9%
	Jun	3143	1695	1447	53,9%	46,0%
	Jul	3108	1693	1414	54,5%	45,5%
	Ago	3144	1743	1401	55,4%	44,6%
	Set	3176	1754	1422	55,2%	44,8%
	Out	3182	1747	1435	54,9%	45,1%
	Nov	3192	1748	1444	54,8%	45,2%
Média em percentual do ano (QPM e PSS)					55,1%	44,9%

2013	Mar	2675	1321	1354	49,4%	50,6%
	Abr	2823	1372	1451	48,6%	51,4%
	Mai	2866	1370	1496	47,8%	52,2%
	Jun	2896	1377	1519	47,5%	52,5%
	Jul	2881	1368	1513	47,5%	52,5%
	Ago	2875	1347	1527	46,9%	53,1%
	Set	2905	1349	1556	46,4%	53,6%
	Out	2915	1353	1562	46,4%	53,6%
	Nov	2990	1368	1622	45,8%	54,2%
Média em percentual do ano (QPM e PSS)					47,4%	52,6%

2014	Mar	2753	1251	1502	45,4%	54,6%
	Abr	2905	1269	1636	43,7%	56,3%
	Mai	2931	1270	1661	43,3%	56,7%
	Jun	2945	1272	1673	43,2%	56,8%
	Jul	2915	1267	1648	43,5%	56,5%
	Ago	2954	1266	1688	42,9%	57,1%
	Set	2958	1262	1696	42,7%	57,3%
	Out	2998	1268	1730	42,3%	57,7%
	Nov	2976	1260	1716	42,3%	57,7%
Média em percentual do ano (QPM e PSS)					43,3%	56,7%

2015	Mar	1967	1240	727	63,0%	37,0%
	Abr	2559	1359	1200	53,1%	46,9%
	Mai	2653	1365	1288	51,5%	48,5%
	Jun	2661	1360	1301	51,1%	48,9%
	Jul	2708	1366	1342	50,4%	49,6%
	Ago	2717	1366	1351	50,3%	49,7%
	Set	2723	1354	1369	49,7%	50,3%
	Out	2747	1350	1397	49,1%	50,9%
	Nov	2764	1346	1418	48,7%	51,3%
Média em percentual do ano (QPM e PSS)					51,9%	48,1%

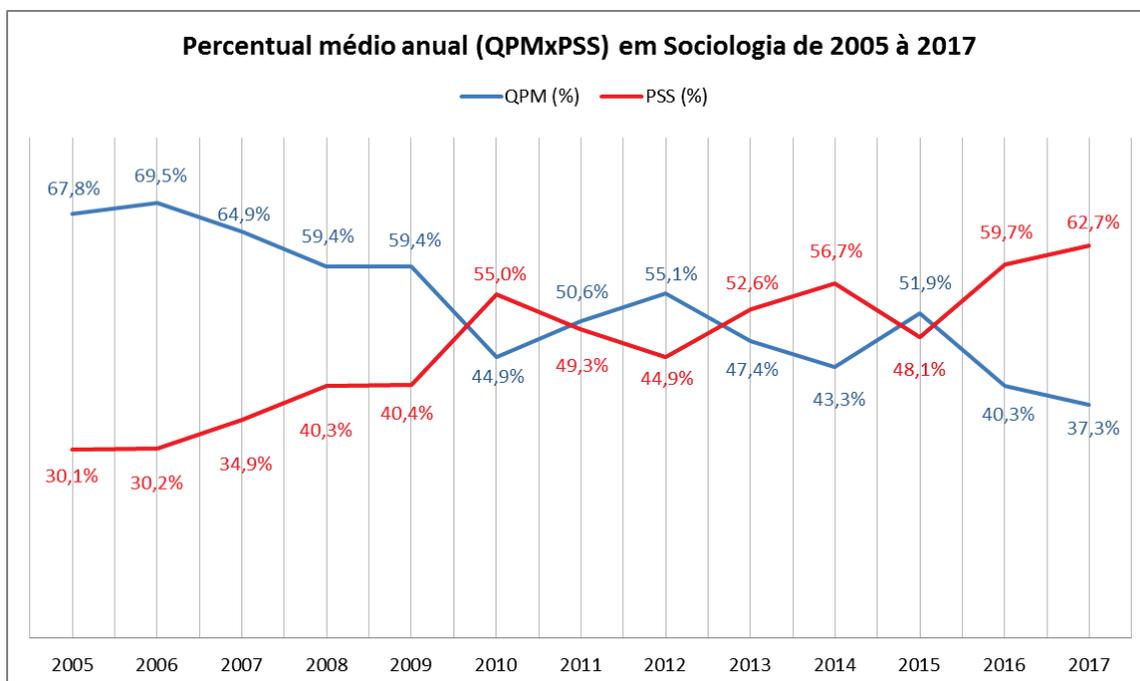
2016	Mar	2106	1061	1045	50,4%	49,6%
	Abr	2341	956	1385	40,8%	59,2%
	Mai	2415	965	1450	40,0%	60,0%
	Jun	2451	970	1481	39,6%	60,4%
	Jul	2490	975	1515	39,2%	60,8%
	Ago	2494	973	1521	39,0%	61,0%
	Set	2514	957	1557	38,1%	61,9%
	Out	2504	953	1551	38,1%	61,9%
	Nov	2505	952	1553	38,0%	62,0%
Média em percentual do ano (QPM e PSS)					40,3%	59,7%

2017	Mar	1942	760	1181	39,1%	60,8%
	Abr	2008	767	1239	38,2%	61,7%
	Mai	2062	769	1291	37,3%	62,6%
	Jun	2090	770	1318	36,8%	63,1%
	Jul	2102	769	1332	36,6%	63,4%
	Ago	2124	782	1342	36,8%	63,2%
	Set	2119	782	1337	36,9%	63,1%
	Out	2124	781	1343	36,8%	63,2%
	Nov	2130	785	1345	36,9%	63,1%
Média em percentual do ano (QPM e PSS)					37,3%	62,7%

Fonte: Secretária de Educação do Estado do Paraná

Observamos anteriormente, os números gerais dos contratos PSS no Paraná, onde temos todas as disciplinas juntas, ao separarmos a Sociologia, que é a disciplina que Tatiana leciona, nos deparamos com uma situação ainda mais grave do que o quadro geral nos mostra. Em vários meses, chegamos a ter mais professores temporários na disciplina do que concursados. Separamos a média percentual do ano em um gráfico específico, para deixar mais claro o que estamos falando. Vejamos:

Gráfico 8: Comparativo da média anual de professores concursados e professores PSS da educação básica, entre 2005- 2017



Fonte: Secretária de Educação do Estado do Paraná

Entre 2005, 2006 e 2007, temos números que mais ou menos acompanham o quadro geral do Estado, mas a partir daí, o número de

temporários vai aumentando consideravelmente, passando o número de professores QPM em 2010, 2013, 2014, 2016 e chegando a uma impressionante inversão em 2017, com 37,3% de professores QPM e 62,7% de professores PSS.

Além da inversão entre PSS e QPM, observamos na tabela, que o número de professores PSS oscila bastante durante o ano, o que demonstra a situação encontrada em relação à Tatiana, que iniciou o ano, com poucas aulas, conseguiu mais aulas durante o ano e perdeu algumas logo depois. Passamos para o próximo item tentando trabalhar com alguns teóricos do Capitalismo flexível e tentando entender essa instabilidade da carreira docente.

2.3 Algumas considerações sobre o capitalismo flexível e seus efeitos

Para este subcapítulo, trazemos a perspectiva de David Harvey (1992) e Richard Sennett (2009) em relação o que os autores chamam de capitalismo flexível, assim como alguns apontamentos em relação aos governos mais recentes no Paraná e seus reflexos na educação. Queremos entender como as mudanças ocorridas a partir da década de 70, afetam os trabalhadores e suas relações sociais.

Acreditamos que estes aspectos mais gerais da mudança do capitalismo, guardem relações importantes com os modelos educacionais aos quais Tatiana está inserida. Pretendemos portanto, aproximar estas discussões mais gerais, aos escritos sobre a educação no Brasil, suas mudanças de paradigma e também a condição dos professores PSS no Paraná.

Para David Harvey (1992), em sua obra “Condição Pós-Moderna”, há uma relação entre as formas culturais pós-modernas e os modos flexíveis de acumulação que se apresentam a partir da década de 70, quando surge um tipo de acumulação que o autor chama de “acumulação flexível”.

O autor destaca o período pós-guerra quando se produziram um conjunto de práticas de controle de trabalho, que entra em colapso a partir de

1973, gerando incertezas e mudanças nas configurações político-econômicas.

Vejamos:

Aceito amplamente a visão de que o longo período de expansão de pós-guerra, que se estendeu de 1945-1973, teve como base um conjunto de práticas do controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-Keynesiano. O colapso desse sistema a partir de 1973 iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e incerteza. Não está claro se os novos sistemas de produção e de marketing, caracterizados por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, de mobilidade geográfica e de rápidas mudanças de consumo garantem ou não o título de um novo regime de acumulação. (HARVEY, 1992, p. 119).

Esse momento de transição pós-1973, leva as empresas a se reestruturarem. O intuito é reverter os efeitos da crise financeira da década de 1960, levando as mesmas a priorizar a tecnologia, automação e novos nichos de mercado. Para Harvey:

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta. (HARVEY, 1992, p. 140).

Para o autor, a acumulação flexível (1992, p. 140) “é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo” e também “se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”.

Harvey afirma que a acumulação flexível teve seu impacto no mercado de trabalho, gerando uma reestruturação radical, pois, o mercado de trabalho passou a ter um aumento da competição e um estreitamento das margens de lucro. Com o enfraquecimento do poder sindical, juntamente com os altos índices de mão-de-obra excedente e altos níveis de desemprego estrutural, os patrões aproveitaram para impor aos trabalhadores regimes e contratos de

trabalho flexíveis. O autor ainda chama a atenção para outros aspectos destes arranjos flexíveis. Segundo Harvey:

Esses arranjos de emprego flexíveis não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica. Mas os efeitos agregados quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo (HARVEY, 1992, p. 144).

Richard Sennett em “A Corrosão do Caráter” está discutindo as mudanças psicológicas causadas pelo novo capitalismo flexível. Para tal, o autor observa as grandes mudanças no mundo do trabalho e os reflexos destas mudanças na sociedade. Para o autor, assim como Harvey (1992), o caráter flexível do novo capitalismo rechaça a estabilidade, estruturas fixas, horários rígidos e organizações burocratizadas presentes no fordismo. Para Sennett (2009, P. 55) “A pedra angular da prática administrativa moderna é a crença em que as redes elásticas são mais abertas à reinvenção decisiva que as hierarquias piramidais, como as que governavam a era fordista.”.

No entanto o Sennett destaca, que essa nova disposição não significa um abandono da velha ordem (2009, p. 10) “Na verdade, a nova ordem impõe novos controles - em vez de simplesmente abolir as regras do passado”, Sennett ainda destaca a dificuldade em entender esse movimento (2009, p. 10) “mas também esses novos controles são difíceis de entender. O novo capitalismo é um sistema de poder muitas vezes ilegível”.

Sennett chama a atenção para o perfil deste novo trabalhador do capitalismo flexível (2009, p. 9) “Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais”.

O autor utiliza entrevistas e histórias de vida para construir sua narrativa. Em seu primeiro capítulo “Deriva” o autor conta a história de um Pai (Enrico) e seu filho (Rico), destacando as diferenças entre as gerações, ele aponta que Enrico e sua esposa, são de uma geração onde o tempo é linear, estável e burocrático.

Sennett apresenta Enrico como um faxineiro humilde, que quer dar um futuro melhor aos seus filhos, tanto que ele guardou parte dos seus ganhos como faxineiro para pagar a faculdade dos filhos. Para Sennett (2009, p. 14) “O faxineiro sentia que se tornava o autor de sua vida, e, embora fosse um homem inferior na escala social, essa narrativa lhe dava um senso de respeito próprio”. O autor ainda destaca algumas impressões sobre a geração de Enrico:

O que mais me impressionou em Enrico e sua geração foi ver como o tempo era linear em suas vidas: ano após ano trabalhando em empregos que raras vezes variavam de um dia para o outro. E, nessa linha de tempo, a conquista era cumulativa: toda semana, Enrico e Flavia conferiam o aumento de suas poupanças, mediam a vida doméstica pelas várias melhorias e acréscimos que haviam feito na casa de fazenda. Finalmente, o tempo que viviam era previsível. (SENNETT, 2009, p. 14).

Mais adiante, o autor vai pontuando as diferenças entre as vidas de pai e filho. Destaca que encontrou o filho num aeroporto, e ele estava muito bem vestido, o que contraria a sua origem humilde. Descobriu que o filho de Enrico, se formou e é bem sucedido, casado e aparentemente gosta da vida que leva, mas o autor descobre também que as vidas deles são bem diferentes. Embora Rico seja bem sucedido, ele não conta com a estabilidade que o pai tinha, teve trabalhar em várias empresas diferentes, acabou se mudando várias vezes e isso gerou uma série instabilidades de ordem econômica e emocional:

Por mais prósperos que estejam, no auge mesmo do casal adaptado, um apoiando o outro, marido e mulher muitas vezes receiam estar a ponto de perder o controle de suas vidas [...] Fiquei sabendo que seu receio de perder o controle ia muito mais fundo que a preocupação com a perda de poder no trabalho. Ele temia que as medidas que precisava tomar e a maneira como tinha de viver para sobreviver na economia moderna houvessem posto sua vida emocional, interior, à deriva. (SENNETT, 2009, p. 18-19).

Ainda sobre a flexibilidade, Sennett (2009, p. 9) faz a seguinte reflexão: “É bastante natural que a flexibilidade cause ansiedade: as pessoas não sabem que riscos serão compensados, que caminhos seguir”.

Em uma perspectiva bastante semelhante à Harvey e Sennett, porém, mais voltada aos aspectos educacionais e as consequências do modelo

neoliberal na educação, Nauroski (2014) destaca que o modelo fordista/toyotista que se estabelece antes da crise do capitalismo, tem como proposta, o aumento das demandas de consumo e um regime de pleno emprego. Para Nauroski, após a crise do capitalismo, a ideologia neoliberal articula seu discurso culpando o estado de bem estar social pela recessão e falta de emprego. Em sua perspectiva, esse discurso se efetiva com uma redução na intervenção do Estado, uma reorganização da produção, novos valores e comportamentos capazes de convencer trabalhadores a se sacrificarem por um bem comum à sociedade. Ainda para o autor, esse desgaste do modelo fordista/toyotista, favorece a ideia de que os direitos sociais e trabalhistas conquistados são um problema. Prevalecendo nesse contexto um discurso de modernização e desenvolvimento da democracia liberal.

Segundo Nauroski (2014), o Brasil sofreu uma crise nos anos 90 e a partir desta crise o Estado diminuiu o seu investimento e gastos sociais, tomando uma forma de Estado Neoliberal. Para Oliveira (2004, p. 1129) “A década de 1990 inaugura um novo momento na educação brasileira”, a autora compara essa mudança às mudanças ocorridas na década de 60 e pontua sua principal diferença:

Se nos anos de 1960 assiste-se, no Brasil, à tentativa de adequação da educação às exigências do padrão de acumulação fordista e às ambições do ideário nacional-desenvolvimentista, os anos de 1990 demarcam uma nova realidade: o imperativo da globalização. (OLIVEIRA, 2004, p. 1129).

A autora destaca que a partir da década de 90, há uma mudança de paradigma importante na educação brasileira, instauradas já no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Essa mudança de paradigma se dá na passagem de uma educação para a mobilidade social, para uma educação focada na equidade social. Para a autora o paradigma da mobilidade social se define da seguinte forma:

As reformas educacionais dos anos de 1960, que ampliaram o acesso à escolaridade, assentavam-se no argumento da educação como meio mais seguro para a mobilidade social individual ou de grupos. Apesar de serem orientadas pela necessidade de políticas

redistributivas, essas reformas compreendiam a educação como mecanismo de redução das desigualdades sociais. (OLIVEIRA, 2004, p. 1129).

Em contrapartida o paradigma da equidade social:

As reformas educacionais dos anos de 1990 tiveram como principal eixo a educação para a equidade social. Tal mudança de paradigma implica transformações substantivas na organização e na gestão da educação pública. Passa a ser um imperativo dos sistemas escolares formar os indivíduos para a empregabilidade, já que a educação geral é tomada como requisito indispensável ao emprego formal e regulamentado, ao mesmo tempo em que deveria desempenhar papel preponderante na condução de políticas sociais de cunho compensatório, que visem à contenção da pobreza. (OLIVEIRA, 2004, p. 1129).

Para Nauroski (2014), a nova perspectiva pós anos 90, influenciada pela crise internacional, configura no Brasil o que Harvey chama de acumulação flexível, com reflexos no Estado brasileiro e sobretudo na educação, segundo o autor:

A flexibilização, portanto, acaba favorecendo o trabalho precário, visto que deteriora as condições de trabalho. Trata-se de uma estratégia na economia e suas empresas para se contrapor aos desafios da competitividade crescente. O resultado, porém, é a “precarização do emprego” (CASTEL, 1988, p. 516). Além de se tratar de mudanças estruturais, surge uma nova cultura que põe em questão a sociedade salarial e ameaça a coesão social, nos termos de Castel (1998), quando este analisava a crise econômica do Estado Social Francês. Os efeitos dessa conjuntura se espraiam para diferentes esferas, sendo que a realidade do serviço público não sai incólume dessa lógica. Num paralelo com o que analisa Castel na realidade francesa, o Estado brasileiro dos anos 1990, sobretudo, ao absorver em suas políticas os princípios de gestão neoliberais de retração de investimentos em seus serviços, amplia segmentos de trabalhadores temporários, como os PSS. (NAUROSKI, 2014, p 110).

Nauroski (2014) argumenta, que as teses neoliberais chegam à educação em forma de privatização. Em seguida o autor aponta uma série de bibliografias que apontam a existência de processos de precarização e intensificação das condições de trabalho nas escolas públicas: Frigotto (1995), Lourencetti (2004), Oliveira e Duarte (2003), Libâneo (2012), e Esteve (1995). Nauroski destaca a perspectiva de Libâneo (2012), que aponta a existência de um conjunto de políticas adotadas pelo Estado brasileiro a partir da década de 90, onde as políticas neoliberais reduzem a educação a uma mercadoria, com esse viés o trabalho docente se precarizou de modo generalizado. Para o

autor, o PSS não está apenas inserido nessa lógica, mas este profissional está mais exposto e fragilizado ainda, pois, não conta com direitos e garantias, que os professores QPM tem. Em suas palavras:

Os estudos já citados evidenciam ainda que os trabalhadores da educação estão submetidos aos efeitos do neoliberalismo, tendo em vista a adequação da organização produtiva e laboral às novas exigências do mercado. Nas escolas paranaenses pesquisadas, os traços dessa influência se revelam pelas mudanças na forma da organização social do trabalho com a intensificação das atividades, burocratização, diminuição da autonomia dos docentes e principalmente pelo uso progressivo de formas de contratação flexível. Um trabalho que tem como características definidoras a instabilidade contratual, falta de proteção, insegurança, rotatividade, ausência de autonomia, submissão a pressões e cobranças por resultados, rendimentos insuficientes e em muitas situações, a intensificação, sobrecarga e fragilidade social. (NAUROSKI, 2014, p 108).

Nauroski aponta a perspectiva de Gentili (1998), segundo o autor as mudanças ocorridas (políticas e econômicas) impõem aos professores um trabalho precário e desvalorizado, guardando uma forte ligação com o estado neoliberal, que enxuga seus quadros e utiliza a mão de obra terceirizada.

Segundo Nauroski (2014, p 97) “Nos últimos 20 anos aconteceram somente seis concursos, em 1994, 1996, 2003, 2004, 2007 e 2013” no Paraná. Em sua perspectiva, o resultado é a ampliação da contratação flexível, uma prática historicamente presente na realidade da educação paranaense. Neste sentido, o autor destaca o governo de Jaime Lerner como um marco das políticas neoliberais. Para Nauroski, esse governo se caracterizou:

por um choque de gestão no formato neoliberal, tendo como justificativa obter maior eficiência na aplicação dos recursos. Para isso, adotou a diminuição dos gastos e investimentos sociais, enxugamento da máquina pública e, como consequência das políticas adotadas, levou a um quadro de precarização do trabalho dos servidores públicos, incluindo os professores. (NAUROSKI, 2014, p. 135).

Segundo Lara e Maroneze (2011), no governo Lerner (1995-2002) as reformas visavam a crescente mobilidade do mercado, o aumento dos lucros e a preservação das relações privadas.

Na educação, foram reduzidos os gastos, que comprometem a qualidade do ensino. Nesse período, o governo, através da Secretaria de Educação, implementou várias medidas que tinham como pano de fundo a modernização e pressupostos das agências internacionais, que adequaram a educação à escassez de recursos com parâmetros determinados pelo mercado.

As autoras apontam vários estudos desse período como: Hidalgo e Silva, I. L. (2001), Nogueira (2001), Silva (1998), que ajudam a entender esse modelo gerencial implantado e destacam a perspectiva de Silva (2001):

Conforme análise de Silva, I. L. (2001) a educação de excelência, defendida pelo governo por meio da gestão compartilhada, significava a aplicação de princípios de gestão empresarial, pautada na qualidade total da educação. Na transferência do conceito de excelência para a educação, a autora chama atenção ao fato de que as premissas básicas que sustentam as políticas de recursos humanos das empresas, como: diminuição de custos, aumento da produtividade e adesão dos empregados aos propósitos da empresa, ficaram preservadas, com a justificativa de ser o único caminho para que todos pudessem ter escolas de qualidade. (LARA e MARONESE, 2001, p. 12).

As autoras apontam, que essa agenda incentivou a individualidade, a competição, a flexibilidade e intensificou o trabalho docente. Ademais nesse período foi criado o Paranaeducação, que segundo as autoras:

O Paranaeducação, como instituição de natureza privada, foi estabelecido por convênio de cooperação, tendo seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 4.002/98, com autonomia administrativa e financeira para gerir os recursos públicos na área da educação, gerenciar os recursos humanos e subsidiar nas questões institucionais, administrativas e pedagógicas das unidades escolares. Com a implantação desse serviço, o governo objetivava 'melhorar a gestão educacional', abrindo canais menos burocratizados, mais eficientes e flexíveis para administrar os recursos públicos. Assim, os professores passaram a ser contratados não mais por concursos públicos, mas por trabalho temporário, sem vínculos diretos com o Estado, embora os gastos sociais fossem mantidos com recursos oriundos dos cofres públicos. O que se pretendia, era, antes de tudo, flexibilizar a gestão estatal, atribuindo a um espaço que nem é público e nem privado a tarefa de definir os encaminhamentos da política educacional. (LARA e MARONESE, 2001, p. 13).

Para Souza (2011), o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995 estabelece, através do Governador do Estado Jaime Lerner, vários

programas de serviços sociais autônomos (Paranaprevidência, Paranarural, Paranaturismo, Paranacidade e o Paranaeducação). Segundo Souza (2011, p.137) “A partir desta instituição, os professores passaram a ser contratados como trabalhadores temporários, assim como os demais funcionários de escolas” em consequência dessa reforma os concursos públicos foram substituídos por Contratos de Gestão. Segundo o autor o Paranaeducação foi denunciado por várias entidades representativas da sociedade civil, por precarizar o setor educacional público no Estado. O Paranaeducação foi considerado inconstitucional e começou a ser extinto apenas em 2003, no início do governo de Roberto Requião¹⁷.

Souza (2016), analisa as políticas implantadas nos governos Requião e Richa, assim como seus reflexos para a educação e para os professores PSS. O autor afirma, que o fracasso do modelo neoliberal, representado pelo Governador do Estado Jaime Lerner, acaba perdendo o apoio, e favorece a eleição de Roberto Requião, que tem uma concepção diferente do papel do Estado. Segundo o autor:

Roberto Requião assume novamente o poder em 2003, adotando medidas como a revalorização do servidor público, através da implementação de Planos de Cargos e Salários, ajustes salariais, etc., medidas que contaram com grande apoio dos grupos interessados em sua implementação, como inúmeros sindicatos de servidores públicos. (SOUZA, 2016, p 176).

Segundo Souza (2016), no governo Requião o funcionalismo público paranaense, passa por uma reestruturação. Esta reestruturação, garantiu a reposição das perdas salariais para professores da rede pública, das Universidades Estaduais, policiais civis e militares, assim como, a implementação e reformulação de planos de carreira e salários. Para o autor, o governo partia do princípio que:

O Estado é necessário para a maioria da população e que sua efetividade se dá, principalmente, através dos serviços públicos prestados, sejam eles da área da saúde, educação, saneamento, segurança, etc, sendo fundamental que esses serviços fossem

¹⁷ Roberto Requião esteve à frente do Governo do Estado do Paraná, entre 1991 e 1994, entre 01.01.2003 a 31/12.2006 e 01.01.2007 a 01/04/2010. Para esta parte do texto nos referimos à sua passagem mais recente (2003 a 2010).

prestados com qualidade. E, assim, durante o governo Requião, o servidor público do Paraná viria a conquistar muitos direitos, muitos dos quais, apesar de já garantidos em Lei – como o Plano de Cargos Carreiras e Salários de muitas categorias – jamais haviam sido implementados. (SOUZA, 2016, p. 185).

Souza (2016), aponta que no governo Requião a palavra chave era a “mudança” e que seu governo empunhou a bandeira de que a educação “era um direito de todos e dever do Estado”. Souza (2016) destaca alguns pontos desse governo em relação à educação:

A criação do portal “DIA A DIA EDUCAÇÃO”, o Programa De Desenvolvimento Educacional (PDE) para os professores, o concurso de acesso de professores ao quadro do magistério, o livro didático público, a mobilização em torno do plano de carreira do professor, a assinatura da lei que cria as equipes multiprofissionais nas unidades escolares do estado, a lei que autoriza o uso do nome social de gênero na matrícula e listas de chamada nas escolas, a criação da patrulha escolar, a criação do núcleo da diversidade dentre as equipes de trabalho ligadas à Secretaria de Estado da Educação, alguns avanços em termos de visibilidade às propostas de educação do campo, educação indígena, educação de jovens e adultos, educação especial, a entrega às escolas da TV pendrive, etc. (SOUZA, 2016, p. 190).

Souza (2016), ainda destaca do governo Requião, a aprovação da Lei complementar 103/2004 que trata do plano de cargos e salários dos professores da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Dos benefícios desta lei, temos a valorização do trabalho docente com a garantia da progressão na carreira através do aperfeiçoamento profissional e da formação continuada dos professores. Veremos no 3º capítulo, a importância desta perspectiva de futuro na carreira para a profissionalização. Outro aspecto levantado pelo autor, é a fixação da hora-aula em até 50 minutos e a hora-atividade fixada em 20% da carga horária do professor.

Segundo Souza (2016), outra Lei importante sancionada durante o governo Requião, é a Lei 108/2005, que regulamenta a contratação de mão de obra temporária no Estado, que até então era feita por decretos e leis genéricas, que não respeitavam os direitos básicos dos trabalhadores temporários.

Para Souza (2016), embora o governo Requião tenha obtido uma certa simpatia, sobretudo dos servidores públicos, o modelo de gestão do Estado, considerado por muitos como assistencialista, teve seu desgaste e culminou com a derrota de Requião. Nas palavras do autor:

Se o fracasso do modelo neoliberal influenciou, em 2003, a vitória do candidato que se apresentava contrário a ele (Roberto Requião), o sucesso das políticas sociais, adotadas desde então, também teve grande influência no pleito de 2010, que consagrou vitorioso o candidato Beto Richa. Paradoxalmente, como estas políticas têm limites na sua execução, tais entraves tiveram influência na derrota do candidato apoiado por Requião e na vitória de seu opositor, Beto Richa, cujas promessas de campanha que o levaram a vitória incluíam não só a continuidade mas também a ampliação dessas políticas (incluindo as “assistencialistas”) de Requião e Lula. (SOUZA, 2016, p. 176).

Souza (2016), além de discutir o governo Requião, discute os dois primeiros anos do governo Richa¹⁸ e faz um arrazoado entre os dois governos. O autor destaca que, o governo Requião, representou a volta do Estado forte, em substituição ao Estado mínimo (neoliberal), isto se deu, sobretudo pelas atenção aos servidores públicos, em especial os professores.

Enquanto o governo Richa, estaria mais próximo dos ideais de governo dos anos 90, Souza (2016, p. 199) destaca que Richa: “se mostrou coerente com o projeto de Estado defendido pelo seu grupo político e, em muitos aspectos, como veremos, lembra o governo de Jaime Lerner”.

Souza (2016), aponta entre outras coisas, que o foco do governo Richa deixa de ser a qualidade nos serviços prestados à população (principalmente nas secretarias do governo) e passa a ser a responsabilidade fiscal e a busca pelo equilíbrio das contas públicas.

Em relação à educação, o autor inicia destacando o episódio de 29 de Abril de 2015, que dá uma ideia da tensão entre os funcionários públicos e o governo Richa:

Os professores da rede estadual do Paraná haviam entrado em greve – decidida em Assembleia – desde 24 de abril, devido ao fato de

¹⁸ O Governador Carlos Alberto Richa (Beto Richa), assumiu o Governo do Estado do Paraná em 01/01/2011 foi reeleito para o cargo em 2015 e está empossado até o presente momento.

serem contrários a mudanças no sistema de previdência dos servidores do Estado e também reivindicavam uma nova rodada de negociações para discutir a data-base da categoria. Em fevereiro, os professores da rede estadual já haviam paralisado suas atividades por 29 dias devido às propostas que integravam o chamado "pacotão", um conjunto de medidas que propunha ações de austeridade fiscal anunciado pelo governador Beto Richa. No dia 29 de Abril, impedidos de acompanhar a sessão em que seriam votadas as referidas mudanças no sistema de previdência dos servidores, os professores protestavam em frente a Assembleia Legislativa quando a ação violenta da Polícia Militar ocorreu. Ação esta que teve grande repercussão na mídia nacional e internacional – contando com repúdios e moções das mais variadas e diversas instituições, tais como: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Fórum Nacional de Educação (FNE), dentre inúmeras outras. (SOUZA, 2016, p. 210).

Ainda sobre esse episódio de violência cometida contra os servidores públicos do Paraná. Colocamos o trecho de uma reportagem¹⁹ veiculada em 2015 pelo jornal Gazeta do Povo sobre o ocorrido:

O que assistimos, nesta quarta-feira, foge a qualquer explicação ou análise política. Beira a insanidade. O que o governador Beto Richa, o secretário Fernando Franscichini e o deputado Ademar Traiano fizeram, ao jogar policiais da tropa de choque contra o funcionalismo público – com balas de borrachas, sprays de pimenta, bombas de gás lacrimogêneo - é do tempo da ditadura, em que truculência e a violência varriam a todos que se manifestassem contrários ao regime. É inadmissível, em pleno estado democrático de direito, que cenas como estas aconteçam. É inadmissível que governos e legisladores eleitos democraticamente portem-se como ditadores e usem da ação violenta para impedir o povo de acompanhar as decisões parlamentares. É inadmissível que profissionais da Educação sejam agredidos pela força policial.

As cenas de hoje nos levam a perguntar: quanto vale a vida dos mais de 200 feridos, governador? Talvez R\$ 1,5 bilhão por ano? Pois é este montante que senhor terá ao fazer os tais ajustes na previdência e, assim, contentar também, com benesse, os deputados que votaram a favor do PL 252/2015.

Repete-se, em pior grau, o '30 de agosto de 1988'. Pior porque, em 88, estávamos ensaiando os primeiros passos da democracia após a ditadura. E no início da noite de ontem, uma nota lacônica e zombeteira do governo do Estado atribui aos manifestantes a culpa pelos mesmos. A polícia, diz a nota (para espanto de todos que estavam na Praça Nossa Senhora da Salete), defendeu-se. Algozes viram vítimas para justificar agressões injustificáveis. As imagens mostradas ao mundo não deixam dúvidas de quem se defendia do que.

¹⁹ Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/29-de-abril-e-dia-de-luto-e-dia-para-se-recordar-sempre-20yept1vvez8hclz0f85uad30> (último acesso em 12/12/17).

Ao funcionalismo público, e em especial professores e funcionários de escola, a APP-Sindicato, garante que não recuará da defesa dos direitos da classe trabalhadora. Que seja luto, que seja memória, para não esquecermos jamais um governo insano e suas tiranias. (Gazeta do Povo, 29/04/2015, sem página).

Além deste lamentável ocorrido, que certamente marca a relação entre o Governador Beto Richa e os funcionários públicos do Paraná, Souza (2016) argumenta que houve na gestão de Richa, o fechamento de várias turmas em escolas estaduais, sobretudo, turmas de EJA²⁰. Essa medida acabou superlotando outras turmas, causando vários transtornos em várias escolas. A medida foi tomada após as secretarias solicitarem às escolas um levantamento do número de alunos por turma, as turmas pequenas foram fechadas.

O autor também comenta sobre a redução de investimentos em educação no governo Richa, segundo Souza (2016), embora a arrecadação do Paraná tenha aumentado, o investimento em educação caiu de 31,79% em 2010, para 30,17% em 2011. Por fim, Souza (2016) alerta para o aumento de 349% de cargos comissionados no governo Richa, como se não bastasse o aumento, parte do Fundeb²¹ foi utilizado para pagar esses cargos.

Em resumo, o autor analisa os governos Requião e Richa, destacando alguns aspectos em contraste:

Governo Requião – temos um governo que concebe que o Estado deve estar aparelhado para impedir manifestações de desigualdade de resultados, ou, nos termos de Przeworski (1989), aplicando medidas pautadas pela teoria do bem-estar para atenuar os efeitos distributivos do funcionamento do mercado. Em contraste com este modelo, no segundo caso – governo Richa – a intervenção social, de

²⁰ Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país. Essa modalidade é destinada a jovens e adultos que não deram continuidade em seus estudos e para aqueles que não tiveram o acesso ao Ensino Fundamental e/ou Médio na idade apropriada. A Educação de Jovens e Adultos (Eja), para quem não se lembra é o novo nome do antigo supletivo, quer garantir que os recém-alfabetizados não voltem a ser analfabetos. São pessoas que, geralmente, tiveram problemas passados no sistema escolar, já com histórias de vida, com conhecimentos próprios e que têm pressa para aprender. Disponível em: <http://educamaisbrasil.blog.br/eja-educacao-de-jovens-e-adultos/> (último acesso em 10/01/18).

²¹ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. (último acesso em 10/01/18).

corde liberal, é residual, sendo o Estado acionado para minimizar os efeitos mais agudos da pobreza, gerando condições mínimas para que o indivíduo desenvolva suas próprias capacidades de lutar pela ampliação de seu bem estar material; ou, ainda, nos termos de Figueiredo (1997), prevalece a ideia de mérito como eixo de sustentação das ações do Estado, as quais devem ser suplementares às ações da iniciativa privada. (SOUZA, 2016, p. 282).

Ademais do recorte político/ partidário e diferenças ideológicas dos governos (Requião e Richa), Souza (2016), atenta para a condição dos PSS no Paraná, e conclui que a contratação de mão de obra temporária (PSS), é recorrente nas duas gestões.

Trouxemos estas perspectivas para tentar colocar a trajetória de Tatiana, dentro do contexto social, que em parte antecede a sua formação e alguns aspectos mais atuais da situação da educação no Paraná, assim como as considerações sobre o Capitalismo flexível e suas consequências. Ademais, acreditamos que os autores abordados, estão debatendo aspectos do capitalismo moderno em franco diálogo com a realidade encontrada em campo ao acompanhar Tatiana. Vejamos, como é feita a contratação de professores temporários no Paraná, e também algumas mudanças promovidas pelo governo estadual em relação aos PSS.

2.4 A contratação de Professores PSS no Paraná, a mudança na Hora atividade em 2017 e a redução de salário para 2018.

De acordo com Souza (2011) as contratações para professor temporário no Paraná são realizadas através de um edital específico e tem a finalidade de compor um banco de reserva para futuras contratações, este edital está de acordo com a Lei complementar 108/05, que determina em seu artigo 2º, que só serão disponibilizadas as aulas para esses editais, após esgotar as demais formas de suprimento.

O autor ainda chama a atenção para Lei complementar 121/07, que altera as formas de recontração dos professores PSS. Segundo o autor, a Lei complementar 108/05:

Estabelecia, inicialmente, que o contrato teria prazo máximo de um ano, sendo vedada a recontração (Lei Complementar nº 108/2005, § 1º, art. 5º); entretanto, devido, entre outros fatores, ao fato de as vagas continuarem abertas mesmo depois de encerrada a contratação temporária e, também, pelo fato de o contrato não poder ser prorrogado por mais de uma vez, o que acabava, segundo os legisladores, agravando a situação das instituições de ensino, em especial, nos municípios pequenos, onde há menor número de pessoas habilitadas para contratação temporária (SOUZA, 2011, p. 155).

Então com a Lei complementar 121/07, em caso de permanência da necessidade, os prazos poderão ser prorrogados por quantas vezes forem necessárias, respeitando o limite de dois anos.

O edital é lançado anualmente pela Secretaria de Educação em sua página, em geral edital é lançado por volta do mês de outubro, porém, não é uma regra, o edital para 2018 por exemplo, foi lançado no fim de dezembro/2017. No edital o candidato encontra todas as informações referentes à inscrição, contratação, documentação necessária, cronograma com as datas do processo, a forma de contagem da pontuação para a classificação final. Faremos uma descrição rápida, de como é realizada a inscrição e como são as outras etapas do processo.

A inscrição é feita diretamente na página da secretaria. Nesta página o candidato preenche um cadastro, ou atualiza o cadastro já existente, e passa para a página seguinte, onde vai atribuir a sua escolaridade (que será conferida em outra etapa), escolhe o setor onde pretende lecionar, e finaliza a sua inscrição. A chamada fica aberta por um período especificado pelo edital. De acordo com Souza (2011) cada candidato pode se inscrever:

...em até dois setores e em 3 (três) disciplinas e nos demais NREs, em até dois municípios diferentes, do mesmo Núcleo Regional de Educação e, no máximo, em 3 (três) disciplinas; desde que atenda aos seguintes requisitos: ter nacionalidade brasileira ou portuguesa com direitos e obrigações políticas e civis reconhecidos no País; ter, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos; ter cumprido as obrigações e encargos militares previstos em lei; estar em dia com as obrigações eleitorais. (SOUZA, 2011, p. 156).

Entre um mês e dois após a inscrição, é emitida uma lista de classificação geral, com a posição de cada candidato. Esta lista é dividida por

municípios, áreas e disciplinas. Em geral no mês de janeiro é feita a convocação para apresentação dos certificados de escolaridade atribuída pelo candidato, além de uma lista de certidões policiais, eleitorais, um atestado médico de aptidão para o trabalho docente, documentos pessoais para identificação.

Na falta de qualquer documento, o candidato é deslocado para o final da lista de candidatos. Após a entrega dessa documentação e comprovação de títulos, o candidato estará apto a lecionar, mas a escolha entre as aulas disponíveis é feita em outro dia. Esta escolha é realizada mediante convocação na página da Secretaria, a chamada é feita e o candidato tem que ficar atento para não perder o dia da distribuição de aulas para os PSS.

Cada núcleo de educação tem uma escola que abriga o processo de distribuição de aulas. Nessa escola há uma ou duas salas para esse processo. Nesta sala ficam dois ou três funcionários da secretaria de educação e as vezes diretores de escolas para organizar a distribuição. Os candidatos ficam em uma ante sala e vão sendo chamados conforme a classificação, pelo funcionário responsável. Na sala da distribuição propriamente dita, tem um quadro como as aulas disponíveis por escola. É recomendável que o professor tenha um conhecimento prévio das escolas do setor para escolher melhor suas aulas. As aulas disponíveis não foram supridas pelos professores QPM, nem em regime de aulas extraordinárias. Ou seja, as aulas para os professores PSS, são aquelas em que o quadro de professores concursados não atendeu, assim como determina o inciso 1º da Lei complementar 121/07:

§ 1º. Permanecendo a necessidade que gerou a contratação na forma da presente lei, os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser prorrogados por quantas vezes forem necessárias, desde que não ultrapasse o limite máximo de 02 (dois) anos fixados pela alínea "b" do inciso IX, do art. 27, da Constituição Estadual" (PARANÁ, Lei Complementar 121/2007, 2007).

Cada candidato entra acompanhado do funcionário da secretaria na sala de escolha, escolhe de acordo com a oferta as que lhe convier, dentro de um limite mínimo e máximo determinado pela secretaria. Assim que candidato escolhe suas aulas, um dos funcionários da secretaria entrega ao professor um

memorando com a quantidade de aulas e as escolas em que esse professor irá dar aulas. Esse memorando deve ser entregue na escola pelo professor. O professor só saberá das suas turmas e horários assim que se apresentar nas escolas para onde foi designado e entregar o memorando emitido pela secretaria. Neste processo é importante estar bem classificado e contar com que a disponibilidade de aulas seja grande para não ficar com poucas aulas ou aulas em muitas escolas.

Em relação à disponibilidade de aulas, no ano de 2017, houve uma mudança importante para a categoria que afetou diretamente Tatiana. A mudança se deu na contagem das horas-atividade dos professores estaduais no Paraná.

A Lei do Piso Salarial Profissional Nacional - Nº 11.738/2008 estabelece que 1/3 das horas do professor sejam destinadas à hora-atividade, independente da quantidade de minutos da hora-aula, que hoje é de 50 minutos. Em resolução publicada no dia 16/01/2017²² a secretaria alterou a forma de contagem da hora-atividade. Esta mudança na contagem das horas-atividade se dá da seguinte forma: até o ano de 2016 a contagem das horas atividade ocorria pela hora relógio (60 minutos) e não pela hora em sala de aula (50 minutos). Segundo o Governo do Estado, estão apenas seguindo os outros estados da federação, que realizam essa prática. A Secretária de Educação do Paraná Ana Seres diz que “nosso concurso é de 20h/relógio, não está escrito em lugar nenhum que é 20h/aula. A orientação que recebi do Conselho Nacional de Educação é que precisamos fazer ajustes, porque o professor precisa cumprir às 20h/relógio”. Mais adiante a Secretária explica a mudança na contagem “Das 20h/relógio (1,2 mil minutos), o professor cumpre hoje 13h/aula (650 minutos) e sete horas-atividade (350 minutos), ambas de 50 minutos. O que faz com que falem 4 h/aula (200 minutos), período no qual o professor não está na escola”.²³

²²

Disponível: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/resolucoes/2017/resolucao1132017gsseed.pdf>

²³ Disponível: <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/governo-ira-ajustar-hora-atividade-dos-professores-no-parana-a5vvuc4il1nlxzixah1hztjn7> (último acesso em 12/11/2017)

Na prática este “ajuste” faz com que um professor contratado em regime de 20 horas semanais, passe a ter cinco horas-atividade semanais ao invés de sete como era antes, ou seja, na sua rotina ordinária ele perde duas horas-atividade por semana. Ademais, para um professor que trabalha 40 horas, este perdeu quatro horas-atividade semanais.

Segundo o líder do Governo do Estado Luiz Claudio Romanelli, a medida fará o governo contratar menos professores temporários²⁴. O ajuste acabou deixando muitos professores sem aulas no início do ano, conforme apontado pelo comparativo de contratos PSS em 2016/2017 e observado em campo na contratação de Tatiana. Embora as contratações tenham aumentado durante o ano de 2017, ficaram num patamar abaixo do que em 2016.

Esta mudança na contagem das Horas-atividade, acabou virando uma briga judicial entre o governo e o sindicato, pois, o governo acredita que pode mudar as regras da contagem das horas e por outro lado o sindicato entende que o governo está infringindo a lei que determina a contagem das horas da forma como estava sendo feita²⁵. Fizemos um arrazoado com as principais alterações dessa disputa judicial, tomamos como base o site do Sindicato da categoria (APP-Sindicato)²⁶, que conta com as principais mudanças organizadas e com pequenos artigos de cada notícia, disponibilizamos na tabela os links dos artigos da pagina:

²⁴ Disponível: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/lider-de-beto-richa-diz-que-hora-atividade-menor-fara-governo-contratar-menos-professores-temporarios/> (último acesso em 12/11/2017)

²⁵ - Idem-²

²⁶ Tomamos como base o site da APP, pois, foi onde encontramos as informações de forma mais organizada. No site da secretaria de educação, estão noticiados alguns momentos dessa disputa. O tom do lado da APP, é de que o governo está infringindo uma série de acordos legais e destaca os prejuízos para os professores com as mudanças. Por outro lado, para a secretaria, o governo precisa reduzir os gastos com a folha de pagamento e a solução encontrada, foi alterar a forma de contagem das Horas- atividades.

Tabela 7: Principais alterações da disputa Judicial sobre a mudança na contagem da hora-atividade.

Ano	Data	Resumo da notícia	Link da notícia
2017	16/jan	Entra resolução 113/2017. Súmula: Regulamenta a distribuição de aulas e funções aos professores do Quadro Próprio do Magistério – QPM, do Quadro Único de Pessoal – QUP e aos professores contratados em Regime Especial nas Instituições Estaduais de Ensino do Paraná.	http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/resolucoes/2017/resolucao1132017gsseed.pdf
2017	16/jan	A direção da APP-Sindicato, solicitou a suspensão imediata do anúncio de tais alterações, o que foi negado pelo secretário chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni, que afirmou ser uma decisão final do Governo.	http://appsindicato.org.br/governo-anuncia-mais-retrocessos-na-educacao-publica-do-parana/
2017	16/jan	A APP reafirma a ilegalidade da medida, baseando-se nas leis complementares 155/2013 e 174/2014: “a concessão da complementação da hora-atividade pode ser comprovada na Lei Complementar 174/2014 e também na Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (Nº 11.738/2008). A legislação estabeleceu hora-atividade de 33%. Portanto, 33% de 20 aulas são 7 aulas, e não 5, como quer o governo.”	http://appsindicato.org.br/com-diminuicao-da-hora-atividade-estado-do-parana-deixa-de-cumprir-a-lei/
2017	25/jan	APP protocola ofício com análise e proposta de alteração da resolução. Afirma também que “a direção estadual da APP-Sindicato decidiu entrar na Justiça, com uma ação declaratória com pedido de tutela antecipada (liminar) para suspender as medidas anunciadas pelo governador.”	http://appsindicato.org.br/app-apresenta-proposta-de-alteracao-da-resolucao-de-distribuicao-de-aulas/ http://appsindicato.org.br/app-entrara-com-acoas-na-justica-contraresolucao-da-maldade/
2017	26/jan	300 educadores ocupam a Seed	http://appsindicato.org.br/governo-do-parana-crucifica-professoras-a-categoria-reage-e-nao-se-cala/

2017	27/jan	Em reunião com APP, o Chefe da Casa Civil é taxativo: “É uma decisão. Não existirão avanços nestes aspectos”. E ameaçou: “aviso que se os professores entrarem em greve, os salários serão descontados, e não adianta reivindicar depois”	http://appsindicato.org.br/intransigencia-e-ataques-do-governo-marcam-reuniao-com-app-sindicato/
2017	31/jan	É determinada a liminar que suspende os artigos prejudiciais aos professores na resolução: “A APP-Sindicato conseguiu, na 4ª Vara da Fazenda Pública, uma liminar favorável em ação que moveu contra o Estado do Paraná questionando os critérios estabelecidos pela resolução 113, da Secretaria de Estado da Educação. [...] Em parte do documento, o Juiz responsável afirma: “Assim, a Resolução nº 113/2017-SEED acabou por violar o princípio da estrita legalidade, na medida em que contrariou expressamente o previsto em lei estadual. Isso porque, ao determinar o desconto dos afastamentos de qualquer natureza, os dispositivos impugnados foram de encontro ao art. 128 da Lei Estadual nº 6.174/1970. Consequentemente, vê-se como ilegal o desconto determinado pela alínea “a” dos artigos 33, incisos I, II e III; 34, incisos I, II e III; e 35, incisos I e II, todos da Resolução nº 13/2017-SEED”.	http://appsindicato.org.br/liminar-suspende-criterios-punitivos-na-distribuicao-de-aulas/
2017	01/fev	APP entra com ação judicial específica para a alínea g do artigo 39 da resolução. Esse trecho afeta a distribuição de aula para professores que tiverem um período igual ou superior a 30 dias consecutivos de afastamento em 2016.	http://appsindicato.org.br/app-entra-na-justica-contra-a-alinea-g-do-artigo-39-da-resolucao-da-maldade/
2017	03/fev	A distribuição caótica de aulas, demonstra não cumprimento prático da suspensão da liminar a respeito da hora-atividade. A diminuição das horas-atividade força professores a assumirem mais turmas, criando uma demanda maior do que a oferta de aulas.	http://appsindicato.org.br/professores-enfrentam-distribuicao-caotica-de-aulas/
2017	06/fev	O Desembargador Abraham Lincoln Calixto, do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, cassou a liminar concedida no último dia 31, que suspendia os efeitos restritivos da Resolução sobre a classificação de professores(as). Por conta dos trâmites jurídicos, a APP-Sindicato não pode recorrer da suspensão da liminar e, agora, terá que esperar pela avaliação da ação, que será realizada pelo pleno do TJ (composto por cinco desembargadores). Esta análise do pleno, no entanto, não tem prazo para ocorrer.	http://appsindicato.org.br/juiz-em-decisao-individual-derruba-liminar-e-restabelece-resolucao-da-maldade/ http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=6870

2017	08/fev	A APP-Sindicato conseguiu, na 4ª Vara da Fazenda Pública, mais uma liminar favorável, desta vez na ação que moveu contra o Estado do Paraná, contra a diminuição da hora-atividade dos(as) professores(as) da rede pública estadual. Segundo Juíz Guilherme de Paula Rezende “A Resolução nº 113/2017-SEED acabou por violar o princípio da estrita legalidade, na medida que contrariou expressamente o previsto na lei complementar estadual”.	http://appsindicato.org.br/liminar-suspende-diminuicao-da-hora-atividade/
2017	09/fev	A Secretaria de Estado da Educação (Seed) foi oficialmente notificada sobre a liminar obtida pela APP-Sindicato [...] Por conta disso, a Seed ordenou que os Núcleos Regionais de Educação (NREs) suspendessem temporariamente o processo de distribuição de aulas. Agora, o Governo vai tentar reverter o quadro através da Procuradoria Geral do Estado (PGE) – para derrubar a liminar.	http://appsindicato.org.br/apos-liminar-seed-e-obrigada-a-suspender-a-distribuicao-de-aulas/
2017	10/fev	Em nova resolução (357/2017) o Governo descumpre a última liminar concedida judicialmente ao manter o entendimento “jornada de trabalho em hora-relógio de 60 minutos, sendo que a jornada dos(as) professores(as) paranaenses é de hora-aula de, no máximo, 50 minutos conforme leis estaduais. Portanto, segundo o Governo, continua a valer a distribuição de 15 aulas em sala e 5 de hora-atividade. A novidade é que o Governo passa a contar o tempo fora de sala de aula como hora-atividade podendo ser realizadas “em local de livre escolha”, ou seja, a jornada seria de 24 aulas e não 20 como é hoje.”	http://appsindicato.org.br/governo-descumpre-decisao-judicial-e-mantem-reducao-da-hora-atividade/
2017	11/fev	Aprovada em assembleia greve geral dos professores estaduais, começando a partir do dia 15 de março.	http://appsindicato.org.br/assembleia-decide-greve-a-partir-de-15-de-marco/
2017	13 e 14/fev	Dirigentes da APP visitam escolas do Paraná para esclarecer a situação sobre a greve, a PEC55 e a Resolução 113/2017.	http://appsindicato.org.br/dirigentes-da-app-visitam-colegios-estaduais-e-esclarecem-posicionamento-da-entidade-frente-aos-ataques-do-governo/

2017	15/fev	Se inicia o projeto “Hora Atividade legal”: “momento em que os(as) educadores(as) vão desenvolver junto aos(às) estudantes(as) tarefas interativas para explicar a real situação vivida na rede pública. Será um momento importante para dar boas-vindas aos(às) alunos(as) e iniciar o período contextualizando a educação paranaense. Será uma maneira educativa com o objetivo de mostrar que a lei existe e que deve ser cumprida.” As outras datas do projeto são previstas para 21/02 (Defesa da educação pública e as consequências da Resolução e da Reforma do Ensino Médio), 03/03 (Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência) e 08/03 (Dia Internacional da Mulher – material especial elaborado pela APP-Sindicato para debates com os(as) estudantes.)	http://appsindicato.org.br/15-de-fevereiro-dia-da-hora-atividade-legal/
2017	15/fev	Governo descumpra a ordem judicial, “a APP imediatamente protocolou uma manifestação contra o descumprimento da ordem judicial, que tem caráter de denúncia para que o Estado seja intimado a cumprir a decisão, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade, que poderá levar à pena de prisão e multa.”.	http://appsindicato.org.br/governador-beto-richa-insiste-na-ilegalidade-da-resolucao-da-maldade/
2017	20/fev	Liminar da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba revoga a resolução 357/2017. “A Justiça entendeu que a Resolução 357/2017 fere a lei federal 103/2004 e estadual 174/2014, que dispõe sobre a carreira dos(as) educadores(as) e sobre o direito dos(as) estudantes à preparação de aulas, para que o ensino público tenha melhores condições de manter níveis de qualidade. De acordo com a Revogação, o anexo II da Lei 174/2014 não dá margem para duplas interpretações ao estabelecer o número de aulas destinadas à hora-atividade: 7 aulas para cada cargo de 20 h e 14 aulas para cargos de 40 aulas.”	http://appsindicato.org.br/liminar-revoga-resolucao-3572017-e-mantem-hora-atividade/
2017	03/mar	A APP exigiu o cumprimento da liminar que revoga a resolução 357/2017 e mantém hora-atividade. Mesmo após uma semana de o governo ter sido notificado da decisão, a Secretaria da Educação não sabia informar sequer sobre os procedimentos para cumprí-la. A direção do sindicato exigiu uma resposta e minutos depois informaram que a Procuradoria Geral do Estado havia recorrido da decisão junto ao Tribunal de Justiça do Paraná	http://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2017/03/horaatividade.pdf0 http://appsindicato.org.br/direcao-da-app-cobra-cumprimento-de-decisao-judicial/

2017	06/mar	<p>“O desembargador Silvio Fernandes Dias, do Tribunal de Justiça do Paraná(TJ-PR), publicou decisão que rejeitou o recurso impetrado pelo governo do Estado contra a liminar que garantia o cumprimento das leis que tratam da hora-atividade. Ele manteve a decisão inicial do Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública, Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira. [...] No entendimento do juiz Roger Pereira, a resolução publicada pela Seed não pode se sobrepor à legislação que define a jornada de trabalho dos(as) professores(as) (artigo 4º e artigo 30 das leis 103/2014 e 174/2014). “É inegável o prejuízo que a Resolução [357/2017] está produzindo aos professores estaduais, que terão reduzida a hora-atividade, com deterioração das condições de trabalho, não se esquecendo da qualidade de vida dos professores, tão importante que é para um melhor ensino aos alunos”, afirma em sentença.”</p>	<p>http://appsindicato.org.br/vitoria-justica-mantem-decisao-sobre-hora-atividade/</p>
2017	07/mar	<p>A direção da APP “se reuniu com parte da equipe do Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS) da Seed. O objetivo foi cobrar o cumprimento da determinação da Justiça. A informação repassada foi que a Secretaria aguarda o protocolo da Procuradoria Geral do Estado (PGE) para, então, definir como se dará o cumprimento.”</p>	<p>http://appsindicato.org.br/justica-mantem-liminar-e-a-app-cobra-o-cumprimento-da-seed/</p>
2017	08/mar	<p>“Uma nova manobra processual do Governo do Paraná, desconsiderando a existência de decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, que não acolheu agravo de Instrumento, proposto pelo Estado, leva o Presidente do Tribunal de Justiça a decidir pela suspensão da liminar sobre a Hora Atividade concedida pelo Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba.”</p>	<p>http://appsindicato.org.br/manobra-do-governo-suspende-a-execucao-de-liminar-sobre-hora-atividade/</p>
2017	18/mar	<p>Greve é suspensa</p>	<p>http://appsindicato.org.br/greve-e-suspensa-luta-continua-com-intensas-mobilizacoes/</p>
2017	21/mar	<p>APP e deputados se reúnem como presidente do TJ-PR a fim de apresentar os impactos da resolução 113/2017. “O desembargador assinou, no início de março a decisão judicial que concedeu ao Estado o direito de não executar a liminar que determina o cumprimento da legislação que trata da hora-atividade. “Solicitamos essa reunião cujo principal objetivo foi buscar com o Legislativo e com o Judiciário uma abertura de negociação.</p>	<p>http://appsindicato.org.br/app-e-deputados-buscam-apoio-do-tribunal-de-justica-para-a-pauta-da-categoria/</p>

2017	05/abr	APP se reúne com Seed para discutir a resolução 113/2017. A Seed justificou que essa questão foi judicializada e que, portanto, está aguardando a decisão da justiça.	http://appsindicato.org.br/app-sindicato-participa-de-mesa-de-negociacao-com-seed/
2017	05/mai	APP se reúne com nova superintendente da Seed, Inês Carnieletto, para discutir vários temas, entre eles a resolução 113/2017. “A Secretaria de Estado da Educação se nega a fazer o debate sobre a resolução 113/2017, alegando que, por estar judicializada, aguardará a decisão da justiça”.	http://appsindicato.org.br/em-reuniao-com-nova-superintendente-da-seed-app-volta-a-exigir-que-seja-autorizada-reposicao-dos-dias-de-greve/
2017	05/jun	Julgamento da liminar no TJ-PR, marcado para essa data, é adiado em função do pedido de vistas do processo pelo desembargador Fernando Prazeres. “De acordo com Prazeres, ele não estava compreendendo os argumentos utilizados pelo governo do Estado ao alegar impacto financeiro com o cumprimento da hora-atividade como determina a lei. “Em todas as decisões, tanto de 1º como de 2º grau, são claras ao expor que a resolução fere expressamente a lei complementar 103/2004 e a lei complementar 174/2014 (anexo II). Eu não consigo compreender como o cumprimento da lei pode, num primeiro momento, ferir a ordem pública e agravar o prejuízo econômico ainda mais uma lei vigente desde 2014”, disse o desembargador durante o julgamento.” O novo julgamento deverá ocorrer no dia 17 de julho.	http://appsindicato.org.br/pedido-de-vistas-adiadecisao-sobre-a-liminar-da-hora-atividade/
2017	13/jul	APP se reúne com cerca de 25 desembargadores para lhes entregar documentos relatando casos reais de professores afetados pela resolução. “Nós atualizamos o memorial de razões que embasam a nossa defesa da jornada de 1/3 em hora-atividade, conforme já organizada pela legislação e que foi desrespeitada pelo Governo do Estado do Paraná. Conseguimos conversar com a maioria dos desembargadores e iremos concluir esse trabalho nesta sexta-feira”, diz Hermes Leão, presidente da APP.	http://appsindicato.org.br/liminar-hora-atividade-direcao-da-app-entrega-documentos-a-desembargadores-do-tj/
2017	17/jul	Em julgamento da liminar que suspende a diminuição da hora-atividade, há um empate de 11 votos a favor e 11 contra. Contudo, julgamento é adiado novamente por pedido de vistas do processo, dessa vez por Antônio Renato Strapasson, que, por motivos de saúde, não acompanhou a discussão anterior.	http://appsindicato.org.br/hora-atividade-apos-empate-e-pedido-de-vistas-pressao-continua/

2017	02/ago	APP se reúne novamente com desembargadores para manter diálogo e “apresentar estudos financeiros e orçamentários que demonstram que o Governo do Paraná tem toda condição de aplicar a lei hora-atividade sem comprometer as contas públicas.”	http://appsindicato.org.br/liminar-hora-atividade-direcao-da-app-reforca-dialogo-com-desembargadores-do-tj/
2017	07/ago	Realizado novamente. o julgamento da liminar de suspensão da resolução 113/2017. Antônio Renato Strapasson, que pediu vistas do processo, agora vota à favor da APP, à favor da suspensão diminuição da hora-atividade. Contudo, Antônio Loyola pediu vistas e o resultado do julgamento foi adiado mais uma vez. Nova sessão ocorrerá no dia 21 de agosto. “A APP-Sindicato compreende que, ao autorizar o pedido de vista do Des. Loyola, o presidente da Casa descumpriu o Regimento Interno do Tribunal de Justiça. De acordo com o regimento, ao convocar a votação de Strapasson para o desempate do julgamento, o resultado devia ser anunciado após a decisão do mesmo, o que não foi feito.	http://appsindicato.org.br/hora-atividade-mais-um-voto-favoravel-e-mais-um-pedido-de-vistas/ http://appsindicato.org.br/julgamento-da-hora-atividade-nova-sessao-sera-na-proxima-segunda-feira-dia-21-de-agosto/
2017	21/ago	O julgamento pela execução ou suspensão da liminar que suspende a diminuição da hora-atividade se dá dessa forma: por 13 votos a 12, a execução da liminar foi negada pela maioria dos(as) desembargadores(as) que compõem o Órgão Especial do TJ. Contudo, a liminar continua valendo. A APP destaca que “O que foi julgado hoje é apenas a execução da liminar. A liminar em si a APP já ganhou na justiça. Até o julgamento do mérito, a liminar ainda está valendo, mas não será executada por conta da decisão de hoje”.	http://appsindicato.org.br/hora-atividade-tribunal-de-justica-suspende-execucao-mas-liminar-continua-valendo/
2017	02/out	Julgamento do agravo contra a liminar da hora atividade, que seria realizado no dia 03/10 é adiado. O motivo é o afastamento médico do desembargador Claudio de Andrade, que havia pedido vistas do processo. O julgamento deve ser adiado até o retorno dele.	http://appsindicato.org.br/agravo-contra-liminar-da-hora-atividade/
2017	05/out	Em reunião com a Seed, a APP cobra, entre diferentes aspectos, o respeito a lei de cumprimento da hora-atividade, mas a Secretaria afirma que a medida se mantém em 2018. À respeito da hora-atividade, ainda há a demanda da impugnação de cláusulas no Edital do Concurso de Remoção 2017 (http://appsindicato.org.br/app-sindicato-solicita-reuniao-com-a-seed-sobre-o-edital-do-concurso-de-remocao-2017/), que trata a jornada de trabalho de professores e pedagogos como hora relógio ao invés de hora-atividade. Seed disse que irá analisar a documentação.	http://appsindicato.org.br/direcao-da-app-faz-pressao-em-reuniao-com-a-seed/

As consequências da mudança foram observadas em campo: menor número de aulas disponíveis a professores PSS, assim como denunciado pelo Sindicato. Segundo a funcionária do Sindicato, consultada em dezembro, mesmo com a liminar o Governo não é obrigado a cumpri-la, pois, a Justiça retirou a obrigatoriedade de cumprir a liminar. Então a contagem da hora-atividade permanecerá assim para 2018.

Mas essa não é a única novidade para 2018, no último edital para a contratação de professores temporários, publicado em dezembro de 2017, a secretaria determinou a redução do salário dos professores temporários. Segundo notícia veiculada²⁷, a redução de salário pode chegar a 13,35%, ou seja, a remuneração para docentes com nível superior será de R\$ 13,63 Hora/aula, sendo que no ano de 2017 esse valor foi de R\$15,73 Hora/aula. A notícia ainda projeta que no ano de 2018, sejam contratados mais de 20 mil professores. Segundo o veículo, a justificativa do Governo é a crise financeira que o país atravessa.

2.5 A Distribuição das aulas de Tatiana

A distribuição das aulas para o setor ao qual Tatiana se inscreveu, é realizada em uma das escolas do setor, que no caso é a escola “C” aonde ela dá aulas de Sociologia para duas turmas. A distribuição é realizada inicialmente aos primeiros colocados da classificação geral de cada disciplina. Essa chamada depende da demanda de professores a serem contratados e cada disciplina tem a sua demanda específica para iniciar o ano. No caso da Sociologia, foram chamados os 15 primeiros colocados para a distribuição. Tatiana, que tem formação superior em Ciências Sociais, Mestrado em Educação e uma experiência de sete anos em sala de aula, fica bem colocada e é chamada já no início das convocações. Geralmente sua Tatiana fica entre os dez primeiros colocados, o que lhe garante aulas suficientes, ao menos até

²⁷ Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/edital-do-governo-richa-reduz-o-salario-de-professores-temporarios-em-2018-3h5j91h6zs2gm3hnb4qat387g>. (última consulta em: 03/01/18).

2017, onde ficou na nona colocação, mas não teve a quantidade de aulas que necessitava.

A chamada é feita pela página da secretaria, aonde é publicada uma chamada aos candidatos que devem se apresentar. Nessa chamada geral consta o número de professores convocados (ex: na disciplina de Sociologia, do 1° ao 15° colocado) assim como o dia, período e local para a distribuição. Conforme o edital determina (Paraná, p. 01) “É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos referentes a este PSS por meio dos endereços eletrônicos www.educacao.pr.gov.br e www.nre.seed.pr.gov.br.”

No caso de Tatiana a distribuição foi realizada numa sexta-feira às nove e meia da manhã em fevereiro na escola “D”. O Edital lançado em 2017 determina:

A participação dos candidatos no PSS não implica obrigatoriedade na sua contratação, ocorrendo apenas expectativa de convocação e contratação. Fica reservado à Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED o direito de proceder às contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação final e ao prazo de validade, conforme item 12.7 deste Edital. (Paraná, 2017, p. 01).

O processo durou o dia todo, pois, Tatiana se inscreveu para lecionar sociologia para o Ensino Médio regular e para o ensino técnico que é ofertado em algumas escolas de Curitiba. A distribuição da disciplina de Sociologia realizada pela manhã e as aulas para o ensino técnico à tarde. O candidato pode se inscrever em mais de uma modalidade:

O candidato poderá realizar inscrição em até 2 (dois) municípios de um único NRE e em até 3 (três) funções/disciplinas diferentes em cada município, desde que possua os requisitos mínimos exigidos e haja oferta disponível, conforme disposto no Anexo I deste Edital (Paraná, 2017, p.5).

Combinei de encontrar Tatiana no local da distribuição de aulas, cheguei à escola onde iria ser realizada a distribuição com antecedência e reconheci Tatiana, que estava dentro da sala. Do lado de fora estavam vários professores, de Sociologia e outras disciplinas também, pois, a distribuição não

é apenas de uma disciplina. Tatiana estava conversando com outros professores, me chamou a atenção, o fato dela conhecer quase todos os professores da sala, inclusive os funcionários que faziam o atendimento aos candidatos. Sobretudo, os professores de Sociologia, esses ela conhecia a todos.

Embora o ambiente geral fosse descontraído, os professores pareciam um pouco apreensivos, perguntei à Tatiana o porquê, e ela então disse, que era por causa dos “boatos” de que não havia aulas para todos os professores que geralmente são contratados, até então, eu não sabia como a mudança na contagem das horas-atividade afetaria aos PSS.

Ficamos esperando a distribuição das outras disciplinas, no dia foram distribuídas as aulas para as disciplinas de: Química, Física, Sociologia e Filosofia. Durante a distribuição, vários candidatos estavam reclamando de que se inscreveram em mais de um setor e a distribuição estava ocorrendo no mesmo horário, no caso de não comparecimento à chamada, o candidato será deslocado para o final da lista de classificação.

Logo após a distribuição da disciplina de Física, os professores de Sociologia começaram a ser chamados, Tatiana entrou na sala nervosa e saiu preocupada, pois, os “boatos” eram verdadeiros. Ela não conseguiu a quantidade de aulas que precisava e esperava, além de não ter aulas suficientes, ela teve que pegar aulas em várias escolas, em suma, ela saiu da distribuição com 21 aulas e em 3 escolas.

Enquanto fomos até seu carro, ela me confidenciou que precisava de ao menos 35 aulas e que nunca tinha trabalhado em mais de duas escolas ao mesmo tempo. Ela estava com pressa, tinha que apresentar o memorando dado pela secretaria nas escolas antes do almoço pois, às duas da tarde, ela tinha que estar na distribuição das aulas do técnico, que é feita em outro lugar, a uns 10 Km de distância. Nos despedimos e combinamos a hora para a distribuição de aulas para o ensino técnico.

Chegamos ao local da distribuição das aulas para o ensino técnico às duas da tarde. Os professores estavam esperando em um anfiteatro, a essa hora eram mais de cinquenta pessoas dentro de um anfiteatro que estava muito quente e com pouca ventilação, muitos professores estavam nos corredores, pois o calor era insuportável. Logo Tatiana encontrou professores conhecidos e perguntou a eles porque a sala estava tão cheia, eles responderam que a distribuição estava atrasada, que no dia anterior os professores saíram à meia noite da distribuição.

Enquanto esperávamos, ela me contou que desistiu de uma das 3 escolas onde ela pegou aulas mais cedo, pois, ao chegar à escola, descobriu que eram cinco aulas em cinco dias, ou seja, uma aula por dia. Tatiana comentou que é inviável ir à escola todos os dias para dar uma aula apenas, ela tentou mudar o horário junto a Diretora da escola, mas a Diretora disse que não podia fazer isso, pois, mudaria toda a grade de horários dos outros professores.

Depois de esperar por cinco horas, Tatiana foi informada pela funcionária da secretaria, que as aulas da área de comportamento e para a disciplina de fundamentos da psicologia e da sociologia (disciplinas que Tatiana se inscreveu), não podem mais ser lecionadas por professores de sociologia. Neste ano essas aulas foram destinadas a profissionais da Psicologia. Tatiana saiu da distribuição, muito frustrada e em alguma medida humilhada, pois, não conseguiu mais aulas, teve que esperar por muitas horas num calor insuportável.

Tatiana teve que iniciar o ano letivo com apenas 16 aulas, uma situação inédita segundo ela. Como descrito anteriormente, Tatiana entrou em contato com amigos, conseguiu mais aulas durante o ano, perdeu outras, e voltou a pegar aulas, inclusive em outra disciplina (Ensino Religioso) e numa escola particular, se endividou, por conta do período com poucas aulas.

Tatiana contou um aspecto da sua condição de professora PSS, nessa modalidade de contratação, o professor tem seu contrato encerrado no mês de dezembro e só retoma a atividade no próximo contrato que é feito em fevereiro

depois de passar pelo processo de seleção, ficando esse período sem remuneração.

Segundo o relato de Tatiana a estratégia utilizada por ela, é guardar o montante referente às férias e 13º salário concedidos pelo contrato de trabalho para manter-se nos meses que não tem contrato, o que a impossibilita de planejar uma viagem, trocar de carro, ou destinar o dinheiro para outra coisa.

2.6 A Reforma do Ensino Médio

Entendemos o contexto de pressão do governo estadual em reduzir a contratação de professores está relacionado a um contexto maior, que compreende a deposição da Presidente da República Dilma Rousseff e a nomeação de Michel Temer como Presidente, esse processo teve consequências importantes para a educação como veremos à seguir.

A reforma do Ensino Médio foi sancionada pelo atual Presidente da republica Michel Temer em 16 de fevereiro do 2017, na forma da Lei 13.415, a proposta foi apresentada e aprovada anteriormente como medida provisória. Essa medida provisória foi elaborada pelo ministério da Educação e defendida pelo então Ministro da Educação Mendonça Filho. Vale destacar que a MP foi apresentada, em 16 de setembro de 2016, menos de 30 dias após a controvertida posse de Michel Temer na Presidência da República.

Em traços gerais, a reforma altera a Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Lei 11.494/07 (Lei do Fundeb). A nova Lei 13.415, flexibiliza os conteúdos para o ensino médio, transformando as 13 disciplinas ofertadas até então em “Itinerários Formativos”, que são divididos em cinco áreas: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e Sociais aplicadas; Formação técnica e profissional. Ficará à cargo das escolas ofertar ao menos uma das modalidades do “Itinerário”.

Segundo a lei, apenas 60% do currículo do Ensino Médio será definido pela Base Nacional Comum Curricular²⁸, ao passo que 40% será definido pelos sistemas estaduais de ensino. A reforma, pelo menos à princípio, se justifica pretendendo dar peso maior ao ensino em tempo integral e, sobretudo, ao ensino profissional. No caso do ensino profissional a nova lei inaugura a possibilidade de contratação de professores por notório saber.

A expectativa do Governo Federal era de que a nova Lei fosse implementada à partir de 2018, mas até agora (fevereiro 2018) não foi publicada sequer a Base Nacional Curricular Comum para o Ensino Médio. É importante ressaltar, que a reforma foi bastante questionada em vários aspectos, gerando inclusive o movimento das ocupações das escolas públicas pelos alunos secundaristas. O movimento ficou conhecido como “Primavera Secundarista” e começou no Estado do Paraná imediatamente após a publicação da medida provisória e se espalhou pelo Brasil, chegando a mais de mil escolas e universidades ocupadas. Embora a literatura sobre a reforma seja muito recente, queremos discutir suas críticas a fim de qualificar melhor o contexto no qual se movimentam ações em relação à contratação de professores.

Embora o discurso oficial do governo e de seus apoiadores seja de que o Ensino Médio se tornou ineficiente e inflexível, por isso a necessidade da reforma urgente por meio de medida provisória, para a maioria dos pesquisadores do campo da educação consultados, essa reforma suprime o debate social e ignora as manifestações da juventude.

28 A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>).

Para Filho e Moura (2017), o discurso em defesa da reforma se apoia em três aspectos: 1° No discurso de que o currículo do Ensino Médio é rígido e tem que ser flexibilizado, enxugado e dinamizado; 2° De que é necessário estabelecer itinerários que valorizem as escolhas dos estudantes, estabelecendo o protagonismo dos jovens; 3° De que é preciso ampliar a oferta de escolas em tempo integral. Para os autores é nesse discurso que se fundamenta a ideia de crise no Ensino Médio. Porém, ao centrar a discussão na organização curricular, se negligencia a questão central:

A falta de infraestrutura que garanta o funcionamento qualificado das escolas públicas, destacando-se: ausência de instalações físicas adequadas, bibliotecas, laboratórios, espaços para a prática esportiva e de atividades artístico-culturais; inexistência de quadro de professores e demais trabalhadores da educação contratados por concurso público; planos de carreiras e de formação, salários dignos e condições de trabalho adequadas. Essas questões não são objeto da reforma. Logo, não se discutem as precárias condições de funcionamento das escolas e a absoluta necessidade de sua superação, indispensáveis à universalização da educação pública com qualidade socialmente referenciada. (FILHO; MOURA, 2017, p. 120).

Para Guerra (2017, p. 2), a análise da reforma, não pode ser feita separadamente à aprovação do teto de gastos que foi realizada concomitantemente à reforma do Ensino Médio. Segundo a autora a emenda cria um teto em que “a despesa orçamentária de um ano não pode superar a do ano anterior acrescido o valor da inflação do período. Essa medida implica, então, em congelamento dos gastos públicos.”.

Segundo a autora, o governo manteve a área de saúde e educação no ajuste fiscal mesmo sob protestos, essa manobra instaura um sistema econômico de Estado mínimo que se complementa com a nova reforma da previdência e a flexibilização das leis de trabalho propostas pelo atual Governo. A autora salienta, que a reforma do Ensino Médio foi realizada à luz dessas propostas, e sendo assim, deve-se analisar o conjunto desse cenário:

Nesse cenário neoliberal, alguns pontos do documento publicado em 16 de fevereiro de 2017 devem ser ressaltados. O primeiro diz respeito à ampliação da carga horária. Até março de 2022 a carga horária anual da educação básica deve passar de 800 horas para 1000 horas anuais. Mesmo considerando que esse aumento ocorrerá no mesmo número de dias letivos atualmente estabelecidos, não

podemos desconsiderar que a ampliação implica em mais gastos, para os estabelecimentos de ensino com 800 horas. O mesmo se refere à recomendação do primeiro parágrafo do artigo VII que indica que, no ensino médio, a carga horária deve ser ampliada de forma progressiva até 1400 horas. Como atingir essas metas nas escolas públicas, que dependem do FUNDEB, sem ampliação dos gastos públicos? (GUERRA, 2017, p. 3).

Entendemos que as medidas em relação aos docentes, sejam num cenário nacional ou num cenário estadual, guardam entre si um fio condutor que orienta para a redução do Estado e retira de direitos com pouca ou nenhuma discussão pública.

Nova lei do ensino médio permite compor um currículo que não é flexível para alunos mas para os sistemas de ensino. As 13 disciplinas que antes compunham a forma curricular fixada pela União exigiam, dos sistemas estaduais, contratações de diversas especialidades. Agora, a nova lei deixa a critério dos sistemas de ensino comporem arranjos que admitem não apenas (no caso dos técnicos) contratação de notórios saber, mas também um curso de ensino médio regido pelo arbítrio local e pelos imperativos da redução dos gastos públicos. A medida provisória seguida da aprovação da lei do ensino médio imediatamente após o afastamento de Dilma Rousseff, mostra como a questão dos professores da rede pública está no centro do pacto federativo. A parte dessas mudanças, temos na esfera estadual, os ataques direcionados ao funcionalismo público e sobretudo, aos professores, colocados como uma categoria de privilégios pelo Governo do Estado.

Nesse contexto, a Reforma ocorre concomitantemente, como demonstramos, a expansão do trabalho temporário e precário, com baixa remuneração e sob constante instabilidade. Em todos os casos a justificativa dada pelo governo, é que estamos passando por uma crise e não se pode designar mais recursos à educação. Em nosso entendimento, a reforma do Ensino Médio e a mudança no teto de gastos, consolidam a precariedade educação.

O caso de Tatiana, nos parece bastante significativo para entender melhor os efeitos dessas políticas. Tanto no cotidiano da professora, quanto na sua perspectiva para o futuro, que é tão incerta quanto a sua carreira. Para o

capítulo seguinte, vamos discutir a identidade profissional de Tatiana nesse contexto.

Capítulo 3: Profissionalização e Identidade

“Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais.”

Rubem Alves (1995, p. 4).

Para este capítulo, faremos uma discussão sobre profissão docente, profissionalização e a construção da identidade profissional. Não pretendemos esgotar o tema, pois a bibliografia sobre o assunto é vasta e bastante complexa. Recortamos de alguns autores, aspectos de nosso interesse e que nos ajudam na discussão sobre a condição dos professores PSS.

Pretendemos colocar parte da bibliografia sobre o tema em contato com o que foi observado em campo e também, acrescentar alguns elementos para na discussão. Ademais, temos a hipótese, de que existe um entrave entre o saber e o fazer, que acaba limitando as possibilidades de uma carreira “sólida” e “estável”, sobretudo nos caso dos professores PSS.

Vamos falar um pouco sobre o concurso de 2013, pois, acreditamos que o acesso à carreira de professor QPM está restrita à concursos insuficientes com regras e condições desfavoráveis. Temos interesse neste concurso por dois motivos: este foi o último a ser realizado, e foi muito contestado em sua realização. A principal questão sobre a falta de concursos, é que existe uma demanda por professores QPM (os números trabalhados no 2º Capítulo evidenciam essa condição) e essa demanda não é suprida sendo agravada pela tendência à limitação da contratação de professores PSS, sem a contratação de professores QPM.

Por fim, trazemos um aspecto que consideramos importante para pensar a carreira docente, que é o afeto que, em nosso entendimento, acaba sendo um dos principais pilares para Tatiana seguir na carreira docente.

3.1 Profissão, profissionalização e identidade docente

Para esta discussão inicial, focamos na contribuição de Claude Dubar sobre a profissionalização e a construção da identidade. Pretendemos com este debate, uma aproximação entre a teoria e o que pudemos observar em campo e nos relatos do cotidiano de Tatiana.

Em artigo intitulado “A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional”²⁹ Dubar aponta duas perspectivas sobre as profissões: funcionalista e interacionista. A perspectiva funcionalista das profissões, faz uma diferenciação entre profissão e ocupação. Profissões são escolhidas e permitem a construção de uma carreira, enquanto ocupações, que seriam a maioria das atividades, são desvalorizadas. A perspectiva dos sociólogos interacionistas (Hughes, Becker, Strauss), críticos ao posicionamento funcionalista, acreditam que todas as atividades de trabalho, podem se tornar “profissionais” mediante uma socialização que permita a aquisição das competências e reconhecimentos (remuneração) necessários. Esta segunda perspectiva nos interessa, pois, associa a profissionalização à uma socialização e reconhecimento, em forma de remuneração e estatutos específicos.

Em outro texto, Dubar (2012) destaca que a palavra “trabalho” em sua gênese, remete à aspectos negativos, como fonte de sofrimento, obrigação e subordinação. Ele lembra que, para uma boa parte da população mundial, o trabalho, mesmo depois da abolição da escravidão, guarda aspectos negativos, e que muitos trabalhadores consideram a “vida” quando fora do trabalho, ou seja, o trabalho não se trata de uma fonte de prazer. Porém, o autor afirma que

²⁹ O Título original do artigo “The Construction of Self Through Work Activity: The Professional Socialization” foi traduzido e publicado em 2012 por Fernanda Machado.

há algum tempo, algumas atividades remuneradas tem uma identificação positiva, são escolhidas, autônomas e proporcionam uma carreira (entendida a longo prazo). Para o autor:

Essas atividades de trabalho, qualificadas de profissionais, são produtoras de obras, quer se trate de arte, artesanato, ciências ou outras atividades criadoras de algo de si, ou produtoras de serviços úteis a outro (médicos, jurídicos, educativos). Elas dão um sentido à existência individual e organizam a vida de coletivos. Quer sejam chamadas de “ofícios”, “vocações” ou “profissões”, essas atividades não se reduzem à troca econômica de um gasto de energia por um salário, mas possuem uma dimensão simbólica em termos de realização de si e de reconhecimento social. (DUBAR, 2012, p. 353).

Para Dubar (2012), a questão fundamental nessa discussão da Sociologia das profissões, é se todas as atividades de trabalho podem se tornar profissionais. O autor coloca a questão da seguinte maneira: “é a natureza da atividade que a torna “profissional” ou é sua organização, sua remuneração, sua “construção social”?”. (Dubar, 2012, 354).

Nessa questão Dubar (2005) acrescenta ainda um elemento fundamental, que é o mercado de trabalho. Para o autor, houve uma mudança significativa nas discussões da Sociologia do trabalho, impulsionadas nos Estados Unidos com a crise de 1960 e na Europa ocidental a partir da década de 70, com o aumento do desemprego, que atinge as parcelas mais jovens. Em suas palavras:

A questão principal já não é saber quais atividades constituem “profissões” ou quais indivíduos se tornam “profissionais”, mas compreender e, se possível, explicar tanto as transformações do acesso ao emprego como as reestruturações dos planos de carreira que implicam exclusões duradouras da esfera das atividades reconhecidas. (DUBAR, 2005, p. 221).

Para o autor, com estas mudanças, as atenções se voltaram para o mercado de trabalho e suas formas de organização, renovando a problemática da socialização profissional.

Ainda sob a perspectiva de Dubar (2005), vejamos suas considerações sobre a construção da identidade.

Ora a identidade humana não é dada, de uma vez por todas, no nascimento: ela é construída no decorrer da vida, na infância e, a partir de então, deve ser reconstruída no decorrer da vida. O indivíduo jamais a constrói sozinho: ele depende tanto dos juízos dos outros quanto de suas próprias orientações e auto definições. A identidade é produto das sucessivas socializações. (DUBAR, 2005, p. XXV).

Em relação às identidades, Dubar (2012), faz algumas considerações a respeito das identidades profissionais em relação ao sujeito que exerce a atividade profissional. Nas palavras do autor, as atividades profissionais:

Permitem àqueles que as exercem identificar-se por seu trabalho e serem assim reconhecidos. Fontes de identidades profissionais, essas atividades possibilitam mudar de empregos ao longo da vida, ao mesmo tempo garantindo uma continuidade de trajetória. É por e em um processo específico de socialização, ligando **educação, trabalho e carreira**, que essas identidades se constroem no interior de instituições e de coletivos que organizam as interações e asseguram o reconhecimento de seus membros como “profissionais”. (DUBAR, 2012, p. 354, grifo do autor).

No mesmo texto, Dubar (2012) cita um exemplo: o de um sujeito que para se tornar médico, não necessita apenas do conhecimento e saberes teóricos, o sujeito precisa também, de uma iniciação no trabalho real. Nesse trabalho real, existe uma cultura específica, feita de linguagem, uma visão de mundo, de prática, uma conduta de vida e uma projeção da carreira.

O autor acrescenta, que só se torna médico, aquele quem consegue a “transformação identitária”, indicando uma coexistência entre dois mundos: “não médico” e o mundo “profissional”. Para Dubar (2012), essa relação:

Não se trata fundamentalmente de acumulação de conhecimentos, e sim de incorporação de uma definição de si e de uma projeção no futuro, envolvendo, antes de tudo, o compartilhamento de uma cultura do trabalho profissional e a exigência do trabalho bem feito. Essa cultura de trabalho se traduz no ingresso em um segmento (hospitalar, liberal, de pesquisa, etc.) organizado em torno de atos específicos, codificados, controlados pelos colegas. Embora se possa e se deva falar de saberes profissionais, trata-se de mistos de teorias aplicadas e de práticas reflexivas, indissociáveis de situações de trabalho e de ações experimentadas ao longo de um percurso de formação qualificante. (DUBAR, 2012, p. 357).

Dubar (2012) destaca que a vida de trabalho é feita ao mesmo tempo de relações com parceiros, divisão do trabalho, percursos de vida, continuidades e rupturas, sucessos e fracassos. Neste sentido a socialização profissional é:

Esse processo muito geral que conecta permanentemente situações e percursos, tarefas a realizar e perspectivas a seguir, relações com outros e consigo (self), concebido como um processo em construção permanente. É por esse e nesse “drama social do trabalho” que se estruturam mundos do trabalho e que se definem os indivíduos por seu trabalho. (DUBAR, 2012, p. 358).

Temos algumas considerações gerais, sobre profissão, profissionalização e identidade, por uma perspectiva da sociologia do trabalho, pautada nos escritos de Dubar. Passamos a observar alguns aspectos levantados por Lessard e Tardif (2014) em relação à profissionalização docente, que os autores chamam de profissionalização do ensino.

3.1.1 Sobre a profissionalização docente

Lessard e Tardif (2014) são autores, que trazem uma definição de profissão valiosa para nosso trabalho:

Uma profissão, no fundo não é outra coisa se não um grupo de trabalhadores que conseguiu controlar (mais ou menos, mas nunca totalmente) seu próprio campo de trabalho e o acesso a ele através de uma formação superior, e que possui uma certa **autoridade sobre a execução de suas tarefas** e os conhecimentos necessários à sua realização. (LESSARD e TARDIF, 2014, p. 27, grifo do autor).

Acrescentam, portanto à definição de Dubar (que condiciona a um saber, uma prática e uma carreira) a ideia de autoridade na execução de suas tarefas.

Lessard e Tardif (2014), apontam também algumas condições favoráveis para a constituição da identidade profissional dos professores:

Dar novamente poder, sobretudo aos estabelecimentos locais e aos atores da base; promover uma ética profissional fundamentada no respeito aos alunos e no cuidado constante de favorecer seu aprendizado; construir com pesquisas uma base de conhecimentos ao mesmo tempo rigorosa e eficiente que possa ser realmente útil na prática; derrubar as divisões que separam os pesquisadores e os professores experientes e desenvolver colaborações frutuosas; valorizar a competência profissional e as práticas inovadoras mais que as ações realizadas segundo receitas ou decretos; introduzir nos estabelecimentos escolares uma avaliação do ensino que permita a melhora das práticas e dos atores; fortalecer a responsabilidade coletiva dos professores e favorecer sua participação na gestão da educação; integrar os pais na vida da escola e nos processos de decisão a respeito dos alunos; reduzir a burocracia que desvia, muitas vezes, as reformas a seu favor; introduzir no ensino novos modelos de carreira favorecendo uma diversificação das tarefas; valorizar o ensino na opinião pública... (LESSARD e TARDIF, 2014, p. 26).

No entanto, os autores afirmam que estas proposições não chegam a ser implementadas na prática, pois o que se observa nas pesquisas a esse respeito é justamente o contrário. Isso dificulta a profissionalização e provoca nos professores um sentimento de desvalorização e perda de prestígio, formação deficiente e perda de autonomia.

Lessard e Tardif (2014), dizem que muitos professores continuam atados à práticas e métodos tradicionais, e muitos estabelecimentos carecem de recursos financeiros, materiais necessários para favorecer novas condições. Nas palavras de Lessard e Tardif:

A própria estruturação das organizações escolares e do trabalho dos professores se presta pouco a uma profissionalização séria desse ofício: Fechados em suas classes, os professores não têm nenhum controle sobre o que acontece fora delas; eles privilegiam, conseqüentemente, práticas marcadas pelo individualismo, ausência de colegialidade, o recurso à experiência pessoal como critério de competência, etc. Em suma, longe de estar se profissionalizando, constata-se que esses diferentes fatos levantam no fundo toda a questão da proletarização do trabalho docente, ou ao menos, da transformação de grupos de professores em equipes de executivos que não têm nenhum vínculo com as decisões que os afetam. (LESSARD e TARDIF, 2014. P. 27).

Nesse caso, os autores afirmam que há uma forma de organização do trabalho docente que não permite a constituição da identidade profissional. O controle do professor não ultrapassa a sala de aula.

Vamos então refletir acerca de alguns apontamentos que se referem do processo de da profissionalização docente no Brasil.

De acordo com Weber (2003), na década de 80 tivemos no Brasil, um aprofundamento do debate sobre a educação, em relação aos seus problemas e perspectivas. Essa discussão, que visava inicialmente a luta pela democracia, acabou dando ao professorado a imagem de agente de mudança social. A autora coloca que esse processo de reconhecimento, se deu através de políticas educacionais, uma legislação própria e muitas lutas das entidades representativas. Os reflexos desse processo foram vistos na constituição federal de 1988, com a volta do concurso público, um padrão de qualidade para a educação e a ideia do docente como um profissional do ensino.

Outro elemento importante destacado por Weber (2003), é que ao longo desse período, o docente passou a ser visto como um profissional que possui domínio e organização de um conhecimento sistematizado e construído pela universidade. Para a autora a formação em nível superior é de suma importância no processo de profissionalização na educação básica.

Embora exista na perspectiva de Weber (2003), uma impossibilidade em definir a profissionalização por uma teoria apenas, a autora admite que é possível considerar a profissionalização com um (2003, p 1127) “processo que transforma uma atividade desenvolvida no mundo do trabalho mediante a circunscrição de um domínio de conhecimentos e competências específicos” e neste processo, segundo a autora, estão associadas imagens, representações e expectativas historicamente definidas.

A autora destaca, algumas perspectivas sobre a discussão da dinâmica da divisão do trabalho:

Essa dinâmica da divisão do trabalho foi analisada, inicialmente, como resposta a necessidades sociais (Parsons, 1954; Goode, 1957), como construção social resultante de interações (Hughes, 1971), como ação coletiva voltada para assegurar o controle ocupacional (Johnson, 1972) ou para garantir o monopólio do poder profissional neste caso englobando exercício, formação, acesso e avaliação do trabalho realizado (Freidson, 1970; 1998), como monopólio e fechamento social sobre um mercado de serviços profissionais mediado por projetos de mobilidade social (Larson, 1977). Mais recentemente, Bourdieu (1989) apresenta o sistema de profissões

como campo de poder simbólico, como elemento estruturado e estruturante que legitima a dominação. (WEBER, 2003, p. 1128).

Ademais, a autora comenta sobre a importância da formação na profissionalização docente, assim como o estabelecimento de agências formadoras e a criação de associações profissionais. Mais adiante Weber (2003) irá destacar a importância do Estado nesse processo, sobretudo na dimensão legislativa e normativa da profissionalização docente.

Oliveira (2008), fala sobre a ideia de profissão/profissionalização, acrescentando alguns elementos de interesse para nossa discussão. Para a autora, a profissão é um termo que se refere às atividades especializadas, com saberes específicos e acessíveis ao grupo profissional. Códigos e normas são próprios da profissão e assumem seu lugar na divisão social do trabalho. A autora se pergunta, até que ponto o docente encontra condições de se tornar um profissional? Em relação à profissionalização, Oliveira (2008) diz:

Talvez a profissionalização, compreendida como o ato de buscar transformar em profissional algo que se faz de maneira amadora, no caso do magistério pudesse melhor designar o movimento de organização e busca de reconhecimento social e valor econômico de um determinado grupo profissional, que comporta no seu interior distinções e complexidades que não lhe permitem identificar-se como profissão no seu sentido mais estrito. Assim, a profissionalização do magistério pode ser compreendida como um processo de construção histórica, que varia segundo o contexto sócio econômico a que está submetido, mas que, sobretudo, tem definido tipos de formação e especialização, de carreira e remuneração para um determinado grupo social que vem crescendo e se consolidando (OLIVEIRA, 2008, p. 30).

A autora compreende, que o desenvolvimento da ideia de profissionalização no Brasil, está diretamente relacionada às formas específicas da organização estatal (estruturação de serviços públicos), que institui um corpo profissional. Além disso, para Oliveira (2008, p. 30) “Os sistemas escolares modernos emergem da organização desse aparato estatal e se organizam como parte dependente dele”.

Para Oliveira (2008), a primeira barreira para a profissionalização do magistério é a sua transformação em um servidor público. No caso dos professores do Paraná, como visto pela legislação apresentada, o profissional,

tem que passar por um concurso público para ser um professor QPM, que como já visto, goza de mais direitos e garantias que os professores PSS.

Ainda para Oliveira (2008), a dimensão política é importante para entender a construção da identidade docente, a autora faz referência à perspectiva de Nóvoa (2000), na qual a identidade seria o lugar de lutas e conflitos, um espaço onde se constrói as maneiras de ser e estar na profissão, estas maneiras de ser e estar, estão diretamente ligadas a todo o processo de preparo de aulas, ações em sala de aula, relação com os alunos, o que configura na perspectiva de Nóvoa, uma segunda pele profissional.

Após as considerações sobre a profissionalização docente, a construção da identidade e questões mais específicas sobre a docência, passemos a conectar estes aportes teóricos com a realidade encontrada em campo, e na rotina de Tatiana.

3.2 Entre o saber e o Fazer

Temos vários elementos colhidos nessa revisão teórica: profissionalização exige um saber, um fazer, uma autoridade, uma organização que, no caso de ser serviço público, refere-se principalmente ao próprio aparato do estado.

Talvez a trajetória de Tatiana passe despercebida, assim como outras milhares de trajetórias. Mas como anunciado no início esta dissertação, há possibilidade de estudar os dilemas e possibilidades da carreira docente no Brasil a partir de uma agente social e seu contexto. Por isso colocamos Tatiana no centro da análise, trouxemos seu relato de vida, as observações feitas no seu dia a dia, apresentamos o contexto do bairro onde ela mora e trabalha, falamos um pouco da sua condição de trabalho além de examinar a base legal e sociológica sobre a qual esse trabalho é executado.

Estamos de pleno acordo com Elias, no tocante de que a sociedade se configura de distintas formas, constitui teias de interdependências que podem

assumir as mais variadas configurações, onde não as controlamos. Verificamos com Tatiana é aranha e inseto nessa teia, ou seja, é produtora e produzida pelo emaranhado de influxos sociais.

De acordo com seu relato³⁰, Tatiana, tinha, desde muito jovem a vaga ideia de ser professora. Uma ideia que só aflorou de fato mais tarde, no último ano do Ensino Médio. Ela saiu dessa etapa de formação disposta a ingressar em uma Universidade pública. Segundo seu relato, a primeira experiência na universidade pública foi ruim, pois se sentiu inferiorizada naquele ambiente acadêmico e acabou desistindo. Hoje afirma que se sentia pressionada por não ter uma referência de formação superior em sua família. Por outro lado, no entanto, seus pais, queriam que ela estudasse e se formasse, tinha liberdade de escolha, mas se sentia pressionada.

Tatiana tentou outras alternativas, inclusive fora de Curitiba, em outros cursos e que dizia não apreciar. Quando enfim encontrou um curso superior de licenciatura, em uma Universidade privada, noturno e com uma bolsa parcial. Destacamos o fato do curso ser noturno e financiado com bolsa, pois, além de ter mensalidade factível para sua renda, permitiu-a trabalhar durante o dia respondendo a uma pressão dos pais que acreditavam que ela deveria estudar e trabalhar. Segundo ela, seus pais não tinham a ideia de dedicação exclusiva ao estudo.

Ademais das questões culturais e de educação familiar, esse fator, faz com que Tatiana encontre já no segundo ano de curso, o mundo do trabalho, conforme diz Dubar. Mesmo com um saber limitado, pois, estava iniciando o curso, ela teve a possibilidade de ingressar na prática como professora PSS, iniciando a sua socialização profissional, com um mercado de trabalho e reconhecimento. Lembramos que na condição de professor PSS isso é permitido, dependendo da demanda exigida pelo edital, que em geral pede ao menos 120 horas da disciplina a ser lecionada. Uma condição que parece não ser muito exigente com o saber profissional do professor, impondo-lhe uma prática que antecede o conhecimento consolidado.

³⁰ O relato detalhado da trajetória de Tatiana se encontra no primeiro capítulo desta Dissertação.

Destacamos ainda, que o processo de profissionalização, mesmo como professor PSS, é bastante específico, como relatado anteriormente. O profissional passa por várias etapas e classificações antes de entrar em sala de aula, mesmo após seu ingresso o profissional passa por várias etapas dentro da escola, desde o planejamento, adaptação às escolas, as aulas propriamente ditas. Esse processo é comum a todos os profissionais da educação, e para o PSS, é mais complicado, porque como visto, este professor pode ter que trabalhar em várias escolas diferentes, perder aulas durante o ano e ter que assumir outras aulas no meio do ano, o que dificulta todo esse processo de socialização profissional. Ademais, nesse processo está a noção de autonomia do professor em relação a sua profissionalização. De acordo com Lessard e Tardif (2014):

Outro fenômeno importante consiste no fato de que os professores sempre foram um corpo de executantes que, como tal, nunca participou da seleção da cultura escolar e da definição dos saberes necessários para a formação dos alunos. Provenientes de comunidades religiosas ou de grupos leigos, os professores são historicamente vistos como estando subordinados ao serviço de autoridades mais altas (Deus, a Igreja, o Estado, a nação, etc.) e a causas mais nobres do que eles. Seu lugar de agir é a sala de aula, mas a classe é, ao mesmo tempo, o limite de seu poder [...] Colocando-a em relação com a organização social do trabalho nas sociedades modernas, essa situação de executantes revela-se típica nas sociedades modernas, essa situação de executantes revela-se típica da economia capitalista, na qual a posição dos trabalhadores de define globalmente pela ausência de controle sobre o processo de trabalho, seus conteúdos e seu desenvolvimento. (LESSARD e TARDIF, 2014, p. 78).

Entendemos que, desde a distribuição de aulas, a escolha das escolas, as turmas que são designadas ao professor e os horários das aulas, são elementos constituintes da profissionalização, mas que fogem ao controle do professor, podem em alguma medida ser negociados, mas lembramos, que Tatiana teve problemas com os horários em uma das escolas, obrigando-a a desistir das aulas e mais para o final do ano, Tatiana perdeu aulas e teve que aceitar aulas em uma escola que ela não conhecia, pois, era a única opção.

Lessard e Tardif (2014) destacam que os professores se diferenciam em parte dos trabalhadores industriais, pois, os professores têm uma margem

de manobra maior do que os trabalhadores da indústria, porém, também sofrem com a falta de autonomia.

Em relação ao Estado e a profissionalização por concurso público como aponta Weber (2003), Tatiana relata que tentou o concurso de 2013 e não conseguiu êxito, acabou reprovando em uma das etapas. Sobre essa questão, verificamos no segundo capítulo da Dissertação, que existe um déficit de professores QPM, evidenciado pelo número de contratações temporárias. Então, por lei, o Governo do Estado deveria suprir essas vagas através de concursos públicos, assim mesmo com o concurso de 2013, o problema não foi resolvido. Além disso, o concurso que foi muito contestado, demonstra fragilidade no processo de avaliação. A rigor, isso pode apontar também uma fragilidade no tipo de conhecimento que é requerido dos professores. A desorganização do concurso, é parte constitutiva do conjunto de ações que parece fragilizar a condição do docente como veremos adiante.

Como Tatiana, muitos professores não passaram no concurso e trabalham atualmente como professores PSS. Acabam sofrendo com a instabilidade dessa forma de contratação, sobretudo em 2017, ano em que algumas regras foram mudadas, causando uma limitação ainda maior nessa categoria de profissionais.

Sobre essas limitações, destacamos o tempo para preparar as aulas (horas-atividade), observamos no cotidiano de Tatiana, que esse tempo é insuficiente para a quantidade de tarefas ao qual o professor tem que dar conta, foram poucos os dias em que Tatiana pode de fato preparar aulas para os alunos. Observamos algumas dificuldades, como por exemplo na escola B, onde ela perdeu duas horas-atividade, procurando o laboratório de informática, para baixar um vídeo que seria usado na aula, quando encontrou o laboratório, teve que procurar os disjuntores que ligam os computadores e depois precisou procurar uma funcionária para averiguar o login, para acesso ao computador, por fim, o limite de download havia sido ultrapassado e ela não conseguiu usar o vídeo na aula. Esse episódio parece insignificante e corriqueiro, mas existe uma série de complicadores, no fato de não se conhecer a escola, de ter que descobrir tudo e usar o tempo para preparar aulas para outras atividades. Esse

episódio, prejudicou bastante a aula de Tatiana, que teve que improvisar, pois, não tinha o vídeo.

Tatiana relatou, que no ano de 2017, as coisas ficaram mais complicadas, pois, o tempo para essas atividades diminuiu, e ela usa o mesmo quase que exclusivamente para corrigir provas e atividades dos alunos. À rigor, como observado, Tatiana tem uma escolha difícil, se ela quiser preparar as suas aulas, melhorar algum conteúdo, diversificar a sua metodologia, ela tem que fazer isso no seu tempo livre, em sua casa e com seus recursos. A impressão que temos, é que existe uma tendência a condicionar esse fazer docente à sala de aula, cada vez mais o preparo fica em segundo plano, parece que o professor precisa apenas estar em sala de aula, como se as aulas fossem retiradas de uma cartola, ou improvisadas no momento da execução.

Sobre a importância da dimensão política na profissionalização citada por Weber (2003), estamos de acordo com a autora e entendemos que a docência é um *campo* muito politizado, com um sindicato bastante atuante e posicionamentos bastante polarizados entre os docentes, tanto que as discussões sobre política, são frequentes entre os professores.

Tatiana, sempre esteve atuando nas manifestações da categoria e esteve presente nas reuniões do Sindicato, pois, foi representante até 2016 nas escolas onde lecionou. Em 2017, ela abriu mão de representar o sindicato nas escolas onde trabalha.

Justamente em 2017, houveram mudanças e mobilizações importantes, paralisações e um início de greve na categoria. Tivemos alguns momentos de tensão em algumas escolas onde acompanhei Tatiana. Em uma das escolas, durante uma reunião dos professores para decidir se iriam aderir a uma das paralisações, Tatiana se absteve da discussão por medo de represálias, pois estava na escola a poucas semanas e não sabia do posicionamento político da direção e dos demais colegas.

Em outras manifestações, Tatiana decidiu não participar da paralisação, pois, o governo do Estado ameaçou a categoria com o lançamento

de faltas, caso os professores não fossem para a escola dar aulas. Tatiana disse aos colegas, que iria para a escola, mas no dia da manifestação decidiu aderir ao movimento, acabou tendo faltas lançadas em seu pagamento e teve um desconto considerável.

Outra situação política ocorreu quando Tatiana ajudou os alunos da escola onde trabalhava durante as ocupações do movimento de secundaristas (Primavera estudantil). Ela foi denunciada pelos pais dos alunos e responde processos por isso. Vários outros professores do Paraná passam pela mesma situação.

Tendo em vista todos estes aspectos da profissionalização docente, entendemos que existe um entrave entre o saber e o fazer. Tomamos por saber, todos os aspectos do conhecimento específico desenvolvidos em sua graduação e no mestrado. Ademais, consideramos sua experiência de sete anos como professora, um saber específico da sua socialização profissional que se fundiu com uma prática precoce do ofício. Tomamos como fazer, a condição de Tatiana exercer a sua profissão, que no seu caso como professora PSS, seriam as aulas do Estado, escolas particulares e Universidades, mas destacamos, que sua principal fonte de renda, sempre foram as aulas do Estado.

A história de Tatiana mostra os limites da profissionalização docente. Saber, fazer com autoridade, organização estatal. Tatiana tem um saber estabelecido, mas cuja prática não permite mediar nem renovar. Acrescentamos, que conforme foi observado em campo, Tatiana é reconhecida pelos seus alunos, pelas direções das escolas onde trabalha e pelos seus colegas. Mas um trabalho solitário, reconhecimento sem uma comunidade de relações estável é um reconhecimento sem pertencimento.

Porém, o que ocorre a alguns anos e sobretudo em 2017, é uma limitação no fazer, no campo de trabalho. Lembramos que Tatiana tem sete trabalhos, e as condições destes “trabalhos” mudam constantemente, as suas relações de trabalho não são duradouras, apenas uma das escolas onde ela trabalha é a mesma há sete anos, as demais são todas novas. A sua permanência não é estável, a qualquer momento ela pode perder suas aulas e

ter que ir para outra escola, como novos alunos, nova direção, novo ambiente de trabalho e nova equipe pedagógica.

Mesmo sendo Tatiana uma profissional completa, com todos os requisitos formais para desempenhar sua profissão, ela está limitada à sua precária e instável condição de trabalho, o que a faz repensar em continuar trabalhando como professora.

3.3 Concurso, para um saber desprezado

Tatiana prestou o concurso de 2013, mas não teve sucesso. Este concurso foi muito conturbado e questionado na época de sua realização. Para entender um pouco essa contestação, em boa parte realizada pelo sindicato da categoria, fizemos um arrazoado do edital, com as principais informações das etapas e das avaliações, e uma breve cronologia do concurso e seus problemas.

Destacamos também que alguns decretos relacionados ao concurso não estão disponíveis e que a maioria das notícias está disponível na página do próprio sindicato, como indicado nas notas de rodapé. Queremos com este levantamento, demonstrar em parte, a dificuldade que é se tornar professor QPM, mesmo tendo todas as qualificações necessárias e saberes específicos para ser professor.

O concurso se inicia com a abertura do edital³¹ (017/2013) em fevereiro de 2013, para os cargos de professor nas disciplinas da matriz curricular³² e pedagogo do Quadro Próprio do Magistério- QPM da secretaria de Estado de Educação- SEED, com nível superior, para cargos de 20h com a remuneração inicial de R\$1.044,94 (um mil e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos) e R\$ 304,00 (trezentos e quatro reais) de Auxílio Transporte. As inscrições foram de 25/02 a 8/04 de 2013, com taxa de inscrição de 60 reais.

³¹ Edital disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=6961/> (último acesso em 10/02/2018).

³² As Disciplinas da Matriz Curricular são: Arte, Biologia, Ciências, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Espanhol, Inglês, Matemática, Pedagogia, Português, Química e Sociologia.

As etapas do concurso foram as seguintes:

1º Avaliação de conhecimentos mediante a aplicação de Prova de Conhecimentos (objetiva e redação), de caráter eliminatório e classificatório. Esta etapa teve 40 questões, sendo, 10 questões de conhecimento comum; 20 questões de conhecimento específico; 10 questões de fundamentos da educação. Para passar para a etapa II (Redação), o candidato teve que ter um número de acertos igual ou superior à 24 questões, sendo ao menos 3 acertos da área de conhecimentos comum, 12 acertos na área de conhecimento específico e 4 acertos na área de fundamentos da educação. Da etapa II (redação), foi exigido um texto Dissertativo-argumentativo, com no mínimo 15 e no máximo 20 linhas. Esta etapa corresponde à dez pontos, sendo exigido do candidato um rendimento igual ou superior à seis pontos. Colocamos as demais exigências conforme a pagina 8 do edital:

1- Adequação à proposta:

- a) O texto não é cópia integral dos textos de apoio (coletânea);
- b) O texto mantém-se dentro do tema proposto;
- c) O texto apresenta-se como dissertativo-argumentativo, conforme subitem 8.2.;
- d) O texto obedece ao número mínimo de 15 (quinze) e máximo de 20 (vinte) linhas, conforme subitem 8.2.

2- Conteúdo do texto;

- a) Progressão (grau de informatividade) e coerência;
- b) Qualidade do conteúdo: capacidade do candidato para selecionar, relacionar, organizar e interpretar fatos, informações, opiniões e argumentos, incluindo o bom uso da coletânea, em defesa de um ponto de vista, demonstrando conhecimento dos mecanismos linguístico-discursivos necessários para a construção do seu texto.

3- Linguagem:

- a) Coesão: uso adequado e expressivo dos recursos linguísticos como atividade de composição textual;
- b) Norma padrão: domínio da norma padrão formal da Língua Portuguesa.

4- Critérios para anulação da redação:

- a) Reprodução total dos textos de apoio (coletânea);

- b) Fuga total do tema;
- c) Não se tratar de um texto dissertativo-argumentativo;
- d) Não obedecer ao número mínimo de 15 (quinze) e máximo de 20 (vinte) linhas.

A nota da etapa de conhecimentos (avaliação de conhecimentos e redação), consiste na média aritmética das duas etapas.

2° Prova didática, consistiu na apresentação de um plano de aula de autoria do candidato na área de sua inscrição para o concurso, esse plano de aula deveria contemplar o planejamento do desenvolvimento de atividades de ensino de modo a promover a efetivação do processo de aprendizagem. O plano deveria estar de acordo com os temas disponibilizados em anexo no edital, no caso da Sociologia: a) Contexto do surgimento do pensamento social e o objeto de estudo da Sociologia; b) Indústria Cultural e Cultura de Massa e as influências nas relações sociais; c) O mundo do trabalho e suas contradições na sociedade capitalista; d) Processo de formação do Estado Moderno e relações de poder a partir das teorias clássicas; e) Princípios norteadores dos Movimentos Sociais Contemporâneos no Brasil.

A avaliação foi realizada através da exposição do plano de aula para uma banca composta por dois avaliadores, sendo um pedagogo e um professor da área (no caso a área de escolha do candidato), esta exposição foi gravada (Imagem e áudio) e tinha o tempo limite de 20 minutos. Em caso de divergência na nota, acima de 20%, a exposição teria uma reavaliação feita por um terceiro professor especialista no tema exposto, prevalecendo neste caso, a média dos três pareceres. O candidato tinha à sua disposição um quadro com giz e o mesmo poderia levar outros materiais didáticos que julgasse necessários (exceto: equipamentos de áudio, vídeo, informática e eletrônicos, retroprojeter, projetor de slides e data show). Para ser aprovado o candidato teria que ter uma média igual ou superior à seis pontos, esta etapa foi de caráter eliminatório e classificatório.

3° A prova de títulos, que é classificatória. Esta etapa tem como pré-requisito as etapas anteriores, caso o candidato tenha reprovado em alguma

outra etapa, os títulos não seriam avaliados. Esta etapa tem uma pontuação máxima de 20 pontos, onde os pontos são atribuídos da seguinte forma:

Tabela 8: Títulos avaliados no concurso de 2013 e suas respectivas pontuações.

Título	Pontos	Máximo
a) Diploma ou Ata de Defesa de Tese, devidamente homologada, de curso de pós-graduação, em nível de doutorado – título de Doutor, de acordo com as exigências legais específicas no período de realização do respectivo curso.	4,5	4,5
b) Diploma ou Ata de Defesa de Dissertação, devidamente homologada, de curso de pós-graduação, em nível de mestrado- título de Mestre, de acordo com as exigências legais específicas no período de realização do respectivo curso.	4	4
c) Certificado ou Certidão de conclusão de curso de Especialização, em nível de pós-graduação - lato sensu, acompanhada de Histórico, de acordo com as exigências legais específicas no período de realização do respectivo curso.	3	3
d) Outro curso de Licenciatura Plena e/ou Habilitação, de curso de Licenciatura Plena, desde que não seja aquele/a utilizado/a para o ingresso no cargo.	2,5	2,5
e) Cursos de Extensão, Cursos de Aperfeiçoamento, Cursos de Atualização Multidisciplinar, PIBID*, PIBIC** devidamente certificados por Instituições de Ensino Superior, com a carga horária mínima de 40 horas por certificado, frequência e aproveitamento.	0,01 por hora cursada	2
d) Experiência profissional, devidamente comprovada, em magistério em qualquer nível ou modalidade de educação, em estabelecimento de ensino da rede particular ou pública, a partir de 01/01/1992.	0,2 por ano completo	4

Fonte: EDITAL N° 017/2013

O edital específica, que o candidato deveria enviar os comprovantes de título digitalizados para um e-mail disponibilizado para este fim.

4° Por último, a avaliação médica, que segundo o edital é uma etapa eliminatória, e suas regras foram definidas em Edital próprio³³. Esta etapa consistiu em exames de Auxílio Diagnóstico, Avaliações Médicas Especializadas e Avaliação Clínica. Das quais, as Avaliações Médicas Especializadas e Auxílio Diagnóstico, tiveram os custos arcados pelo candidato, ficando à cargo da Secretaria a Avaliação Clínica, definida com horário e local específicos à cada candidato convocado pelo Edital.

No Edital consultado, o Auxílio Diagnóstico consiste em:

- Hemograma completo;

³³ Disponível em: <https://www.pucpr.br/wp-content/uploads/2017/07/edital-n-015-2017.pdf> (último acesso em 10/01/18).

- Glicose – em jejum (12 horas);
- Ureia;
- Creatinina;
- Audiometria Tonal Limiar;

E as Avaliações Especializadas:

- Avaliação Psiquiátrica;
- Avaliação Ortopédica;
- Avaliação Cardiológica com ECG para menores de 45 anos;
- Avaliação Cardiológica com ECG mais teste de esforço para maiores de 45 anos;
- Avaliação Oftalmológica com Acuidade Visual.

Nos chamou a atenção neste edital os itens 4.7 e 8:

4.7 O não comparecimento na data e horário para Avaliação Clínica, ou a não apresentação e entrega das vias originais de todos os resultados dos exames de Auxílio Diagnóstico e Avaliações Médicas Especializadas relacionados no Anexo II deste Edital, bem como a não entrega da Ficha de Informações Médicas devidamente preenchida e assinada importará na sua eliminação do Concurso.

8. Considerando que a presente etapa é de caráter eliminatório, não haverá segunda chamada para a Avaliação Médica, inclusive por moléstia, acidente ou outro fato, importando a ausência do candidato na sua eliminação automática do Concurso. (Paraná, 2017, Sem página).

Veremos mais adiante, que nos dias marcados para os exames, alguns candidatos não puderam fazer o exame, mesmo com hora marcada e isso gerou bastante confusão, já que a etapa é eliminatória.

Em relação à pontuação final do concurso, o edital estabelece a seguinte fórmula: $PF = (5x PC + 3x PD) + PT$. Onde PF: Pontuação Final; PC: Pontuação obtida na Prova de Conhecimentos; PD: Pontuação obtida na Prova Didática; PT: Pontuação obtida na Prova de Títulos. É interessante observar, que a prova de conhecimentos tem um peso maior, seguido da prova didática.

Passamos a observar algumas notícias e problemas sobre a execução do concurso, e vamos percebendo como a insatisfação com o mesmo vai aumentando, gerando muitos recursos, reclamações e ações Judiciais.

Em 16 de maio de 2013, a APP noticiou que 94 mil candidatos se inscreveram para o concurso, que abriria 13.771 vagas em 14 disciplinas do ensino fundamental e médio³⁴ e no mesmo dia, o sindicato noticiou reclamações de professores que estavam tendo problemas com inscrições “como locais de prova com erro, numeração de RG trocada e a não computação da inscrição em mais de uma disciplina”³⁵.

No dia 23 de maio de 2013, a APP lançou uma nota com intuito de “demonstrar o seu descontentamento com os problemas de organização e conteúdos das provas, todos sob a responsabilidade da instituição responsável pelo certame”. Essas reclamações incluem a ideia de que seria um equívoco conceder à PUC a organização do processo, visto que se acredita que uma instituição pública de nível superior teria capacidade de realizar o concurso; os problemas com as etapas do processo - dada a subjetividade da avaliação em forma de banca para a prova prática e a retirada da avaliação psicológica.³⁶

Em junho de 2013, o sindicato publicou novamente direcionamentos indicando que os recursos continuam acontecendo³⁷, em reunião com a divisão de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Educação (Seed), afirmou que “Vários recursos foram negados sem uma avaliação consistente. Em muitos casos, a comissão organizadora se limitou a analisar tecnicamente a forma do recurso. Houve situações que só pelo fato de o candidato ter escrito uma descrição a mais no título do recurso fez com que o mesmo fosse negado”. A direção da APP solicitou que o governo solicite que a postura da organização do concurso seja revista, e que estes recursos sejam avaliados. A APP considerou a possibilidade de entrar com ações judiciais para garantir o direito do candidato caso a PUC não reveja a situação.³⁸

³⁴ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=6616/> (último acesso em 10/01/18).

³⁵ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=6613/> (último acesso em 10/01/08).

³⁶ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=6583/> (último acesso em 10/01/08).

³⁷ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=6516/> (último acesso em 10/01/08).

³⁸ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=6498/> (último acesso em 20/10/18).

Em 23 de julho de 2013, sai o resultado da primeira etapa do processo e a APP publicou em nota uma orientação, sobre a homologação de recursos. Nesta nota, a APP já informava que houve “um número muito grande de reprovações, em razão das notas das redações”³⁹. No mesmo dia, o sindicato oficializou perante a Seed um documento com reivindicações em nome dos professores, requerendo a revisão, apreciação e prorrogação de prazos para resposta dos recursos da Fase 1, pois, não foi divulgado o desempenho individual dos candidatos na 1º fase do concurso, e os candidatos reprovados nesta fase, não tiveram acesso à correção da prova de redação dentro do prazo do recurso. Também foi denunciada “a identificação incorreta dos dados pessoais dos candidatos no verso da folha de redação, prejudicando o direito ao anonimato, sendo passível de novos questionamentos, inclusive jurídicos, arguindo a nulidade desta fase do concurso”. Segundo a APP, no dia 23, foram impetrados mais de 300 recursos⁴⁰.

No dia 24 de julho de 2013, uma nova postagem da APP afirma que “As notas descritivas das provas da redação só entraram no ar tempos depois da abertura do prazo de recurso. Muitos candidatos receberam suas notas como se tivessem feito o concurso para outra disciplina e em outra região do Estado. O que causou uma série de desconfiança da lisura do processo⁴¹.”

Embora os conselheiros da APP se coloquem contrários à anulação do concurso em Assembleia realizada no dia 2 de agosto de 2013⁴² a entidade divulga uma nota reafirmando as reclamações dos professores “péssima logística no dia da prova, questões mal elaboradas, dúvidas no processo de correção e, especialmente, problemas relacionados ao direito dos candidatos e das candidatas aos recursos. Além de prazos insuficientes e respostas que, em boa parte das vezes, se norteiam por situações técnicas e não dos conteúdos em si levantado pelos requerentes”⁴³.

³⁹ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=6384/> (último acesso em 20/10/18).

⁴⁰ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=6380/> (último acesso em 20/10/18).

⁴¹ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=6370/> (último acesso em 20/10/18).

⁴² Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=6341/> (último acesso em 20/10/18).

⁴³ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=6381/> (último acesso em 20/01/18).

No dia 6 de agosto de 2013, o sindicato entrou com uma ação judicial contra o Estado exigindo acesso à prova de redação dos candidatos⁴⁴. No dia 12, a primeira liminar individual foi concedida à candidata garantindo exibição da prova de redação⁴⁵. No dia 28, foi concedida “vista dos espelhos das provas de conhecimento fases 1 e 2 (objetiva e redação) aos candidatos do concurso do magistério estadual e concedendo prazo para recurso”⁴⁶.

Em 17 de outubro de 2013, a APP divulgou uma nova nota dizendo, entre outros pontos, que “após a divulgação das redações corrigidas, novamente constatou-se que a banca examinadora não analisou os recursos de forma individual, pois respondeu de forma padrão a todos os candidatos”⁴⁷. Em dezembro, no dia 18, saiu a convocação para as provas didáticas⁴⁸ à serem realizadas de 26 de janeiro a 02 de fevereiro de 2014.

No dia 9 de abril de 2014, saiu a pontuação da prova didática e no dia 24 do mesmo mês, foi publicado o edital para a convocação da prova de títulos⁴⁹.

No dia 28 de maio de 2014, saiu o resultado da prova de títulos e no dia 24 de junho saiu o resultado da prova de títulos. No dia 27 de junho o resultado final. No dia primeiro de julho o resultado do concurso foi homologado⁵⁰. É interessante ressaltar, que a APP, não emitiu mais notas sobre os recursos e os problemas do concurso, assim como em 2013.

No dia 11 de agosto foi publicado o edital de convocação do exame médico, e no dia 20, foi relatada uma confusão no atendimento do exame médico: “A empresa contratada interpretou que o atendimento deveria ser realizado apenas no horário estipulado e, então, determinou um número específico de senhas (500) e, depois de distribuí-las, suspendeu o atendimento, mesmo a quem chegou ao local ainda dentro do horário especificado no edital”.

⁴⁴ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=6331/> (último acesso em 20/01/18).

⁴⁵ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=6312/> (último acesso em 20/01/18).

⁴⁶ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=6250/> (último acesso em 20/01/18).

⁴⁷ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=6037/> (último acesso em 20/01/18).

⁴⁸ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=5807/> (último acesso em 20/01/18).

⁴⁹ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=5362/> (último acesso em 20/01/18).

⁵⁰ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=5138/> (último acesso em 20/01/18).

Uma professora que preferiu não se identificar, relatou “Isso causou uma revolta muito grande. Eu cheguei às 14h15, acompanhada com o meu filho de 8 anos, e peguei a senha 482. Poucos minutos depois acabaram as senhas e as pessoas ainda estavam chegando. Eles fecharam as portas e o pessoal começou a empurrar e a se revoltar como a coisa estava sendo encaminhada”, explicou uma professora que preferiu não se identificar⁵¹.

No dia 10 de novembro de 2014 saiu o resultado do exame médico⁵² e no dia 4 de dezembro os professores concursados foram convocados pela Seed para a distribuição de aulas⁵³.

Encontramos também algumas informações sobre as nomeações do concurso e as apresentamos a seguir.

Apenas em Janeiro de 2015, por meio do Diário Oficial 30/2015 (não disponível), foram nomeados 4.503 professores aprovados no concurso⁵⁴. Em março do mesmo ano, no dia 6, através do decreto 641/15⁵⁵ o governo nomeou 1.015 pedagogos. Em outro decreto (9420/15) publicado no dia 27, foram nomeados 463 professores e pedagogos (Ciências= 54; Ed. Física= 165; Espanhol= 94; Geografia= 28; História= 10; Inglês= 11; Pedagogia= 64; Química= 1; Sociologia= 3; Artes= 28; Português= 4; Matemática= 1).

A Secretaria de Educação afirmou, que o concurso teve cerca de 90 mil inscritos e atendeu a 32 Núcleos Regionais de Educação em todas as regiões do Estado, em 14 disciplinas.

Em Abril de 2016, um novo decreto (9684/16) foi publicado no Diário Oficial, este nomeou 296 professores e pedagogos (História = 17; Pedagogia= 128; Português= 26; Ed. Física= 23; Biologia 24 Inglês = 11; Artes = 7; Ciências = 24; Espanhol= 9; Geografia= 25; Química = 2). Ao noticiar o fato, a APP

⁵¹ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=4997/> (último acesso em 20/01/18).

⁵² Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?p=4749/> (último acesso em 20/01/18).

⁵³ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/seed-convoca-concursadosas-para-distribuicao-de-aulas/> (último acesso em 20/01/18).

⁵⁴ Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=5759> (Último acesso em: 20/01/18).

⁵⁵ Os decretos mencionados podem ser encontrados em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=137913&indicacao=1&totalRegistros=1> (último acesso em 20/01/18).

afirma que, de acordo com a Secretaria de Estado da Educação (Seed), são mais de três mil professores (as) aprovados (as) no concurso que ainda aguardam chamamento.⁵⁶

Em Janeiro de 2017, foram nomeados mais 339 professores, porém não foi disponibilizado o decreto, apenas foi encontrado o edital de convocação para o exame médico (15/2017)⁵⁷. Em agosto de 2017, através do decreto 7493/17, foram nomeados 287 professores e pedagogos (Biologia = 55; História= 22; Pedagogia= 4; Português= 131; Matemática= 11; Química= 26; Geografia= 19; Artes =2; Inglês = 7)⁵⁸. Essa é a última nomeação de que se tem notícia, o sindicato disponibilizou em sua pagina, todas as notícias veiculadas à respeito do concurso de 2013⁵⁹.

Destacamos parte da nota⁶⁰ emitida pelo sindicato da categoria em 01/02/17, essa nota coloca em alguma medida a insatisfação em relação ao concurso realizado:

Desde 2013, a APP-Sindicato e os (as) professores (as) aprovados (as) no último concurso do magistério realizado no Estado, batalham pela contratação de todos (as) os (as) aprovados (as) nas vagas previstas no edital. Número ainda bem abaixo da real necessidade das escolas públicas estaduais. Nos últimos anos, em média, 30 mil educadores (as) temporários são contratados (as) no Paraná para suprir as demandas de afastamentos, licenças e falta de profissionais nas escolas. Há vagas. No entanto, devido à demora, 339 educadores (as) aprovados (as) e aptos (as) para assumir seu trabalho não haviam sido contratados (as).

Agora, no último dia de janeiro (31), o governo autorizou a contratação dos (as) remanescentes. Claro, que na página oficial do governo, o governador enfatiza o quanto investe na educação e que está contratando ainda mais profissionais para as escolas. Ele só esquece que estes profissionais aguardam há quase quatro anos para assumir o que é de direito e que são 339 famílias que vivem na expectativa de uma contratação que chegou com muito atraso. E que enquanto isso, nas escolas, alunos (as) continuam sem professores

⁵⁶ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/296-professoras-aprovadas-no-concurso-de-2013-sao-nomeadas/> (último acesso em 20/01/18)

⁵⁷ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/finalmente-professoras-aprovadas-no-concurso-de-2013-serao-contratados/> (último acesso em 20/01/2018).

⁵⁸ Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=178361&indice=1&totalRegistros=1> (último acesso em 20/01/18).

⁵⁹ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/?s=concurso+2013> (último acesso em 20/01/18).

⁶⁰ Disponível em: <http://appsindicato.org.br/finalmente-professoras-aprovadas-no-concurso-de-2013-serao-contratados/> (último acesso em 20/01/18).

(as), as salas de aula continuam lotadas e professores (as) continuam sobrecarregados com o excesso de trabalho.

A APP-Sindicato defende a realização de concursos públicos para que haja melhores condições de trabalho, salário e carreira para os trabalhadores (as) e para que a qualidade do ensino e aprendizado não seja prejudicada com a ameaça constante de demissão e a insegurança de que direitos não sejam cumpridos. A última nomeação deste concurso, em abril de 2016, com pressão da categoria, o Sindicato conseguiu do governo o compromisso de nomear os (as) 296 professores (as) que já haviam feito exames médicos, mas não haviam sido contratados (as). (Nota da APP-Sindicato, 2017, sem página).

Ademais das questões políticas e brigas entre o Sindicato e o Governo. Estamos de acordo que existe uma morosidade em resolver a questão da falta de profissionais concursados, seja pelas denúncias feitas em vários momentos pelo Sindicato ou pelos números que são trazidos em vários textos sobre o assunto, a falta de profissionais é evidente. Trouxemos estes dados sobre os PSS no Paraná, a discussão sobre a profissionalização e por fim, esta cronologia sobre o concurso de 2013, para deixar claro, que concordamos que a profissionalização e carreira docente, se dão por um conjunto de fatores e, sobretudo, através de um fazer (mercado de trabalho) que existe, mas é restrito e precário.

Entendemos, que um contingente de professores temporários é necessária, pois, os afastamentos e licenças, vão existir sempre, e se espera de um Governo responsável, que estes cargos sejam preenchidos por profissionais capacitados para a função, mas estamos em desacordo em transformar uma exceção em regra. Ademais, a trajetória de Tatiana deixa claro que esse tipo de contratação instável, precariza o trabalho docente e implica em sérios entraves a profissionalização.

Em suma, os problemas ocorridos, o baixo número e demora nas nomeações, nos faz questionar o peso do saber nessa condição, temos apenas um caso, e deixamos claro que ele não reflete o todo, mas questionamos, afinal que tipo de saber é exigido nestes processos seletivos?

3.4 O afeto

Queremos destacar ainda uma dimensão da profissão que escapou das discussões anteriores: a dimensão afetiva. Segundo Lessard e Tardif (2014), ensinar é trabalhar em relação com seres humanos. Para os autores, essas relações não compreendem apenas o tempo passado com os alunos, mas também o tempo de formação e identificação profissional e o tempo de preparo das aulas.

Para Lessard e Tardif (2014), o amor é um tema recorrente na discussão sobre ensinar e esse tema aparece com distintas matizes. Efetivamente a relação entre professores, alunos e profissão é uma relação afetiva, emocional. Esse sentimento em geral, surge da história pessoal e escolar dos indivíduos.

Para Lessard e Tardif (2014) o amor pelos alunos:

Às vezes, aparece como constitutivo de uma vocação, ou pelo menos, como uma disposição favorável, e mesmo necessária, para orientar-se à docência. Esta tarefa, dificilmente, pode ser exercida sem um mínimo de engajamento afetivo para com o “objeto de trabalho”: os alunos. Em alguns professores, esse sentimento faz lembrar da própria infância; ensinar era um sonho que tinham na infância. (LESSARD e TARDIF, 2014, p. 151).

Lessard e Tardif (2014) relacionam uma série de aspectos sobre a dimensão afetiva da profissão, destacamos alguns destes aspectos que são do nosso interesse e passamos a apresentá-los.

Os autores apontam que para alguns professores, existe por trás da docência, a ideia de contribuir para a formação de indivíduos que um dia formarão a sociedade, por isso o gosto de transmitir conhecimento, explicar e mostrar aos jovens. Para outros, existe uma motivação em estar em contato com os jovens pois, é, supostamente, uma relação sincera, sem máscaras, direta e autêntica. Há ainda a ideia do controle e do ensino como uma forma de realização.

Lessard e Tardif (2014), destacam algumas tensões e dilemas nessa relação com o aluno. Em suas pesquisas, professores relatam a dificuldade

para ter o respeito dos alunos, para motivá-los e mantê-los concentrados. Na falta de estímulo familiar, depressão e pobreza, professores parecem incapazes de realizar o ensino ao mesmo tempo em que assumem o papel de conter, compreender, orientar estudantes para além do campo limitado de conhecimentos que representam. Esse caráter limita seu ensino, amplia os seus esforços de orientação abrangente ao mesmo tempo em que dificulta uma visão profissionalizada da sua atividade. Isso marca um ponto importante na relação com os alunos e um delimitador na profissão também, segundo os autores:

Essas diversas tensões também se traduzem numa confusão potencial e em dilemas nos papéis do professor: ele é mesmo um professor, alguém cuja profissão é fazer aprender, ou um trabalhador social, um trabalhador de rua, um psicólogo, um grande irmão, um policial, um pai, um adulto complacente ou autoritário? O professor precisa, então, fazer malabarismos com uma multidão de papéis, o que necessariamente causa contradições diante do mandato principal: ensinar e fazer aprender. Ao mesmo tempo, porém, os professores podem, simplesmente, deter-se exclusivamente em seu mandato? Na realidade, em algumas escolas secundárias difíceis, é impossível realizar este mandato sem atuar também nos outros papéis, sem fazer malabarismo profissional. (LESSARD e TARDIF, 2014, p. 157).

Lessard e Tardif (2014) concluem, pelos relatos da pesquisa, que as relações entre professores e alunos podem ser enriquecedoras e difíceis, pois o trabalho docente exige muito emocionalmente. É, em síntese, um trabalho emocional, consumidor de energia afetiva. Para os autores isso decorre da sua natureza interpessoal:

A relação afetiva com os alunos, mesmo quando é positiva, depende de múltiplos fatores não afetivos: a pobreza, a dificuldade dos grupos, a idade dos alunos. Enfim, a afetividade não é somente da ordem das coisas sentidas subjetivamente; constitui também, em nossa opinião, um dos recursos utilizados pelos atores- os professores e os alunos- para chegar a seus fins durante suas diversas interações. Na realidade, não existe educação possível sem um envolvimento afetivo ou emocional dos alunos na tarefa. O que chamamos de “motivação” não é nada mais do que tal envolvimento. Ele pode ser suscitado de diversas maneiras (recompensas, punições, etc.), mas, em todo caso, não se trata de um processo estritamente racional e faz apelo a emoções “positivas” ou “negativas” das pessoas presentes. (LESSARD e TARDIF, 2014, p. 159).

Trouxemos esta discussão feita por Lessard e Tardif porque nos indagamos acerca das motivações de Tatiana para permanecer na carreira docente, em regime PSS.

Temos que considerar que seus planos no decorrer do ano mudaram bastante. Na última conversa, ela nos confidenciou que pretende largar a carreira aos poucos em razão das mudanças ocorridas em 2017 e das que se esperam para 2018. Mas devemos ponderar que Tatiana trabalha nessa condição há sete anos, e mesmo constatando uma significativa piora na condição dos PSS, nunca foi satisfatória. Ainda assim, ela se manteve lecionando, mesmo numa condição ruim e sem uma perspectiva clara de se transformar em uma professora QPM. Vale ressaltar também que, no início do ano, seus planos eram de seguir estudando e ingressar no Doutorado para melhorar seu “saber”.

Entendemos que esta dimensão afetiva é importante para entender a profissionalização docente. Tatiana, não comenta muito sobre essa dimensão, mas é clara a sua preocupação com os alunos em suas aulas. Essa preocupação se manifesta na relação pessoal com os alunos e na relação profissional também.

Sobre a relação pessoal, é interessante ressaltar que Tatiana conhece todos os seus alunos pelo nome, mesmo no caso da escola B, onde ela iniciou as atividades há pouco tempo. Ali, na segunda semana de trabalho, já tinha gravado o nome de todos os alunos. Na escola A, onde está lecionando há sete anos, ela conheceu os alunos, alguns pais e, por vezes, me contou parte da trajetória de alguns estudantes da escola, inclusive ex- alunos.

Tatiana sabe quais são seus alunos diagnosticados com problemas de aprendizagem. Para estes, ela está mais atenta e pergunta se estão entendendo. Na hora das atividades, ela ajuda-os. Caso não consigam terminar a tarefa, ela dá mais tempo ou pede para entregar em outro dia.

Percebemos, durante o período de observação, que sua relação com os alunos em geral, é permeada de afeto. Sempre bem humorada, dá bastante atenção a eles. Neste sentido, observamos que alguns professores das escolas

acompanhadas não têm essa relação com os alunos e preferem um distanciamento e até mesmo nutrem, pelas suas falas, sentimentos negativos.

Tatiana permite que os alunos expressem as suas opiniões em sala, inclusive os encoraja. É comum ver Tatiana cercada de alunos nos corredores da escola. Houve um episódio na escola A, que representa um pouco dessa relação, Tatiana deu aulas para uma turma de 1º ano em 2016, e não pegou a turma deles que foi para o 2º ano em 2017. Quando os alunos souberam que não era ela a professora de Sociologia, ligaram para Tatiana para saber o porquê e fizeram um pedido para a Direção, que colocasse Tatiana para lecionar Sociologia para eles. Mas a Direção não pode fazer nada a respeito.

Algumas vezes, alunas, sobretudo, vêm conversar com Tatiana sobre problemas familiares, amorosos, demonstrando que os alunos têm nela um ponto de apoio afetivo. A reação de Tatiana é sempre na tentativa de ajudar os alunos. Ela os aconselha e conversa sempre que é procurada por eles. Não presenciamos nenhum conflito de Tatiana com nenhum aluno no período de observação.

Porém, essa amabilidade de Tatiana no trato pessoal com os alunos, não a faz menos exigente. Tatiana sempre prepara suas aulas e procura trazer para os alunos, filmes, vídeos, atividades que saem da rotina. Um aspecto interessante dessa relação exigente e preciosa ocorre quando Tatiana está explicando algum conteúdo: exige silêncio total, chegando a ficar irritada, caso algum aluno insista em tumultuar a sala.

Em relação às correções de atividades e provas, ela explica aos alunos os critérios de avaliação e chama a atenção dos alunos que tiveram um rendimento ruim. Tatiana acredita que o exercício da leitura é importante para os alunos, e quando precisa ler algum trecho do livro didático, pede para os alunos lerem voluntariamente e, quando ninguém quer ler, sorteia os números, fazendo com que todos exercitem a leitura. Em suma, observamos em Tatiana, no trato pessoal e informal, uma amabilidade em relação aos alunos, professores e equipe da escola. Mas no trato profissional, Tatiana assume uma postura mais séria e se “veste” da autoridade de professora.

Tatiana alterna entre a dimensão afetiva e uma postura mais exigente e mais enérgica com os alunos. Notamos que sempre que ela assume essa postura mais rigorosa, é quando ela está no seu papel de professora, ensinando. É evidente que a todo o momento ela é professora, conforme seu próprio relato, mas o que queremos dizer, é que quando Tatiana está desempenhando a sua profissão com os alunos, ela assume essa postura e procura manter a ordem em sala de aula, parece que Tatiana quer se ver autorizada em seu saber, já que o seu fazer é precário e instável, talvez Tatiana anseie pela consolidação do seu fazer, assim como ela consolidou o seu saber.

Destacamos por fim, um fato que deu início e pensar esta dimensão como um pilar importante, tanto na profissionalização de Tatiana, como na sua persistência em uma carreira difícil.

Em uma aula na escola B, para o 3º ano, Tatiana estava explicando um conteúdo de Ciência Política aos alunos e, em dado momento da explicação, entrou no assunto de ser professora e dar aulas. Começou a relacionar as suas motivações por ser professora e confidenciou a eles, que o que faz ela acordar cedo todos os dias, pesquisar e estudar conteúdos para as aulas, corrigir uma infinidade de provas e trabalhos, é pensar que ela está colaborando em alguma medida para a formação deles. Afirmou que, com os conteúdos que ela trabalha, eles podem adquirir conhecimentos não apenas para vestibulares e ou testes seletivos, mas, sobretudo, para a vida. Disse que isso é que a motiva, mesmo sem saber se terá aulas no dia seguinte ou se terá dinheiro para pagar seu aluguel.

Finalizamos esta breve discussão sobre essa importante dimensão da profissão docente, imaginando que o afeto é uma das condições que mantém Tatiana em seu ofício, desde a sua relação com os alunos, a sua postura em sala de aula, que é comprometida com o aprendizados dos alunos, até as suas motivações para permanecer em sala de aula, mesmo em uma condição profissional com tanta instabilidade e poucas perspectivas de melhoras. Acreditamos que essa não seja a única condição para a continuidade, porém é uma condição importante para se pensar a carreira docente.

Considerações Finais

Para estas considerações finais, voltamos à nossa pergunta inicial: O que é a experiência de ser professor/a de Sociologia, no regime de contratação PSS, no Paraná em 2017? Quais os efeitos dessa modalidade de contratação para a organização do trabalho e da vida? Ademais, quais são os efeitos e limitações sobre o saber/ fazer nesta modalidade?

De uma forma bastante geral, procuramos responder a essas perguntas através da trajetória de Tatiana. Neste sentido estamos de acordo com Elias (1994) quando o autor faz suas considerações sobre a biografia de Mozart, o autor alerta seu leitor, ponderando que não devemos julgar o significado ou a falta de significado da vida de alguém em relação aos padrões que aplicamos à nossa própria vida. Segundo Elias (1994, p. 10) “É preciso indagar o que a pessoa considerava ser a realização ou o vazio de sua vida”. Neste sentido fizemos um esforço sociológico para colocar a trajetória de Tatiana frente às possibilidades concretas de seu desenvolvimento pessoal e profissional. À rigor, utilizamos seu relato, duas entrevistas e uma observação participante para estas considerações.

Constatamos que Tatiana alimentou desde muito jovem, uma vaga ideia de ser professora, tardou um pouco para se reencontrar com essa vontade. Acreditamos que essa trajetória até se tornar professora, está muito marcada e em alguma medida condicionada à aspectos familiares e à sua condição social. Esses aspectos se refletiram nas dificuldades em se inserir num espaço público de ensino e na falta de referência para a projeção de sua carreira. No entanto Tatiana, embora tenha desistido de estudar numa Universidade pública, se “encontrou” no ensino privado, conseguiu uma bolsa que permitiu estudar e concomitantemente aos estudos, trabalhou durante a sua graduação, correspondendo aos anseios de sua família, que considera essa a trajetória a ser seguida por alguém que decide estudar.

Sobre sua profissionalização, muito cedo, ainda no início do seu curso, Tatiana começou a trabalhar como professora de Sociologia, pois, a contratação PSS permitiu iniciar a carreira cedo. Esse ponto é fundamental

para entender a sua condição, pois a profissão se forjou com a prática, mesmo sem um saber estabelecido. Ela encontrou um fazer, um trabalho que lhe permitiu a “socialização profissional” e uma renda. Hoje, sete anos após o início da sua carreira, a situação se inverteu, ela tem um saber estabelecido, e um fazer inconstante. Essa condição PSS, que a rigor sempre foi precária e instável, se agravou em 2017, pela mudança na contagem das horas-atividade, que a obrigou a trabalhar em muitas escolas e ter que trabalhar muito mais do que em anos anteriores. Neste sentido, afirmamos que a condição PSS vem se deteriorando ao longo do tempo, seja pela condição de trabalho (precária e instável), seja pelas recentes mudanças e pela projeção para 2018, que diminuiu o salário destes trabalhadores.

Constatamos nesta pesquisa, que a vida profissional e pessoal de Tatiana não se dissociam. Tatiana, trabalha praticamente os três turnos (manhã, tarde e noite). Durante a semana, ela acaba levando parte de seu trabalho para casa, pois a redução do tempo para preparar aulas e corrigir trabalhos (hora-atividade) afetou diretamente a sua rotina. Ao estendermos um pouco a pesquisa sobre o campo da educação, percebemos que existe um fio condutor, entre as políticas educacionais do governo estadual e do governo Federal. Entendemos que essas políticas que estão sendo implantadas a toque de caixa, sem a devida discussão, e reflexões sobre suas consequências, vão precarizar mais ainda o trabalho docente.

Na tentativa de entender melhor a situação dos professores PSS no Paraná, montamos alguns gráficos e tabelas, para observar a relação de professores PSS e QPM, observamos que a quantidade de professores PSS é grande, e se olharmos mais diretamente a disciplina de sociologia, esse número é ainda maior.

Por fim, a condição de trabalho de Tatiana, nos permite dizer que há um tipo de profissionalização limitada, que caminha para uma desprofissionalização. Afirmamos isto, embasados na teoria consultada e entendemos que existe neste campo uma dissonância entre o saber e o fazer.

Em relação ao **saber**, Tatiana concluiu a sua Graduação e fez o seu Mestrado em educação, passou pelo crivo da “socialização profissional”,

aprendeu os saberes específicos da sua profissão em seus sete anos de docência, consolidou seu saber na teoria e na prática, instituiu uma autoridade sobre a sua profissão, tem o “reconhecimento profissional” de sua comunidade escolar, colegas, diretores e alunos, que a consideram uma excelente professora. Mas, se por um lado ela tem esse reconhecimento profissional, por outro o Estado não a reconhece, dizemos isto, embasados em sua condição e também, sobre o tipo de saber exigido no concurso de 2013, aonde se tem que dar uma aula em 20 minutos, por exemplo.

Em relação ao **fazer**, que como visto, depende em maior medida, de uma organização estatal, de um campo de trabalho que passa pela esfera política, por tensões e disputas que independem de sua vontade. Tatiana se encontra, assim como muitos professores, em um dilema, pois, observa um fazer dissociado do saber.

Ao nosso entender, Tatiana busca a resistência para lutar por sua profissão na esfera afetiva. Além dos aspectos vocacionais e do amor pela docência que aparecem em sua biografia, entendemos a docência como outra profissão qualquer, que demanda uma profissionalização plena: um saber estabelecido e um fazer que permita uma carreira a longo prazo.

Não consideramos esta discussão finalizada, apenas colocamos em pauta, algumas observações e conclusões tomadas através da trajetória de Tatiana. E entendemos que há muitos aspectos ainda a serem discutidos sobre a profissionalização docente, que muda a todo momento e novos desafios vão sendo apresentados.

Referências

- ALVES, Rubem. A alegria de ensinar. São Paulo, ARS Poética 1994.
- ARON, Raymond. As Etapas do Pensamento Sociológico, São Paulo, Martins Fontes 1999.
- BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. Revista: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 11-30, jan./jun. 2002.
- COHN, Gabriel. Crítica e resignação- fundamentos da sociologia de MAX WEBER, São Paulo, T. A. Queiroz 1979.
- COUTO, Mia. E se Obama fosse africano, São Paulo, Companhia das letras 2009.
- DUBAR, Calude. A socialização das identidades sociais e profissionais. São Paulo, Martins Fontes 2005.
- _____. A Crise das Identidades a interpretação de uma mutação. São Paulo, Edusp 2009.
- _____. A construção de Si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. Tradução de Fernanda Machado. Publicado na revista: Cadernos de Pesquisa, v42 n146. P 351-367 mai/ago. 2012.
- ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos, Rio de Janeiro, Zahar 1994.
- _____. Introdução à Sociologia, São Paulo, Martins Fontes 1970.
- _____. Mozart Sociologia de um Gênio, Rio de Janeiro, Zahar 1994.
- FILHO, Domingos Leite I.; MOURA, Dante H. A reforma do Ensino Médio Regressão de Direitos Sociais. Revista Retratos da escola v.11 n.20 p109-129 jan/jun. 2017.
- GUERRA, Andreia. Considerações sobre a Reforma da Lei 9394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Caderno Brasileiro de Ensino de Física V.34, n.01, p 1-5, Abr. 2017.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna, São Paulo, Loyola 1992.

LAHIRE, Bernard. Sucesso Escolar nos Meios Populares- As razões do improvável, São Paulo, Ática 1997.

LARA, Ângela Mara de B.; MARONEZE, Luciane F. Zorzetti. A Precarização do Trabalho Docente na Rede Estadual de Educação Básica do Paraná (1995-2002). Seminário de Pesquisa PPE- Universidade Estadual de Maringá, 2011.

LESSARD, Claude; TARDIF, Maurice. O Trabalho Docente- Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas, 9° ed, Petrópolis. RJ, Vozes 2014.

LÉTOURNEAU, Jocelyn. Ferramentas para o Pesquisador Iniciante. São Paulo, Martins Fontes, 2011.

MARTINS, Herbert Gomes. PUGGIAN, Cleonice. Profissionalização no Magistério e carreira docente: Entraves e encaminhamentos. XV congresso de sociologia. Curitiba, 2011.

NAUROSKI, Everson Araújo. TRABALHO DOCENTE E SUBJETIVIDADE: A CONDIÇÃO DOS PROFESSORES TEMPORÁRIOS (PSS) NO PARANÁ. Tese de Doutorado defendida em 2014, na Universidade Federal do Paraná

NETO, Manoel Moreira. A relação entre currículo, culturas escolares e conhecimento escolar de sociologia em três escolas do Ceará. Dissertação de Mestrado defendida em 2014, na Universidade Federal do Ceará.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. A ABORDAGEM DE BERNARD LAHIRE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO 36ª Reunião Nacional da ANPEd, 2013.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A Reestruturação do Trabalho Docente: Precarização e Flexibilização. Revista: Educ. Soc. Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004. (Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>).

_____. O Trabalho Docente na América Latina *identidade e profissionalização*. Revista: Retratos da escola, Brasília, vol. 2, p.29-39, 2008. (disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/5>).

SENNET, Richard. A Corrosão do Caráter. 14° ed., Rio de Janeiro, Record, 2009.

SILVA, Rosemary Cristina da. Produção científica em Sociologia da Educação: estudo bibliométrico do banco de teses da Capes. Dissertação de Mestrado. UFSCAR, 2013.

SOUZA, Marcelo Nogueira de. Condições de trabalho e remuneração docente: o caso do professor temporário na rede estadual de ensino do Paraná. Dissertação de Mestrado. UFPR, 2011.

_____. Políticas Públicas de educação no Paraná: as condições de trabalho de professores temporários e o efeito-território na alocação de docentes como variáveis de análise. Tese de Doutorado UFPR, 2016.

VERCENZE, Rosa Maria Aparecida. SILVINO, Eliziane França. O livro didático e suas implicações na prática do professor nas escolas Públicas de Guarajá-Mirim. Práxis educacional v4-n4, 2008.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2009.

WEBER, Silke. Profissionalização Docente e Políticas Públicas no Brasil. Revista: Educ. Soc. Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1125-1154, Dez. 2003. (Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>).